

CARTA EDUCATIVA DA GOLEGÃ



O presente documento obteve, por unanimidade, o parecer positivo do Conselho Municipal de Educação de 05 de setembro de 2023

julho 2023

Cofinanciado por



Entidade Promotora



Entidade Executora



(página propositadamente deixada em branco)

REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DA GOLEGÃ

FASE 3 RELATÓRIO FINAL

JULHO de 2023

Equipa Técnica

Coordenação

Luís Carvalho

Consultores

Carla Figueiredo

Gonçalo Caetano

Inês Andrade

Sónia Vieira

Índice

0. NOTA DE APRESENTAÇÃO	11
1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL	13
1.1. Introdução	13
1.2. Quadro legislativo de referência	13
1.3. Política europeia e metas a prosseguir	17
Os cinco grandes objetivos da UE para 2020	17
Metas para Portugal.....	17
7 Iniciativas emblemáticas.....	19
1.4. Política setorial e reformas em curso.....	24
1.5. Participação e protagonismo dos municípios.....	31
1.6. A Revisão da Carta Educativa ao serviço da definição e implementação da política setorial	33
1.7. Execução da Carta Educativa	36
1.8. Determinantes da procura de equipamentos educativos.....	37
1.9. Objetivos e desafios	38
1.10. Metodologia de trabalho.....	39
2. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL	44
2.1. Rede territorial e urbana	44
2.1.1. O contexto regional	44
2.1.2. Transformações concelhias	45
2.1.3. Movimentos pendulares e transporte escolar	49
2.2. Dinâmica demográfica	50
2.2.1. Evolução populacional	50
2.2.2. Comportamentos demográficos	52
2.2.3. Estruturas etárias	52
2.3. Base económica e social.....	54
2.3.1. Níveis de instrução e qualificação	54
2.3.2. Níveis de atividade e de emprego.....	55
2.4. Educação.....	57

2.5. Resultados escolares	60
3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA	64
3.1. Enquadramento geral	64
3.2. Educação pré-escolar	65
3.2.1. Equipamentos	65
3.2.2. Espaços, serviços e recursos.....	66
3.3. 1º Ciclo do Ensino Básico	67
3.3.1. Equipamentos	67
3.3.2. Espaços, Serviços e recursos	67
3.4. 2º, 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário	69
3.4.1. Equipamentos	69
3.4.2. Espaços, Serviços e recursos	69
3.5. Ensino Profissional	70
3.5.1. Equipamentos	70
4. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL E POTENCIAL	72
4.1. Procura atual por tipologia de equipamento/nível de ensino	72
4.1.1. Enquadramento geral	72
4.1.2. Educação Pré-escolar	73
4.1.3. 1º Ciclo do Ensino Básico.....	74
4.1.4. 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário	75
4.2. Projeções da população escolar	78
4.2.1. Nota introdutória	78
4.2.2. Censarização demográfica (2025 e 2030)	79
4.2.3. Censarização da população a escolarizar (2025 e 2030)	81
5. ANÁLISE SWOT	89
6. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	91
6.1. Princípios Orientadores	91
6.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos	91
6.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social	91
6.1.3. A territorialidade da Rede Escolar	92
6.2. Matriz Estratégica	93
6.2.1. Visão Estratégica	93
6.2.2. Princípios e Objetivos Estratégicos	94

7. PROGRAMA DE AÇÃO.....	101
7.1. Estruturação do Plano de Intervenção	101
7.2. Eixo I – Requalificar/Ampliar o parque escolar instalado.....	101
7.3. Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino	108
7.4. Eixo III - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	112
7.5. Quadro-Síntese de financiamento	113
8. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO	115
8.1. Um contexto de partida	115
8.2. Âmbito.....	116
8.3. Modelo de Monitorização	117
8.4. Metodologia de recolha, tratamento e disseminação da informação	119

Índice de Quadros

Quadro 1 – Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (%)	47
Quadro 2 – Evolução da População em Lugares com mais de 300 habitantes no Concelho da Golegã e Variação 2001–11 ...	47
Quadro 3 – Evolução recente da população no concelho da Golegã e densidade populacional	51
Quadro 4 – Evolução dos comportamentos demográficos (%)	52
Quadro 5 – Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)	53
Quadro 6 – Evolução dos índices demográficos (%)	53
Quadro 7 – Evolução da taxa de analfabetismo (%)	55
Quadro 8 – Níveis de instrução da população residente em 2021 (%)	55
Quadro 9 – Evolução das taxas de atividade e desemprego (%)	56
Quadro 10 – Evolução da população desempregada	56
Quadro 11 – Evolução da estrutura da população ativa (%)	57
Quadro 12 – Balanço dos exames nacionais do 9º ano de escolaridade entre 2018 e 2021/2022	60
Quadro 13 – Balanço dos exames nacionais do 11º ano de escolaridade entre 2018 e 2021/2022	61
Quadro 14 – Balanço dos exames nacionais do 12º ano de escolaridade entre 2018 e 2021/2022	62
Quadro 15 – Tipologia dos estabelecimentos de ensino da rede pública, no ano letivo 2020/2021, por freguesia.....	65
Quadro 16 – Ano de construção, nº de edifícios e nº de salas dos estabelecimentos da educação pré-escolar	65
Quadro 17 – Recursos humanos nos estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho da Golegã, no ano letivo 2020–2021	66
Quadro 18 – Ano de construção, nº de edifícios e tipo de construção nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020–2021	67
Quadro 19 – Total de salas e de salas ocupadas com turma (n.º) nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020–2021	68
Quadro 20 – Recursos humanos nos estabelecimentos de educação 1ºCiclo no concelho da Golegã, no ano letivo 2020–2021	68
Quadro 21 – Recursos humanos nos estabelecimentos de educação EB2, 3/Sec. no concelho da Golegã, no ano letivo 2020–2021	69
Quadro 22 – Alunas/os matriculadas/os, segundo o nível de ensino ministrado, no concelho da Golegã, no ano letivo 2000/2001 e entre os anos letivos de 2015/2019 (N.º/%)	72
Quadro 23 – Proporção de crianças residentes no concelho inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar, no concelho da Golegã, no ano letivo 2018/2019 e 2020–2021, por agrupamento de escolas	73
Quadro 24 – Proporção de alunos residentes no concelho inscritas nos estabelecimentos de 1º ciclo do ensino básico, no concelho da Golegã, no ano letivo 2018/2019 e 2020–2021, por agrupamento de escolas	74
Quadro 25 – Alunos que frequentam as AEC e CAF nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020/2021	75
Quadro 26 – Alunos retidos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no concelho da Golegã, no ano letivo 2019/2020	75
Quadro 27 – Alunos inscritos no estabelecimento do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário da rede pública no concelho da Golegã – Escola EB2,3/S Mestre Martins Correia, nos anos letivos 2018–2019, 2019/2020 e 2020/2021	76
Quadro 28 – Alunos inscritos no estabelecimento do 2º e 3º ciclos e secundário do ensino básico e secundário da rede pública no concelho da Golegã – Escola EB2,3/S Mestre Martins Correia, no ano letivo 2020/2021	76
Quadro 29 – Atividades complementares na EB23/S Mestre Martins Correia no concelho da Golegã, no ano letivo 2020/2021	77
Quadro 30 – Alunos retidos e alunos que abandonaram no estabelecimento do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário EB2,3/S Mestre Martins Correia, no concelho da Golegã, no ano letivo 2019/2020	77
Quadro 31 – Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A – cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista, C – cenário alternativo retrativo)	80
Quadro 32 – Evolução demográfica por freguesia, 2025 e 2031 (A – cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista, C – cenário alternativo retrativo)	81
Quadro 33 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025–2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: jardins-de-infância	82
Quadro 34 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025–2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 1º ciclo	82
Quadro 35 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025–2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 2º ciclo	83
Quadro 36 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025–2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 3º ciclo	83
Quadro 37 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025–2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: Secundário	84
Quadro 38 – Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública.....	85

Quadro 39 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025–2031): jardins-de-infância	85
Quadro 40 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025–2031): 1º ciclo	86
Quadro 41 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025–2031): 2º ciclo	86
Quadro 42 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025–2031): 3º ciclo	86
Quadro 43 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025–2031): Secundário	87
Quadro 44 – Rede Pública (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2020/2021)	87
Quadro 45 – Ficha de Ação: Programa de modernização e manutenção do parque escolar	103
Quadro 46 – Ficha de Ação: Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio	105
Quadro 47 – Ficha de Ação: Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar	107
Tabela 48 – Programas e projetos de ação educativa no agrupamento de escolas	109
Quadro 49 – Síntese de Financiamento do Programa de Ação	113
Quadro 50 – Indicadores de Contexto (Plano de Monitorização)	120
Quadro 51 – Indicadores de realização (Plano de Monitorização)	121
Quadro 52 – Ferramentas de Comunicação: formas e regularidade de apresentação da informação-chave	122

Índice de Figuras

Figura 1 – Estrutura do sistema educativo português	20
Figura 2 – Abandono escolar precoce da educação ou formação (18–24 anos) – 2009–2019	21
Figura 3 – População com 30–34 anos com ensino superior – 2009–2019	21
Figura 4 – Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em matemática, leitura e ciência (2018)	21
Figura 5 – Tendências em leitura, matemática e ciência	22
Figura 6 – Educação pré-escolar (Participation in early childhood education) 2008–2018	23
Figura 7 – Enquadramento geográfico do concelho da Golegã	44
Figura 8 – Sistema Territorial e Urbano do Oeste e Vale do Tejo	45
Figura 9 – Sistema de Acessibilidades do Concelho da Golegã e da Região	46
Figura 10 – Indivíduos residente no concelho da Golegã 2011–2021 (n.º)	48
Figura 11 – Densidade populacional em 2021	48
Figura 12 – Proporção da população residente que entra e sai na unidade territorial (movimentos pendulares) (%), 2021	49
Figura 13 – População residente empregada ou estudante (n.º), por local de trabalho ou estudo, Golegã, 2021	50
Figura 14 – Evolução da população no concelho da Golegã entre 1950 e 2021	51
Figura 15 – Pirâmide etária do concelho da Golegã, 2021	54
Figura 16 – Alunos matriculados, Lezíria do Tejo, 1999/2000 – 2020/2021 (n.º)	58
Figura 17 – Alunos matriculados, Golegã, 1999/2000 – 2020/2021 (n.º)	58
Figura 18 – Alunos matriculados, público e privado, Golegã, 1999/2000 – 2020/2021 (%)	58
Figura 19 – Alunos matriculados por nível de ensino, público e privado, Golegã, 2015/2016 e 2020/2021 (n.º)	58
Figura 20 – Taxa bruta de pré-escolarização – Golegã e Lezíria do Tejo, 2003/2004 – 2020/2021 (%)	59
Figura 21 – Taxa bruta de escolarização no ensino básico – Golegã e Lezíria do Tejo, 2003/2004 – 2020/2021 (%)	59
Figura 22 – Taxa de transição/conclusão do ensino secundário Golegã e Lezíria do Tejo, 1999/2000 – 2020/2021 (%)	59
Figura 23 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Golegã e Lezíria do Tejo, 2007/2008–2020/2021 (%)	59
Figura 24 – Distribuição da rede de equipamentos escolares do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020–2021, por freguesia	64
Figura 25 – Padrão territorial da rede: princípios	93
Figura 26 – Visão estratégica	94

Acrónimos

%	Porcentagem
AAAF	Atividades de Animação e de Apoio à Família
ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa
AE	Agrupamento de Escolas
AEC	Atividades de Enriquecimento Curricular
BE	Biblioteca Escolar
CAF	Componente de Apoio à Família
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.
CO ₂	Dióxido de carbono
CRP	Constituição da República Portuguesa
DES	Divisão Municipal de Educação, Saúde e Bem Estar
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
EB1	Escola Básica do 1º Ciclo
EB2/3	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo
EE	Encarregados de Educação
EMIC	Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária da Golegã
EPE	Educação Pré-Escolar
I&D	Investigação & Desenvolvimento
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística
Jl	Jardim de Infância
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
MEC	Ministério da Educação e Ciência
NEE	Necessidades Educativas Especiais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAE	Programa Aproximar Educação
PDM	Plano Diretor Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Programme for International Student Assessment)
PLA	Português Língua de Acolhimento
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PROTOVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
TIC	Tecnologias da informação e comunicação
UE	União Europeia

0. Nota de apresentação

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos de ensino constituem um conjunto fundamental, dada a sua importância na prossecução de um objetivo essencial no processo de desenvolvimento – acesso da população ao ensino – e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso importante na competitividade de cidades e regiões. Por outro lado, o conceito de Escola, anteriormente entendido como “escola-edifício”, é atualmente assumido como centro ou elo de uma rede de locais de educação e formação, como um espaço de múltiplas atividades de cariz comunitário. Acresce que a Escola passou a ser considerada como centro das políticas educativas devendo construir a sua autonomia a partir da(s) comunidade(s) em que se insere, da resposta aos seus problemas e da valorização das suas potencialidades, de forma a apurar e potenciar o seu desempenho enquanto serviço público de Educação.

Neste contexto, o reordenamento da rede de equipamentos de ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento de um município, pelo que a Revisão da Carta Educativa da Golegã surge como uma oportunidade para adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos, mas simultaneamente para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e de utilização global e racional dos recursos emanados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo o papel e integração virtuosa da Escola numa rede mais ampla de equipamentos, concebidos como organizações (integradoras) no plano interno e nas relações da comunidade.

Com a regulamentação da Carta Educativa, através da publicação do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, foram criadas as condições para enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local. Neste contexto, os municípios passaram também a possuir competência para conduzir os processos de planeamento respetivos, ou seja, equacionando e tomando decisões sobre o desenvolvimento da rede educativa local, nomeadamente no que se refere às instalações, aos equipamentos e às formações a disponibilizar (competência relevante e politicamente significativa). Ampliando e detalhando essas competências, o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, veio reforçar a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Neste novo quadro legal, resultante de um amplo processo de ponderação e aprofundamento do exercício de descentralização de responsabilidades, atribuições e competências do Estado para a Administração Local, o setor da Educação emergiu como um dos pilares desse processo de negociação, emergindo a necessidade de um aprofundamento do conhecimento do Sistema Educativo, nas suas múltiplas dimensões, de modo a melhor informar e objetivar a tomada de decisão e garantir as condições necessárias à exequibilidade das transferências num quadro de qualidade de resposta municipal a estes novos desafios.

O município da Golegã possui, desde 2006, a sua carta educativa aprovada pelo executivo e pela assembleia municipal, tendo a sua homologação sido ainda efetuada nesse ano pelo Ministério da Educação. Em 2015 procedeu-se à sua 1ª revisão, que se pretende agora atualizar, face às novas exigências do Sistema Educativo e face às novas dinâmicas territoriais existentes e emergentes. Conforme consagrado no Decreto-Lei enquadrador (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), o processo de revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta.

O documento que agora se apresenta integra as diversas componentes estruturadoras da Revisão da Carta Educativa: Parte I (Enquadramento e Contextualização Geral); Parte II (Quadro de Referência Territorial), Parte III (Caracterização e Diagnóstico da Oferta); Parte IV (Caracterização da Procura Atual e Potencial); Parte V (Estratégia de Intervenção); Parte VI (Programa de Ação) e Parte VII (Modelo de Monitorização, Avaliação e

Disseminação). Integra, igualmente, em volume autónomo, as fichas técnicas, por nível de ensino e estabelecimento de ensino público, que resultaram da sistematização da informação recolhida e tratada no exercício de inquirição.

Para a elaboração deste documento, a equipa efetuou diversas reuniões com o Município, bem como lançou um inquérito a diversos *stakeholders*, com destaque para a direção do Agrupamento de Escolas da Rede Pública: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, Golegã. Para além das opiniões e informações que foram apresentadas no decurso das reuniões anteriormente referidas, a elaboração da Revisão da Carta Educativa fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se obviamente os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE.

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de renegociação de apoios financeiros comunitários), de forma a consolidar-se uma rede eficaz de edifícios e equipamentos educativos, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes, que garanta uma efetiva adequação à realidade local e que contribua para o cumprimento, com qualidade, da escolaridade obrigatória e para uma maior integração e inclusão social e territorial.

Saliente-se que não obstante o documento faça parte da Câmara Municipal da Golegã e tenha sido elaborado tecnicamente por uma entidade externa (CEDRU), ele corresponde a um processo e produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes educativos locais, traduzindo a realidade da política educativa municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis para o futuro da Educação no Concelho.

Neste sentido, a Revisão da Carta Educativa do Município da Golegã é um exercício que tentou através da participação alargada, obter consensos quanto ao planeamento e ordenamento da rede de equipamentos educativos concelhios.

Nota final: A realização deste instrumento, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022, coincidiu com a emergência de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19 (oficialmente declarada a 11 de março de 2020). Sendo inequívoco que as consequências sociais e económicas deste acontecimento serão profundas e duradouras, exigindo uma resposta adequada das políticas públicas nacionais e locais, a Revisão da Carta Educativa não pode refletir ainda o impacte que terá em diversas dimensões-chave sobretudo ao nível da evolução sociodemográfica, da procura escolar e da capacidade de investimentos do Município.

1. Enquadramento e contextualização geral

1.1. Introdução

Conforme consagrado na Lei (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), a Carta Educativa representa o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

A Carta Educativa da Golegã foi aprovada em 2006. Sendo um processo desenvolvido externamente, com contributo e participação ativa de diversas estruturas municipais, foi assumidamente participado e co-construído com os principais atores da comunidade educativa. Esta abordagem permitiu definir uma matriz estratégica de melhoria da qualidade e eficácia do sistema educativo, consubstanciada num programa de intervenção ambicioso e sustentado num importante quadro de projetos estruturantes de iniciativa municipal.

Neste quadro de referência, a reorganização e reordenamento da rede escolar municipal, num quadro de necessidade de racionalização e redimensionamento do parque edificado, permitiu, genericamente, responder e adequar a rede à evolução da política educativa e da procura nos últimos anos.

Contudo, de acordo com Decreto-lei 21/2019, de 30 de janeiro (tal como já se processava com o Decreto-lei 7/2003, de 15 de janeiro), existe a obrigatoriedade de proceder à Revisão da Carta Educativa quando a rede educativa fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal (sendo obrigatória esta reavaliação de dez em dez anos). Neste contexto, passados perto de 15 anos da sua aprovação (5 desde a sua primeira atualização), considera-se ser o momento oportuno para proceder à Revisão da Carta Educativa.

1.2. Quadro legislativo de referência

Nas últimas décadas, o Mundo tem vindo a confrontar-se com mudanças rápidas resultante da globalização e dos desafios de uma nova economia baseada no conhecimento. A multiplicidade e complexidade das relações estabelecidas ao nível económico, social e cultural têm imposto uma evolução constante e flexível, das estruturas e sobretudo das pessoas.

A necessidade de gerar e adaptar as estruturas e os mecanismos de valorização dos recursos humanos onde, para além da preparação dos mais novos para uma resposta eficaz aos desafios da modernidade, se incentivasse e orientasse os indivíduos inseridos no mercado de trabalho a (re) ingressar nos sistemas de educação e formação, conferiram à Educação e à Escola um papel progressivamente maior nas Sociedade e atribuíram-lhe uma dimensão central na melhoria do desempenho das diversas políticas públicas. Neste contexto, ao longo dos últimos anos, tem sido produzida diversa legislação de suporte e enquadramento aos princípios e necessidades emergentes, conferindo uma relevância acrescida ao Sistema Educativo. As referências que se apresentam, no caso português, enquadram-se nesta perspetiva e assumem-se como o quadro legislativo de referência e suporte ao exercício de revisão em curso.

Constituição da República Portuguesa (CRP)

O Estado tem o dever de promover “a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento

<p>- artigo 73º, 74º e 75º</p>	<p>da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva". Incumbe ao Estado promover a inserção das escolas nas comunidades e interligação entre o ensino e as atividades econômicas, sociais e culturais, através de "uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população".</p>
<p>Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Lei n.º 46/86, de 14 de outubro</p>	<p>A Lei de Bases estabelece o quadro geral do sistema educativo, sendo o referencial normativo das políticas educativas focadas no desenvolvimento da educação e do sistema educativo. Dos seus princípios organizativos, n.º 3, da LBSE, relevam: i) descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes; ii) contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local; iii) contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.</p> <p>A Lei de Bases, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, foi alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro; 49/2005, de 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de agosto e pela Lei n.º 65/15, de 3 de julho, esta última com o estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e a consagração da universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade. A LBSE, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. Em 2009, a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, amplia até aos 18 anos essa obrigatoriedade, com um objetivo final de que todos os jovens possam completar o nível secundário de escolaridade.</p>
<p>Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro</p>	<p>A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar foi o elemento normativo que ampliou a participação municipal neste domínio. A principal inovação prendeu-se com a possibilidade de criação de uma rede pública municipal de jardins-de-infância.</p>
<p>Lei n.º 159/99, de 14 de setembro</p>	<p>A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, estabelece o quadro de transferência de atribuições para as autarquias locais, em matéria de educação, relevando o art. 19º: i) Planear e gerir os equipamentos educativos, mais precisamente nos investimentos para construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; ii) Proceder à elaboração da então chamada "carta escolar", a ser integrada nos planos diretores municipais; iii) Criar os conselhos locais de educação; iv) Garantir a rede de transportes públicos escolares; v) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; vi) Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, em alternativa ao transporte escolar; vii) Participar no apoio às crianças que frequentam o pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no âmbito da ação social escolar; viii) Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa nos níveis pré-escolar e básico; ix) Gerir o pessoal não docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.</p>
<p>Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro</p>	<p>A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, procurou estabelecer um quadro de transferências de atribuições e competências para os Municípios. O artigo 19.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, elencou as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior, tendo, sequencialmente, o artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de dezembro, e o artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro, procurado concretizá-las. Não obstante, apenas com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ocorre a transferência efetiva de competências no que concerne aos conselhos municipais de educação e à elaboração das Carta Educativa, enquanto instrumento central de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Este diploma regulamenta igualmente as competências para a realização de investimentos pelos Municípios (construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico), bem como para a gestão do pessoal não docente.</p>
<p>Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto</p>	<p>A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, no Artigo 11.º refere as novas competências dos órgãos municipais no que respeita à educação:</p>

	<p><i>1 - É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.</i></p> <p><i>2 - Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional: a) Assegurar as refeições escolares e a gestão dos refeitórios escolares; b) Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar; c) Participar na gestão dos recursos educativos; d) Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar; e) Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente inserido nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico.</i></p> <p><i>3 - Compete ainda aos órgãos municipais:</i></p> <p><i>a) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar; b) Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas; c) Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória; d) Participar na organização da segurança escolar.</i></p> <p><i>4 - As competências previstas no presente artigo são exercidas no respeito das competências dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.</i></p>
<p>Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro</p>	<p>Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. O presente Decreto-Lei regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação.</p> <p>Neste quadro, é da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei. É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal.</p> <p>Este quadro legal faz a correspondência entre o âmbito das competências descentralizadas e a organização da oferta pública de ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e jovens em idade escolar e visa a universalidade da educação pré-escolar. Esta solução, além de garantir coerência entre o exercício das competências das autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da educação e a organização geral do sistema educativo, corresponde aos diferentes níveis e ciclos de ensino existentes nos agrupamentos de escolas, pondo termo ao exercício concomitante de competências da mesma natureza, numa única unidade orgânica, por diferentes entidades públicas.</p> <p>Com este diploma mantem-se a Carta Educativa municipal e o plano de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.</p> <p>Relativamente à Carta Educativa, define os conteúdos (que genericamente, passam pela caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública) e as competências de elaboração (da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria).</p>

A partir da análise de conteúdo do quadro legal vigente, destaca-se o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que aprofunda a definição, objeto e objetivos da Carta Educativa. Segundo o seu artigo 5º, a Carta Educativa é o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

Conforme explicitado no artigo 7º, a Carta Educativa possui como objeto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescola. Deve ainda incluir uma identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas assim como uma análise da sua integração municipal, em função dos cenários de desenvolvimento urbano e escolar prospetivados. Note-se ainda que a Carta Educativa incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária, possuindo como objetivos principais (artigo 6º):

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
- Refletir, ao nível municipal, o processo de ordenamento ao nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;
- Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do concelho, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

Em resultado deste enquadramento, a Carta Educativa é um instrumento relevante para: i) enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local; ii) adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos; iii) melhorar e qualificar o parque escolar instalado no concelho.

Competências de Investimento Artigo 31.º – Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares	Investimento Artigo 32.º – Equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares
<p>1 – A construção, requalificação e modernização de edifícios escolares compete às câmaras municipais, em execução do planeamento definido pela carta educativa.</p> <p>2 – O departamento governamental com competência na matéria pode promover a construção, requalificação e modernização de edifícios escolares cuja oferta de educação e formação abrangja, pela sua especificidade, uma área territorial supramunicipal (...) solicitando às entidades intermunicipais abrangidas na área territorial supramunicipal, parecer prévio sobre a construção, requalificação ou modernização do edifício escolar em causa.</p>	<p>1 – A aquisição de equipamento básico, mobiliário, material didático e equipamentos desportivos, laboratoriais, musicais e tecnológicos, utilizados para a realização das atividades educativas, compete às câmaras municipais.</p> <p>2 – A realização de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário compete às câmaras municipais (...) e integra a conservação e manutenção dos espaços exteriores incluídos no perímetro dos estabelecimentos educativos destas tipologias.</p>

Fonte: Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (adaptado)

Por outro lado, refletindo o processo de ordenamento da rede educativa nacional e sendo de, per si, um instrumento de ordenamento e planeamento com expressão territorial, a Carta Educativa não deve ser dissociada dos demais instrumentos de planeamento territorial, relevando a necessidade/obrigatoriedade das suas orientações serem integradas com os Planos Diretores Municipais (PDM). Neste contexto, o Decreto-Lei

n.º 380/99, de 22 de setembro, obriga os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), entre os quais o PDM, à articulação com políticas setoriais com incidência local (alínea c), art.º 70). Por outro lado, com o Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, reforça-se a perspetiva que o PDM define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação. Assim, estando associada ao Plano Diretor Municipal (PDM), enquanto documento complementar, constitui um instrumento fundamental de planeamento informador da decisão estratégica, nomeadamente no que respeita ao enquadramento do redimensionamento do sistema educativo no Município por forma a adequar a rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico (decidindo quanto à construção, encerramento ou readaptação física e funcional dos espaços escolares).

1.3. Política europeia e metas a prosseguir

Para que a União Europeia possa concretizar todo o seu potencial no plano económico, social e cultural, definiu-se em março de 2000 (Conselho Europeu de Lisboa) uma nova estratégia com vista a reforçar o mercado de emprego e coesão social suportados numa “economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (Conselho Europeu, 2001).

Sendo a Educação assumida como domínio-chave para a prossecução deste objetivo, na primeira década do milénio, foram definidas estratégias – que abraçaram os diversos subsistemas da educação e da formação e todos os seus intervenientes – para que os cidadãos europeus pudessem desenvolver as suas aptidões e competências e para que se criassem estruturas de combate ao desemprego e à exclusão social dos grupos mais desfavorecidos, proporcionando a todos diversas formas de aquisição de conhecimentos ao longo da vida.

A principal agenda da estratégia de crescimento da União Europeia (UE) para a presente década é o documento Estratégia Europa 2020¹, emanado da Comissão Europeia (junho de 2010). Dadas as grandes mutações que estão a ocorrer no Mundo, foi estabelecida a grande ambição de tornar a UE numa economia inteligente (promovendo o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital); sustentável (promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva) e inclusiva (promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial), prioridades que interagem e se reforçam mutuamente, tendo em vista o alcance nos diferentes Estados-Membros de elevados níveis de emprego, de produtividade e de coesão social.

Em conformidade, foram identificadas cinco áreas prioritárias de atuação, com objetivos concretos a levar a cabo até 2020, quer para o conjunto da União quer para cada Estado-Membro, sendo a estratégia operativa apoiada por ações concretas ao nível nacional e da UE (algumas centradas, direta ou indiretamente, na Educação).

Os cinco grandes objetivos da UE para 2020		Metas para Portugal
Emprego	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de emprego: 75%

¹ Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. COM (2010) 2020. Comissão Europeia (março de 2010).

Os cinco grandes objetivos da UE para 2020		Metas para Portugal
I&D e inovação	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar para 3% do PIB da UE o investimento (público e privado) em I&D e inovação 	<ul style="list-style-type: none"> • I&D (em % do PIB): 2,7 a 3,3%
Alterações climáticas e energia	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990 • Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis • Aumentar em 20% a eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução das emissões de CO₂: 20% • Energias renováveis: 31% • Eficiência energética: 20% (30% no caso da administração pública)
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10% • Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30–34 anos que possui um diploma do ensino superior 	<ul style="list-style-type: none"> • Abandono escolar precoce: 10% • Ensino superior: 40%
Pobreza e exclusão social	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da população em risco de pobreza ou de exclusão social: 200.000

Para atingir tais objetivos, a Comissão Europeia propôs 7 iniciativas emblemáticas, cuja execução constituirá uma prioridade partilhada com ações a todos os níveis: organizações à escala da UE, Estados-Membros e autoridades locais e regionais.

7 Iniciativas emblemáticas	
União da inovação	Recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios sociais, colmatando o desfasamento existente entre a ciência e o mercado, transformando as invenções em produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de euros para as empresas.
Juventude em movimento	Reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada.
Agenda digital para a Europa	Retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na <i>internet</i> de alta velocidade. Até 2013, todos os europeus deverão ter acesso à internet de alta velocidade.
Europa eficiente em termos de recursos	Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020.
Política industrial em prol do crescimento verde	Contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações. Deste modo, será possível criar milhões de novos postos de trabalho.
Agenda para novas qualificações e novos empregos	Criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais no momento da passagem à reforma da geração dos « <i>baby-boomers</i> ».
Plataforma europeia contra a pobreza	Assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade.

A ambição de desenvolvimento do País está plasmada em diversos documentos, com destaque para os que deram sustentação ao Portugal 2020 e para os que emanaram da revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Pese embora o contexto adverso que o País enfrenta, e as mudanças estruturais que se avizinham e balizam o reencaixe do país em diferentes escalas e contextos políticos, socioeconómicos e territoriais, os pressupostos e prioridades de desenvolvimento do País continuarão a manter atualidade e pertinência nos horizontes de médio e longo prazos.

No horizonte 2014–2020, o desenvolvimento territorial de Portugal encontra sustentação em quatro prioridades: i) criação de uma economia inovadora, competitiva, integrada e aberta; ii) criação de um território equitativo e de bem-estar; iii) criação de um espaço sustentável e bem ordenado; iv) criação de uma sociedade criativa, cooperante e com sentido de cidadania.

A recente Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020–2030, a partir da qual foi desenvolvido o Plano de Recuperação e Resiliência apresenta alguns objetivos diretamente relacionados com as questões da educação e coesão territorial, destacando-se o reforço da aposta nas qualificações da população portuguesa a todos os níveis, para superar este défice crónico, acelerar a Transição Digital e apostar nas infraestruturas digitais em todos os setores e na Administração Pública, incentivando novos modelos de trabalho (...) que incorporem as tecnologias associadas à digitalização.

Das linhas de rumo que o PNPT pretendeu imprimir ao País, alguns objetivos estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente, mantêm a sua atualidade e permitem enquadrar e suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo no quadro da rede do Sistema Educativo:

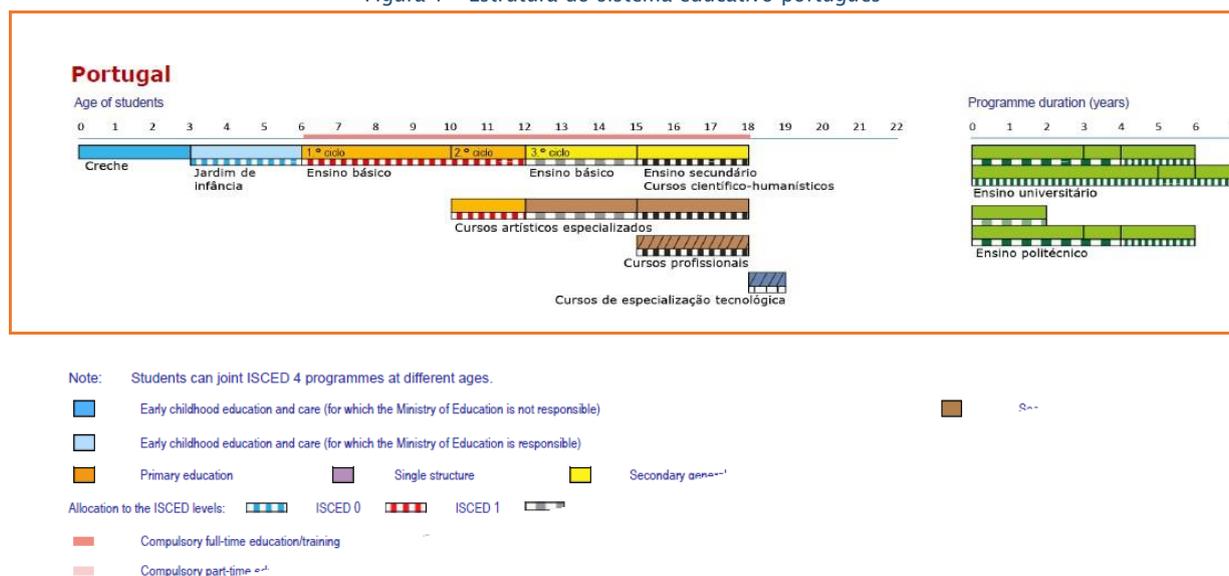
- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

Neste quadro, importa considerar algumas das principais tendências emergentes e que serão o pano de fundo das estratégias de desenvolvimento local dos próximos anos, no quadro dos instrumentos de cofinanciamento:

Reforço de prioridade na alocação de recursos nas questões da competitividade com especial enfoque na introdução e aprofundamento da I&D nos clusters em que País denota maiores vantagens comparativas;

- Aprofundamento das experiências de desenvolvimento urbano integrado com uma redução do investimento nos vetores físicos e no espaço público e a emergência das questões da reabilitação urbana, da competitividade económica e da inovação social, em coerência com as alterações no mercado de habitação;
- Concentração espacial dos investimento e aumento da seletividade na alocação de recursos financeiros, procurando tirar partido das economias de escala, bem como apoiar o processo de revitalização económica e territorial do País;
- Redefinição dos modelos de governança territorial, com vista à redução dos custos de administração territorial e de otimização do stock de bens públicos.

Figura 1 - Estrutura do sistema educativo português



Fonte: European Commission/EACEA/Eurydice, 2018. The Structure of the European Education Systems 2018/19: Schematic Diagrams. Eurydice Facts and Figures. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

É reconhecido que a redução do número de jovens que abandonam a escola precocemente (aqueles que não conseguem completar o ensino secundário) é fundamental não só para aumentar as competências, mas também para melhorar as perspetivas e oportunidades de emprego dos jovens. Pessoas com pelo menos a qualificação secundária (ou superior) são mais propensas a encontrar um emprego, a ter um rendimento superior, do que as que possuem um baixo nível de educação.

Conforme referenciado, o objetivo Europa 2020 passa por reduzir a percentagem de população com baixas qualificações escolares, entre os 18 a 24 anos. Em 2019, na União Europeia, rondava os 10,3%, valor significativamente menor do que o registado em 2008 (14,7%), demonstrando uma evolução muito positiva neste indicador². Em Portugal, o mesmo indicador fica ainda 0,3 pp acima da média europeia, pelos 10,6% (34,9%, em 2008).

Embora esta redução possa, em parte, ser atribuída a um ambiente de maior dificuldade em encontrar trabalho, há também melhorias estruturais significativas (maior qualidade dos espaços, maior integração das políticas educativas e socioeconómicas, maior sensibilização dos jovens) e a tendência deverá continuar, mesmo que a um ritmo mais lento.

Figura 2 – Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – 2009-2019

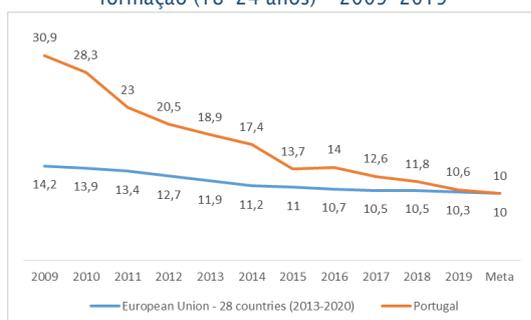


Figura 3 – População com 30-34 anos com ensino superior – 2009-2019

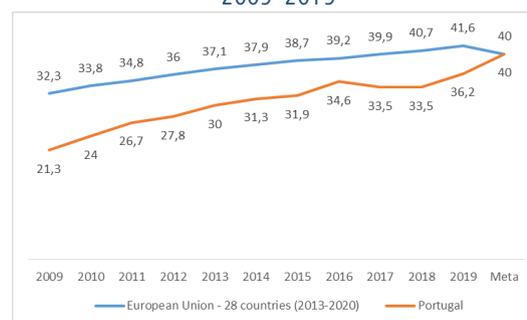
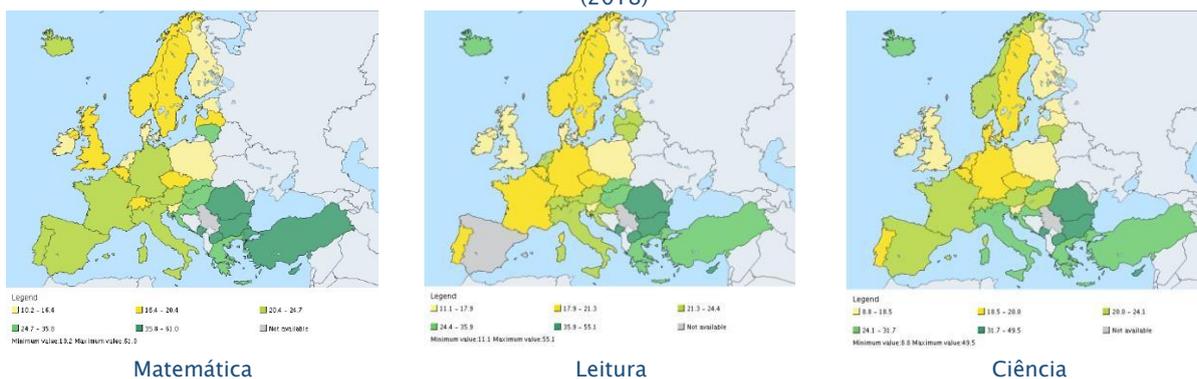


Figura 4 – Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em matemática, leitura e ciência (2018)



(https://ec.europa.eu/eurostat/tgm/mapToolClosed.do?tab=map&init=1&plugin=1&language=en&pcode=sdg_04_40&toolbox=legend)

Segundo o *student performance* (PISA 2018), o desempenho em leitura, matemática e ciências, em Portugal, é o seguinte:

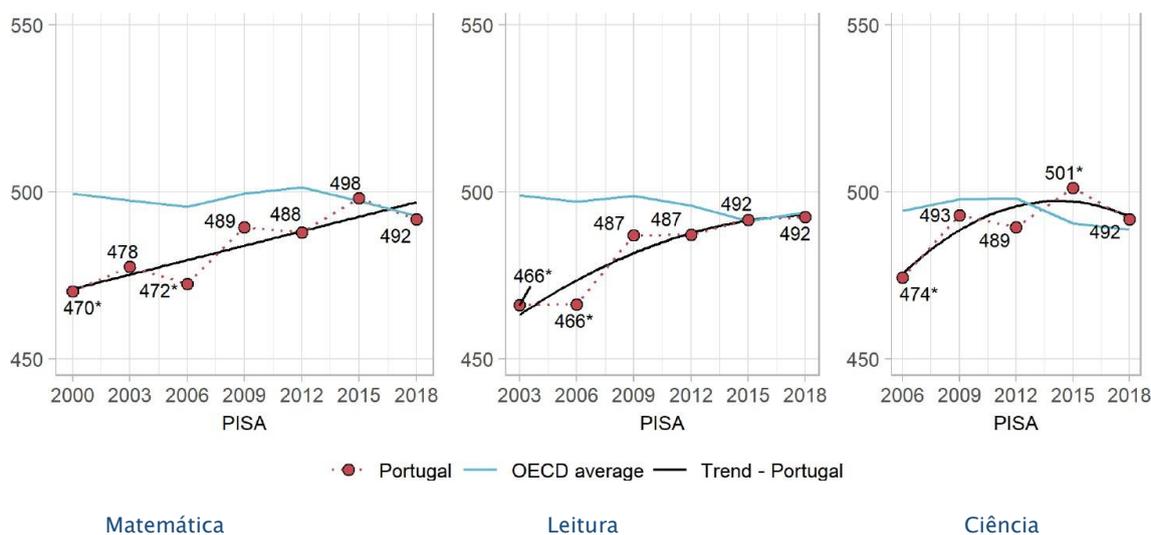
² <https://ec.europa.eu/eurostat/web/europe-2020-indicators/europe-2020-strategy/headline-indicators-scoreboard>

- Leitura: os jovens de 15 anos em Portugal pontuam 492 pontos em comparação com uma média de 487 pontos nos países da OCDE.
- Em média, as crianças de 15 anos de idade pontuam 492 pontos em matemática, em comparação com uma média de 489 pontos nos países da OCDE.
- Em Portugal, o desempenho médio em ciência dos jovens de 15 anos é de 492 pontos, em comparação com uma média de 489 pontos nos países da OCDE.

O estatuto socioeconómico explica 14% da variação do desempenho em leitura em Portugal, quando a média da OCDE é de 12%.

A diferença média entre estudantes favorecidos e desfavorecidos na leitura é de 95 pontos, em comparação com uma média de 89 nos países da OCDE. Contudo, 10% dos estudantes desfavorecidos são academicamente resilientes (a média da OCDE é de 11%).

Figura 5 – Tendências em leitura, matemática e ciência



Fonte: OCDE, PISA, 2018.

Entre 2006 e 2017, a taxa de abandono escolar precoce em Portugal reduziu-se para 1/3, mas por comparação a representatividade dos jovens entre os 18 e os 24 anos que não têm ensino secundário e que não estão em ações de formação é a quarta maior da União Europeia (fonte: Eurostat). Esta é uma dimensão que se encontra “a descoberto” no País, emergindo uma franja significativa de jovens que não possuem qualquer tipo de oferta educativa, incluindo profissional, que possa obviar à dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Segundo o Ministério da Educação, para a redução deste indicador terá contribuído a frequência de cursos profissionais (à entrada do secundário, em média, metade dos alunos escolhem esta via).

Segundo o documento da Comissão Europeia “Monitor da Educação e da Formação” (2018), Portugal reduziu a taxa de abandono escolar precoce (entre os 18 e os 24 anos) em 7,9% no período 2012–2017, sendo em 2017, de 12,6%, valor ainda acima da média da União Europeia (10,6%). Contudo, a diferença de género é particularmente pronunciada, (5,3 p.p.), sendo de 15,3% no caso dos homens e de 9,7% no caso das mulheres, dados de 2017. Assim, apesar de ter sido o país que mais reduziu o abandono (por comparação a 2006), Portugal ainda não atingiu uma meta definida na Estratégia Europeia 2020: taxa de abandono escolar precoce de 10%.

A situação do país melhorou, em 2019, estando mais perto da meta europeia, com uma taxa de 10,6%, subsistindo uma grande discrepância de género (13,7% – homens; 7,4% – mulheres). Em 2020 esta taxa voltou a diminuir, para os 8,9% (12,6% – homens; 5,1% – Mulheres).

Conforme referenciado anteriormente, outro dos objetivos para 2020 passa por possuir 40% de diplomados que tenham completado o ensino superior ou equivalente na população entre os 30 e os 34 anos (em 2009, era de 21,3%).

Numa década, entre 2009 e 2019, observou-se um incremento, da taxa de conclusão dos estudos superiores (30–34 anos) dos 21,3% para os 36,2% (média da UE28=41,6%). Em 2020 este indicador situa-se em 39,6%, muito perto do objetivo estabelecido.

Por outro lado, o ensino e os cuidados na primeira infância (dos 4 aos 6 anos), registaram uma grande oscilação, com o valor mais elevado registado em 2012 (95,0%), e situando-se nos 93,7%, em 2018, abaixo da média da UE28 (95,3%).

Figura 6 – Educação pré-escolar (Participation in early childhood education) 2008–2018



Fonte: OCDE

Em 2014, em relação ao investimento, a despesa pública consagrada à educação em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) era de 6,2%, sem alterações face a 2011 e acima da média da UE (4,9%). Dados provisórios de 2018 apontam para uma percentagem de 3,7% do PIB em despesas de educação, o que revela uma diminuição do investimento neste domínio.

Por outro lado, para fomentar de forma sustentada o crescimento e aumentar o emprego e prevenir/antecipar diferenças acentuadas de competências, os sistemas de educação e formação existentes têm de ser capazes não só de absorver um número superior de alunos, mas igualmente de proporcionar boa qualidade de ensino. Os inquéritos realizados pela OCDE (2015) revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores, demonstram que em muitos países da UE (incluindo Portugal), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica.

Registe-se que, no quadro da OCDE, foram estabelecidos três indicadores de referência para 2020, no que respeita à Educação e Formação, nomeadamente quanto ao abandono escolar e à participação no ensino: i) Pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem participar na educação infantil (pré-escolar); ii) Menos de 15% dos jovens de 15 anos com problemas/dificuldades de leitura, matemática e ciência; iii) Pelo menos 15% dos adultos (grupo etário 25–64) devem participar na aprendizagem ao longo da vida.

No quadro destas metas definidas pela OCDE, para 2020, releva a tendência para a universalização da participação das crianças com 4 anos na educação infantil (pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem integrar a rede de pré-escolar). Após uma trajetória de aproximação consistente durante a primeira década do milénio, desde 2012, que Portugal cumpre esta meta. Deve registar-se que, face à integração universal das crianças com pelo menos 4 anos de idade na educação pré-escolar no ano letivo de 2016/2017, esse valor foi consideravelmente incrementado (aproximando-se dos 100%). Em 2020 a participação no ensino pré-escolar, em Portugal, é de 96,6%³. Sublinhe-se que esta dimensão educativa continua a ser uma prioridade nacional, tendo sido definido que, desde 2019, tendencialmente se processaria a universalidade da educação pré-escolar às crianças com três anos (todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim-de infância).

1.4. Política setorial e reformas em curso

Para além do quadro legislativo de referência, que atualmente enquadra e suporta o desenvolvimento do Sistema Educativo, em Portugal, importa identificar as principais opções assumidas atualmente em termos de programação e gestão governativa.

Assim, dos 4 desafios a prosseguir na atual legislatura, XXII Governo Constitucional (2019–2023), um apresenta uma relevância acrescida para o presente instrumento: Desigualdades – Mais e melhores oportunidades para todos, sem discriminações”.

Para a concretização deste desafio, emergem como objetivos específicos para a Educação: i) Apostar na escola pública como elemento de combate às desigualdades; ii) Combater as desigualdades à entrada e à saída da escola, iii) Promover o acesso à formação e qualificação ao longo da vida.

Dando continuidade ao programa definido no quadriénio anterior, aponta-se para que a consolidação das contas públicas exija melhorias significativas na eficiência ao nível da utilização e gestão dos recursos por parte das administrações públicas (as decisões devem ser tomadas com base em critérios de custo e eficácia – “na educação básica, a última estimativa do Conselho Nacional de Educação aponta para 150 mil reprovações anuais, o que significa que cerca de 600 milhões de euros de despesa, não tiveram qualquer contrapartida positiva”). Concomitantemente, releva-se a necessidade de apostar na valorização do capital humano, enquanto condição primeira para um país mais próspero (o principal investimento de futuro é o investimento nas pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades). Assim, “o direito à Educação, e a uma Educação capaz de responder aos desígnios dos cidadãos e da sociedade, é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades e um aspeto fundacional da democracia portuguesa. A Educação é não apenas o meio privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos, mas também o determinante necessário para alcançar uma sociedade justa e esclarecida. A função social da escola pública só estará inteiramente cumprida quando a origem de cada um não for um aspeto relevante para o sucesso ou insucesso dos seus resultados. Entendemos que este é o fim fundamental para o qual concorre todo o sistema educativo.” (Programa do XXII Governo Constitucional 2019–2023).

Assumindo que o “acesso à escolaridade universal desde os 3 anos de idade e o ensino obrigatório durante 12 anos convocam-nos a trabalhar para que todos possam aceder a um sistema capaz de responder na medida das necessidades de cada um e de garantir o respetivo sucesso” (Programa do XXII Governo Constitucional 2019–2023), combater as desigualdades à entrada e à saída da escola deve ser um desígnio nacional.

Neste quadro, a principal prioridade da política educativa centra-se no combate ao insucesso escolar, entrave relevante à qualidade do ensino, à equidade e ao cumprimento da escolaridade obrigatória.

³ PORDATA

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Medidas principais
Apostar na educação pré-escolar como chave para o combate ao insucesso escolar	Investimento no alargamento da rede e na qualificação da educação de infância	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir a universalidade da oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos três aos cinco anos; 2. Assegurar a tutela pedagógica sobre os estabelecimentos que integram a rede nacional de educação pré-escolar, independentemente de pertencerem à rede pública ou à rede solidária; 3. Desenvolver instrumentos de diagnóstico precoce de situações de risco como estratégia de prevenção do insucesso escolar
Combater o insucesso na sua raiz: desenvolver um ensino básico integrado, global e comum	Investimento em medidas de combate ao insucesso escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover uma maior articulação entre os três ciclos do ensino básico, redefinindo progressivamente a sua estrutura de modo a atenuar os efeitos negativos das transições entre ciclos, assumindo uma gestão mais integrada do currículo e reduzindo a excessiva carga disciplinar dos alunos 2. Incentivar a flexibilidade curricular, desde o 1.º ciclo, recorrendo a diferentes possibilidades de gestão pedagógica, gerindo com autonomia os recursos, os tempos e os espaços escolares, adequadas aos múltiplos contextos existentes; 3. Consolidar as atividades de enriquecimento curricular, integrando-as plenamente na vida pedagógica das escolas, contribuindo, desse modo, para o aprofundamento do princípio da «Escola a Tempo Inteiro», alargando-a a todo o ensino básico.
Assegurar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade obrigatória: valorizar o ensino secundário e diversificar a oferta formativa	Investimentos em medidas destinadas à valorização do ensino secundário e à diversificação da oferta formativa e valorização do ensino profissional e artístico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar programas de desenvolvimento do ensino experimental 2. Alargar o leque de cursos e de qualificações contempladas, em particular de nível secundário e pós-secundário 3. Reforçar as estratégias de diversificação pedagógica no contexto do ensino profissional e promover uma maior ligação da escola à comunidade e à família, tendo em atenção os jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário e que ainda não se encontram a trabalhar 4. Criar condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, através do recurso a programas plurianuais de financiamento condicionado ao mérito dos seus projetos educativos 5. Promover um maior reconhecimento do ensino profissional e das qualificações profissionais no âmbito do mercado de trabalho, estabelecendo dinâmicas de cooperação com os parceiros sociais e os conselhos empresariais regionais
Centrar as escolas no ensino e na aprendizagem dos alunos	Medidas que permitam consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados 2. Promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo 3. Avaliar o processo de transferência de competências para as autarquias ao nível do ensino básico e secundário, garantindo que não diminui a autonomia pedagógica das escolas 4. Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes 5. Apoiar as escolas e os agrupamentos no desenvolvimento de projetos promotores de uma cidadania responsável, incentivando o estabelecimento de parcerias educativas com encarregados de educação e as comunidades educativas, no sentido de prevenir situações de indisciplina e violência 6. Consolidar os processos de otimização e de qualificação dos recursos humanos, dando relevo às funções docentes e à prática letiva e promovendo a qualificação para funções especializadas
Modernizar os modelos e os instrumentos de aprendizagem	Investimentos em ações que promovam um maior alinhamento das	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceber e implementar uma estratégia de recursos digitais educativos, que promovam a criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem 2. Promover a utilização das TIC no âmbito do currículo, visando a apreensão, desde cedo, de práticas de aprendizagem baseadas

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Medidas principais
	políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas	nas novas tecnologias, capitalizando motivações, fomentando o gosto por aprender 3. Lançar um processo de simplificação na administração central da educação para uma maior autonomia e concentração das escolas na sua atividade fundamental, incluindo a reestruturação da administração central e das suas missões, reduzindo o seu peso no sistema, centrando a sua atuação no planeamento, avaliação e regulação do sistema

Conforme referenciado anteriormente, a Lei de Bases estabelece o quadro geral do Sistema Educativo e representa o Referencial Normativo das Políticas Educativas que visam o desenvolvimento da educação e do Sistema Educativo, em Portugal. Nos últimos anos, tem sido recorrentemente apontada a necessidade de se proceder à sua Revisão. Neste quadro, celebrando 30 anos em 2016 e tendo em conta a sua importância estrutural para o sistema educativo português, o Conselho Nacional de Educação considerou relevante avaliar a atualidade e adequação da Lei quanto ao desenvolvimento social, económico e cultural do país. Neste intuito, e de forma a promover uma reflexão informada e de qualidade em torno da Lei de Bases, desenvolveu diversas iniciativas, estruturadas segundo as temáticas e questões elencadas no quadro seguinte, e que podem ser entendidas como pontos de partida e reflexão para a nova estruturação, princípios e objetivos que nortearão um potencial novo quadro legislativo.

Seminário		
1. Educar para que futuro?	Reflexão de Base	<i>Uma lei de bases é, antes de mais, um referencial normativo das políticas educativas visando o desenvolvimento futuro da educação e do sistema educativo. Por isso, tem sentido questionar a adequação entre o desenvolvimento social, económico e cultural de um país e esse referencial normativo. Sendo desejável que esse quadro beneficie da estabilidade e da convergência sobre as grandes opções de política educativa, importa que ele represente uma visão sobre o futuro da sociedade e da educação suscetível de se constituir como propósito nacional, assente num compromisso entre as diferentes conceções ideológicas e políticas.</i>
	Questões de debate	<i>Quais as tendências das sociedades atuais que importa identificar como estruturantes? Qual o papel do conhecimento no desenvolvimento económico, social e cultural? Como potenciar a interação entre conhecimento e capacidades individuais na construção da relação entre ensino e aprendizagem? Quais os perfis de formação adequados à capacidade das novas gerações em torno dos pilares fundamentais: liberdade/autonomia, cidadania/valores, desenvolvimento/conhecimento/capacidades? Como conciliar equidade e diferenciação dos trajetos educativos? Como adequar as capacidades desenvolvidas às oportunidades criadas pela sociedade e pela economia?</i>
2. Currículo e conhecimento: o que ensinar e como ensinar?	Reflexão de Base	<i>As bases normativas da educação constituem um elemento indispensável, enformador e conformador da estratégia integrada de desenvolvimento cultural, social e económico dos países, funcionando como um referencial a partir do qual se orientam as políticas educativas. É neste contexto que a reflexão sobre a maior ou menor adequação de uma lei de bases a uma orientação para o futuro se torna decisiva, sem que tal represente uma rutura total com a dimensão institucional da educação. Se considerarmos o currículo como a forma racionalmente organizada do conhecimento considerado válido e relevante para a capacitação das novas gerações, o problema que se coloca é o de saber que tipo de conhecimento escolar deverá ser privilegiado e que tipo de capacidades se pretende desenvolver.</i>
	Questões de debate	<i>Numa era de incerteza, será mais adequado privilegiar os saberes estruturantes das diferentes formas de saber, ou adotar uma distribuição igualitária das cargas horárias e trajetos das diferentes disciplinas? Deverá favorecer-se a dimensão universal do conhecimento (a matemática, as ciências, as línguas estrangeiras, etc.), a nacional (a geografia e a história "pátria", a literatura nacional, etc.) ou a europeia? E que equilíbrio deverá existir entre essas três dimensões? Deveremos convergir com os currículos internacionais ou reforçar as particularidades do nosso sistema de ensino? E a partir de que idade se deve</i>

Seminário		
		<i>organizar o currículo em disciplinas? Que alterações se deverão introduzir no sistema de monodocência? Deveremos admitir uma componente específica de ensino aprendizagem de carácter multidisciplinar que faça confluir sobre o desenvolvimento de temas os conhecimentos disciplinares apreendidos?</i>
3. Organização do sistema educativo: modalidades de educação e ciclos de ensino	Reflexão de Base	<i>A missão da educação é hoje fornecer a cada pessoa os meios para o desenvolvimento de todo o seu potencial, para o exercício de uma liberdade autónoma, consciente, responsável e criativa. Nesse sentido, importa refletir sobre a aptidão da organização do sistema educativo fixado na Lei de Bases para assegurar uma educação que prossiga conjugada e sequencialmente as finalidades do aprender a ser e a viver juntos, do aprender a estar, do aprender a fazer, do aprender a pensar e a aprofundar autonomamente os saberes e as competências. Na Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, o sistema educativo encontra-se organizado em educação pré-escolar, educação escolar – que inclui as modalidades especiais - e educação extraescolar. A cada modalidade é atribuído um papel, uma duração e uma organização específicos de acordo com os objetivos fixados no referencial normativo.</i>
	Questões de debate	<i>A concretização da intencionalidade educativa da educação de infância contribui para melhores desempenhos nos anos subsequentes? Justifica-se a particularidade da existência de três ciclos no ensino básico? Qual o papel do ensino secundário e da diversidade de vias? Como se integram as modalidades especiais de educação escolar na organização do sistema educativo?</i>
4. Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo	Reflexão de Base	<i>Dando continuidade ao ciclo de seminários dedicados à reflexão sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), o Conselho Nacional de Educação organiza a 16 de maio a quinta iniciativa dedicada à temática que respeita ao cumprimento da escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo. A LBSE, aprovada em 1986, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. Em 2009, a Lei n.º 85, de 27 de agosto, alarga até aos 18 anos essa obrigatoriedade, aspirando a que todos os jovens possam completar o nível secundário de escolaridade. Para além de se estabelecer a obrigatoriedade de frequência, é necessário criar as condições para a sua universalização e definir padrões nacionais de referência que permitam a cada entidade formar cidadãos e oferecer os melhores percursos aos seus alunos, garantindo a articulação entre os ensinamentos básico e secundário. Embora a expansão verificada no acesso à educação em todos os níveis do sistema educativo seja assinalável, ainda subsistem problemas por resolver. No ensino básico as taxas de escolarização atingem os 100%, mas nem todos os alunos concluem o 9.º ano de escolaridade com êxito e na idade certa. No ensino secundário os níveis de retenção assumem valores inaceitáveis. Nesta perspetiva, um dos desafios relevantes que se colocam à sociedade portuguesa é o de garantir que todos os jovens acedem e têm sucesso no nível secundário de ensino e formação, independentemente da modalidade e do percurso formativo que tenham escolhido, garantindo a permeabilidade de percursos. Para além disso, a valorização das formações que capacitam para a entrada na vida ativa é fundamental para tornar estas vias de aprendizagem atrativas para os alunos e suas famílias, mas também para as escolas, professores e formadores que as põem em prática. A estruturação de um verdadeiro sistema de orientação escolar e vocacional, disponível em todo o território nacional, constituirá certamente um estímulo ao prosseguimento de estudos, possibilitando aos jovens com o 12.º ano de escolaridade um ingresso qualificado na vida ativa ou o prosseguimento de estudos para o ensino superior.</i>
	Questões de debate	<i>Quais os desafios do alargamento da escolaridade obrigatória? Diferenciação de trajetos: como e quando? Como garantir a aprendizagem e qualidade para todos?</i>
5. Liberdade de ensino e serviço público de educação	Reflexão de Base	<i>No art.º 2º da LBSE refere-se que “No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, (...)”.</i>
	Questões de debate	<i>Como se concretiza a liberdade de ensinar e de aprender consagrada na Constituição e na LBSE? - Quais as dimensões que essa liberdade pode assumir para além da criação de escolas de ensino privado e cooperativo? Os princípios estabelecidos pela lei serão bastantes para assegurar o direito das famílias a orientar a educação dos filhos? Poder-se-á falar de liberdade de ensinar e de aprender relativamente ao ensino público? Haverá uma efetiva liberdade de ensinar e de aprender quando existem constrangimentos à liberdade de escolha? O que falta para que a liberdade de ensinar e de aprender possa ser exercida por todos? Poderá a liberdade de escolha ser estimulada pela existência de projetos pedagógicos</i>

Seminário		
		<i>alternativos, independentemente da natureza da escola (pública ou privada)? Até que ponto o exercício da liberdade de escolha pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação e da equidade do sistema educativo? Em que circunstâncias deve o Estado financiar o ensino privado? Como tem sido usada a liberdade de escolha noutros países? Haverá algo a reter desses modelos?</i>
6. Organização e desenvolvimento do ensino superior	Reflexão de Base	<p><i>Tal como definido no artigo 11.º da LBSE, o ensino superior “compreende o ensino universitário e o ensino politécnico”. O ensino universitário está “orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber” e o ensino politécnico está “orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos”. Importa, por isso, debater esta natureza binária e refletir sobre a missão das diferentes instituições de ensino superior.</i></p> <p><i>É assinalável a expansão do ensino superior nas últimas três décadas. Essa expansão manifestou-se não só na multiplicação de instituições de ensino superior, mas também na diversidade da oferta formativa. De tal modo que, nos últimos 15 anos, a economia não teve capacidade de absorver as qualificações produzidas pelo sistema de ensino, em parte devido ao facto dessa oferta ser desajustada às necessidades da economia e da sociedade. A própria reorganização da formação, no âmbito do Processo de Bolonha, introduz alterações no sistema de reconhecimento e certificação da qualidade e na organização da formação que adotou um sistema europeu de créditos (artigo 13.º, LBSE).</i></p> <p><i>A internacionalização e mobilidade são uma referência explícita para a convergência dos sistemas de educação europeus, como são uma referência na LBSE: “A mobilidade dos estudantes entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais [...], bem como entre estabelecimentos de ensino superior estrangeiros e nacionais, é assegurada através do sistema de créditos, com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação e das competências adquiridas”. Os processos de internacionalização do ensino superior parecem responder aos desafios da globalização das sociedades da informação e do conhecimento e da criação de redes de cooperação.</i></p> <p><i>A LBSE reforça, no seu artigo 18.º, a importância da investigação científica no ensino superior, salienta a necessidade de se ter em conta “os objetivos predominantes da instituição em que se insere”, bem como de se garantir as condições de publicação e de facilitação da divulgação do conhecimento produzido. Esta lei incentiva ainda “a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura”.</i></p>
	Questões de debate	<i>Que alterações efetuar no ensino superior? Natureza binária do sistema de ensino superior? Como se deve processar a organização e reconhecimento da formação? Como promover a internacionalização e mobilidade? Que relação estabelecer entre a investigação científica e o ensino superior?</i>
7. Formação de professores: dilemas e desafios	Reflexão de Base	<p><i>Os princípios gerais sobre a formação de educadores e professores encontram-se estabelecidos em diversos artigos da LBSE, nomeadamente o artigo 33º que a define como devendo ser flexível, integrada, assente em práticas metodológicas, estimuladora da inovação e da investigação e conducente a uma prática reflexiva; o artigo 34º que aborda questões relacionadas com as instituições de ensino superior que a realizam, como a definição de perfis de competências e de formação e a relação entre a formação científica na área de docência e a formação pedagógica; e a importância da formação contínua que se encontra expressa no 38º artigo da LBSE.</i></p> <p><i>Esta temática assume uma importância particular tendo em consideração o progressivo envelhecimento do corpo docente no ativo (em 2013/2014, 41% dos professores do ensino público tinham 50 e mais anos de idade) e a provável necessidade de renovação dos quadros das escolas nos próximos anos; a maior parte dos diplomados, após as alterações decorrentes do denominado Processo de Bolonha, ainda não entraram no sistema (em 2013/2014, apenas 0,5% dos professores que estavam no sistema tinham idade inferior a 30 anos); os professores que ainda não acederam a um lugar de quadro têm diferentes percursos formativos (modelos pré e pós Bolonha); e a desvalorização social da profissão não a torna atrativa (apenas 2% dos jovens portugueses que realizaram os últimos testes PISA pretendem ser professores, sendo que esses são também os que têm baixas classificações em literacia e matemática).</i></p>
	Questões de debate	<i>Como promover a formação contínua? Quais os principais problemas e desafios? Como melhorar a formação inicial? Que alterações a promover na profissionalização e acesso?</i>

Seminário		
8. Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação	Reflexão de Base	<i>Na alínea g) do Artigo 3.º, da LBSE, estabelece-se como um dos princípios organizativos do sistema educativo: descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes. Da necessidade de dar cumprimento ao estipulado na LBSE, várias têm sido as iniciativas legislativas tendo em vista a descentralização, envolvendo a transferência de competências para os municípios e a autonomia das escolas. Importa procurar compreender o que foi feito neste domínio ao longo dos últimos 30 anos, que caminhos foram percorridos, que caminhos estão ainda por percorrer e qual a melhor forma de o fazer, perspetivando o futuro da descentralização no que à educação diz respeito.</i>
	Questões de debate	<i>Políticas de descentralização: qual o caminho que tem sido percorrido? Que relação estimular/potenciar entre desenvolvimento económico e atribuição de competências na educação? Como promover a descentralização/desconcentração e autonomia em educação? Quais as principais luzes e sombras da descentralização?</i>

Em 2015, foi lançado o PAE – Programa Aproximar Educação, relativo à descentralização de competências na área da Educação (contrato de educação e formação municipal). O objetivo central passava por assegurar a descentralização, por via de delegação contratual, de competências na área da educação e formação, dos serviços centrais do Estado para os municípios.

Este programa apostava numa maior valorização do papel dos municípios, das escolas e da comunidade em geral na tomada de decisões através de um contrato (fundamentado no quadro da ação local) que possibilitasse o desenvolvimento de uma maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa. Premissas como a subsidiariedade, proximidade, corresponsabilização, racionalização dos recursos e democratização, estavam na base do processo.

Assim, selecionou-se um grupo de municípios, que começaram no ano letivo de 2014/2015 o projeto de descentralização na área da Educação, cuja fase piloto se estimou com uma duração inicial de quatro anos.

O Contrato de Educação e Formação Municipal assinado por treze municípios, enquadra-se assim no âmbito de um projeto-piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos, constituindo-se como ponto de referência para um futuro modelo de gestão articulado e integrado no Sistema de Educação nos Concelhos.

Programa Aproximar Educação (PAE)	
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> a) Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos; b) Promover a eficácia e eficiência da gestão dos recursos educativos; c) Combater a saída precoce dos alunos do sistema educativo; d) Combater o abandono escolar; e) Monitorizar as práticas, os processos e os resultados do Projeto Educativo Municipal; f) Corresponder às necessidades e expectativas da comunidade educativa.
Princípios e limites orientadores da descentralização	<ul style="list-style-type: none"> a) O não aumento da despesa pública global; b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos afetos à Educação pelas autarquias; c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias; d) O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública;

	<i>f) Garantia que a liberdade de escolha das famílias é salvaguardada, ou mesmo ampliada.</i>
Domínios com competências delegadas	<p>1. Gestão curricular; 2. Gestão pedagógica; 3. Gestão de recursos humanos; 4. Gestão financeira; 5. Gestão de equipamentos e infraestruturas.</p> <p>Neste último caso, apontem-se alguns exemplos adaptados de contratos de autonomia em vigor:</p> <p>A) Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares; B) Equipar o Centro de Inclusão pelas Artes e Ofícios com as seguintes valências: unidades de ensino estruturado e apoio a alunos multideficientes; espaço oficial / laboratorial e de novas tecnologias; centro de aprendizagem /apoio ao estudo / ensino vocacional - (destinatários preferenciais: alunos com NEP, ensino vocacional e desenvolvimento de competências).</p>

No primeiro semestre de 2015, 13 municípios envolveram-se no projeto de descentralização de competências nas áreas da Educação: Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão. Estes concelhos, representam cerca de 10% da população portuguesa (um milhão de habitantes), 10% da população estudantil do ensino básico e secundário (cerca de 110 mil alunos), 10% das turmas existentes (cinco mil), 8,5% dos Agrupamentos existentes.

O contrato negociado com as 13 autarquias estipulava que mais de 60% das competências na área da Educação ficassem nos agrupamentos de escolas, 30% nos municípios e menos de 10% no Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Entre as competências que permaneciam no MEC figuravam as respeitantes à gestão do corpo docente e seu recrutamento por via dos concursos nacionais e a avaliação dos alunos, professores e escolas. Os agrupamentos continuariam a ser unidades orgânicas do MEC, mas a propriedade das escolas abrangidas passaria para os municípios depois de estar concluído o seu processo de reabilitação. As escolas que são propriedade da Parque Escolar seriam mantidas nesta empresa pública.

Embora obedecendo a normativos nacionais que continuarão a ser decididos pelo Ministério, as escolas juntamente com os municípios têm responsabilidades nas decisões sobre constituição de turmas, horários e o calendário escolar. Consagrou também uma “flexibilização curricular”: as matrizes curriculares definidas pelo MEC têm de ser cumpridas, mas as escolas podem ajustar a oferta de disciplinas com base nas características e necessidades dos municípios (25% do currículo nacional pode passar a ser integrado por “componentes curriculares de responsabilidade local”). Estes contratos de educação e formação municipal tinham prevista uma duração inicial de quatro anos escolares, mas poderiam ser denunciados pelo Ministério, caso se verificasse um incumprimento dos compromissos assumidos, nomeadamente no que respeitava à melhoria do desempenho educativo (avaliada em quatro domínios: i) % de alunos que abandonam a escola (ou estão em risco); ii) classificação nos exames nacionais; iii) variação anual destes resultados; iv) taxa de retenção).

Não existindo qualquer exercício de avaliação que permitisse informar sobre o desempenho e sucesso relativo dos contratos assinados, foi decidido avançar com um amplo e abrangente processo de descentralização, de transferência de competências para os Municípios, no domínio da Educação.

Assim, com a publicação da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) e do decreto-lei que concretiza essa transferência de competências no domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro) são reforçadas as áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da educação e regulando o funcionamento dos conselhos municipais de educação. A Carta Educativa e o plano de transporte escolar mantêm-se como

instrumentos de planeamento, e é consagrada a participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais foi concretizada em 2019. A autarquia da Golegã aceitou a transferência de competências na área da educação neste mesmo ano.

1.5. Participação e protagonismo dos municípios

Atualmente, o quadro legislativo que enquadra a participação do poder local na Educação remete-o para um papel mais ativo e interveniente na dinâmica educativa e na administração e planeamento da Educação.

A Carta Educativa constitui um instrumento dinâmico e orientador que contribuiu decisivamente para o planeamento das políticas educativas, sociais e económicas do concelho da Golegã.

O Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro (tal como já ocorria no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro), refere a obrigatoriedade da revisão da carta educativa sempre que existam alterações no reordenamento da rede educativa, como a criação ou encerramento de novos estabelecimentos educativos, ou sempre que esta fique em desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos. Caso estas premissas não se verifiquem, a periodicidade de revisão do documento deverá acontecer obrigatoriamente (de 5 em 5 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro; de 10 em 10 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro).

No fundamental, este documento tem como principal objetivo a formulação de uma proposta de reordenamento da rede educativa concelhia, que se considere mais adequada à procura previsível no médio/longo prazo. A referida procura terá sempre em linha de conta as evoluções da política e a legislação respetiva, as oscilações da procura da educação e ensino bem como a necessidade de rentabilização do parque escolar existente.

Neste contexto, em termos estratégicos a revisão da Carta Educativa visará o redimensionamento da rede educativa da Golegã que permita aos responsáveis concelhios desenvolver uma atuação que promova a melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população do concelho e tendo como objetivos gerais:

- Adequação das ofertas de ensino, educação e formação à procura efetiva, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos;
- Caracterizar a rede de equipamentos de educação, ensino e formação profissional de âmbito público e privado;
- Detetar e corrigir as assimetrias relacionadas com a localização dos estabelecimentos de ensino públicos, garantindo dessa forma uma distribuição equilibrada no território, bem como as necessidades de construção de novos equipamentos e a reconversão e adaptação dos equipamentos existentes;
- Selecionar os critérios de programação e redimensionamento mais adequados à realidade atual e às necessidades específicas do município, assegurando que a rede pública de ensino pré-escolar, básico, secundário e de formação profissional esteja efetivamente adequada à legislação em vigor e aos objetivos da política educativa municipal;

- Garantir a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens de forma a atenuar desigualdades e assimetrias;
- Fomentar a articulação e a complementaridade entre a educação a formação e o mercado de trabalho;
- Consolidar os processos de articulação e interação da autarquia com a comunidade educativa, nomeadamente, pais e encarregados de educação, associações de pais, professores, direções de agrupamentos e funcionários;
- Contribuir para o combate ao absentismo e abandono escolar.

Neste quadro de referência, parece indubitável que deverá continuar a caber à autarquia manter e estimular a ligação entre a Educação, a Cultura, a Comunidade e o Desenvolvimento Local Sustentado, continuando a assumir essa prioridade e estratégia durante os próximos anos. De igual modo, é neste sentido que a Revisão da Carta Educativa deverá traduzir-se, no seu enquadramento e propostas, como um instrumento dinâmico e orientador das políticas educativas, mas em complementaridade e com um papel fundamental na prossecução das políticas sociais e económicas no concelho.

Conforme referenciado anteriormente, a elaboração da Revisão da Carta Educativa emerge num contexto em que as relações entre a Escola, a Comunidade e o Poder Local se assumem como um dos novos desafios com que se depara a educação (de que é exemplo paradigmático a implementação do PAE). O próprio conceito de “Educação”, tem evoluído e não se limita a ser entendido como um processo de formação inicial onde os conhecimentos adquiridos se assumem como património cognitivo suficiente para o cabal desempenho dos vários papéis a cumprir durante a vida. Neste sentido, impõe-se como novo desafio à escola atual, a partilha de responsabilidades e solicitações decorrente do aumento crescente das competências e da sua complexidade, estabelecendo-se alianças e parcerias entre as várias entidades que intervêm nos mesmos espaços educativos e na sua envolvente próxima.

É neste contexto que cada vez mais o tempo educativo se distingue do tempo escolar, este último progressivamente entendido como uma parcela do tempo de formação. Os diversos e contínuos desafios exigem uma educação permanente ao longo da vida, disputando o espaço escolar a sua influência educativa com outros espaços, reais (casa, local de trabalho ou lazer) ou virtuais, possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

A Educação passou a ser entendida como um apelo constante à diversificação de espaços, modalidades e meios de ensinar e aprender, reconhecendo-se a importância da educação inicial e a de adultos, a complementaridade entre a educação formal, não-formal e informal e a necessidade de romper o “isolamento” da educação, através da sua vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento, como o social, cultural, ambiental e económico.

Por outro lado, a nova sociedade educativa, progressivamente centrada na multiplicação de redes de informação e de intervenção, permite pensar e agir simultaneamente ao nível global e local, recuperando antigas cumplicidades e afinidades de vizinhança. A Educação passa a abrigar uma dimensão social que diz respeito a todos os atores económicos, sociais e políticos uma vez que é cada vez mais um fator privilegiado, ao serviço do desenvolvimento sustentado da sociedade.

Assim, a Educação deve ser encarada como a principal condição do progresso humanizado das comunidades e da promoção da qualidade de vida das pessoas, colocando a escola no centro da ação ao nível das políticas educativas municipais.

Parece evidente a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica criando uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania ativa, de expandir e diversificar a formação dos jovens apostando na qualificação das novas gerações. A Escola deve ser entendida como espaço de relação, de aquisição de conhecimentos, de compreensão e respeito mútuos, bem como a congregação de esforços do Estado e da Sociedade Civil, pressupondo uma “convergência” com os Sistemas Educativos e Formativos.

Neste quadro de referência, o Município da Golegã tem vindo a apostar na Educação, assumindo-a como uma prioridade e concedendo à Carta Educativa, em complemento com outros referenciais municipais (Projeto Educativo Municipal) o papel de instrumento privilegiado para a definição e implementação das políticas educativas locais. Como no passado, no exercício de Revisão, o Município da Golegã assume um papel liderante, dinamizador e condutor do processo. Contudo, o seu papel como facilitador, potenciando novos/outros pontos de vista e gerando consensos, não o inibe de se constituir como um agente de mudança, lançando desafios, apontando respostas e soluções para as situações problemáticas diagnosticadas.

1.6. A Revisão da Carta Educativa ao serviço da definição e implementação da política setorial

A legislação que enquadra a Revisão da Carta Educativa é constituída por documentos legais de vários tipos, que refletem as transformações ocorridas nas últimas décadas no Sistema Educativo Português, tendo em vista a adequação e aproximação às tendências organizacionais que têm atravessado os Sistemas Educativos Europeus nos anos mais recentes, nomeadamente aqueles com os quais tem maiores afinidades culturais.

Dada a natureza do Sistema Educativo Português, influenciado por um conjunto de reformas significativas após a década de 70, estas transformações foram lentas, por vezes têm evoluído de forma contraditória entre si, e nem sempre respondendo eficazmente aos seus principais objetivos. Acresce ainda o facto da legislação com implicações ao nível do Sistema Educativo ser frequentemente resultante do cruzamento de competências executivas e legislativas de diversas origens, que refletem consensos nem sempre concretizáveis de forma rápida e eficaz.

Conforme explanado, uma das mudanças mais significativas tem sido o crescente protagonismo das autarquias locais enquanto parceiros e responsáveis por vários níveis do sistema educativo. Tem-se registado um significativo aumento das competências dos órgãos municipais, nomeadamente na definição das políticas educativas do concelho, na organização e gestão da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, na gestão de pessoal não docente, nos transportes e apoio social escolar e, também, nas próprias tarefas de organização e ordenamento dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, num primeiro momento, e o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, atualmente, visam enquadrar e responder a estas situações, transferindo efetivamente competências relativamente aos Conselhos Municipais de Educação (órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas ao nível do concelho) e relativamente à elaboração da Carta Educativa (instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino). Em termos complementares, estes diplomas regulamentam as competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação (fundamentais para enquadrar o quadro de elegibilidades aos principais instrumentos financiadores) referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

No que respeita à Carta Educativa, conforme expresso anteriormente, o diploma legal (Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro) define-a “como o instrumento, ao nível municipal de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”.

Neste contexto, o planeamento da rede educativa pressupõe uma visão integrada e integradora da Escola, não só no plano interno da organização, mas também ao nível da gestão de recursos e práticas, e das relações com a comunidade. Nesta perspetiva, a Revisão da Carta Educativa deve continuar a visar a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades locais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspetiva de adequação da rede educativa às características locais, assegurando a coerência e racionalização dos recursos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa da Golegã é um instrumento fundamental de planeamento, que permite aos responsáveis desenvolver uma atuação estratégica e informar a decisão, no sentido de:

- Orientar a redefinição do Sistema Educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural do Município da Golegã;
- Evitar ruturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos equipamentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão;
- Definir prioridades, otimizando a utilização dos recursos consagrados à educação e a sua complementaridade com recursos de outras áreas do desenvolvimento sustentado concelhio.

Tendo como referência o conceito de território educativo, entendido como o espaço geográfico onde deve ser assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória (DAPPP, 2000), importa promover o desenvolvimento de estruturas que viabilizem a integração dos diferentes ciclos do ensino básico, da educação pré-escolar à secundária, procurando atingir objetivos como: i) desenvolver uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar dos alunos; ii) racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado.

A operacionalização do conceito de território educativo procura articular duas vertentes fundamentais – pedagógica e de ordenamento do território. Relativamente à vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados, através do funcionamento em rede de estabelecimentos (onde será essencial o conceito de escola nuclear que inclua recursos físicos e humanos especializados) ou da sua concentração num número reduzido de estabelecimentos. No que diz respeito à vertente de ordenamento do território deverá procurar-se responder às novas tendências de organização do território.

Os princípios atrás referidos remetem-nos para o conceito de escola nuclear que congrega recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Em face da organização atual do sistema educativo e da tipologia de estabelecimentos atualmente existentes, as escolas nucleares são geralmente Escolas Secundárias; Escolas Básicas 2,3; Escolas Básicas Integradas ou EBI/JI (Escolas Básicas Integradas com Jardim de Infância).

O quadro legal em vigor reforça estes princípios orientadores ao assinalar que a Carta Educativa deve criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

Neste sentido, definir a rede educativa consiste na “configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, nomeadamente os que dizem respeito a uma utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.

Trata-se de uma visão para a programação e planificação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar as novas metodologias e princípios do planeamento estratégico ao domínio da educação, entendendo-se, assim, a Carta Educativa numa dupla vertente. A um tempo, trata-se de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa dos diferentes níveis da administração num dado território (o município). A outro tempo, a Carta Educativa deve ser encarada como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas no Município assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional.

Em termos gerais a realização das Revisões das Cartas Educativas, deve ter como elemento fundamental e enquadrador a atual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações posteriores), nomeadamente naqueles princípios gerais que possam ter implicações no seu conteúdo.

Assim, o atual quadro legislativo define como objetivo a escolaridade obrigatória de 12 anos e organiza a escolaridade básica em três ciclos (1º ciclo de quatro anos, 2º ciclo de dois anos e 3º ciclo de três anos). Acresce ainda a educação pré-escolar (dos 3 anos aos 5 anos de idade) e o nível secundário (do 10º ano de escolaridade ao 12º ano de escolaridade). Esta organização educativa, aliada à progressiva generalização da frequência da educação pré-escolar a todas as crianças teve implicações no planeamento da rede escolar, nas últimas duas décadas.

Foram assim criadas as condições para o aperfeiçoamento progressivo de um conjunto de tipologias de escolas relacionadas com essa estruturação do sistema educativo, baseado em critérios que indicam que ao ensino básico e ao ensino secundário devem corresponder edifícios diferentes. Indiciam ainda orientações de que os estabelecimentos do ensino básico podem agregar mais de um ciclo e incluir salas de jardins-de-infância, favorecendo a flexibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino, em conformidade com a evolução da procura escolar. Dá ainda resposta à procura de generalização progressiva do acesso à educação pré-escolar e ao alargamento da frequência do ensino secundário e do acesso ao ensino superior.

Outra consequência foi a progressiva territorialização das políticas educativas, que reconhece quer a escola como um local central de gestão quer a comunidade local como um parceiro essencial na tomada de decisões de política educativa e a gestão da educação (questão da sociedade que envolve, além do Estado, todos os parceiros sociais, permitindo e incentivando, entre outros aspetos: a descentralização de competências e

valorização da inovação ao nível local e da ligação da educação e da formação aos seus territórios geográficos e sociais). Neste contexto insere-se a organização dos territórios educativos em agrupamentos verticais de escola que têm em vista que quem frequenta o ensino público possa iniciar e completar a escolaridade obrigatória num mesmo agrupamento de escolas e, simultaneamente, criar condições de gestão mais racional e eficaz dos estabelecimentos e dos recursos de ensino.

1.7. Execução da Carta Educativa

A Carta Educativa da Golegã foi aprovada e homologada pelo Ministério da Educação em 2006, tendo sido alvo da sua primeira revisão em 2015. Este documento assentava em 2 eixos estratégicos:

– *Eixo Estratégico 1: Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico*, onde integravam projetos de requalificação de quatro estabelecimentos de ensino: Jardim de Infância da Golegã, Escola Básica da Golegã, Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga e EB1/JI do Pombalinho. Segundo o cronograma, estas 4 ações seriam executadas entre 2017 e 2020 e teriam um custo aproximado de €800.000.

– *Eixo Estratégico 2: 2º/3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário*, compreendia a requalificação/modernização da Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia, com execução entre 2018 e 2019 e um custo aproximado de €1.100.000, superior ao Eixo 1.

Tendo em consideração as ações da Carta Educativa de primeira geração, conclui-se que não se efetuou nenhuma das requalificações previstas. A EB1/JI do Pombalinho (para a qual se previa a sua requalificação) encontra-se inativa e, no caso da requalificação/modernização da Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia, o Município encontra-se a preparar candidatura para sua requalificação.

Ao longo dos últimos 5 anos, não foi executado nenhum projeto, não previsto em sede de Carta Educativa.

1.8. Enquadramento na Política Urbana Municipal

O Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), de 2018, enquadra alguns objetivos estratégicos que se complementam e reforçam reciprocamente, e que permitem suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;

- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

Por outro lado, a dimensão multifatorial da Carta Educativa obriga a uma relação de proximidade com os processos de ordenamento da rede educativa e com o território onde esta se insere, pelo que deve estar associada aos demais instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente do Plano Diretor Municipal da Golegã (PDMG) – principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal. Acresce o estipulado no artigo 96.º, n.º1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio⁴, no qual se reforça a perspetiva de que o PDM “(...) define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação (...)”.

A este quadro legal acresce a regulamentação da Carta Educativa que reforça a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Conforme expresso anteriormente, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para o ordenamento do território, a diferentes escalas.

A revisão do PDM da Golegã encontra-se concluída. Impedir o povoamento disperso e a fragmentação da paisagem, nomeadamente através da contenção da expansão urbana e da excecionalidade da edificação isolada em solo rústico, bem como estruturar em torno da Vila da Golegã e da Azinhaga as procuras de edificação, tirando partido da localização privilegiada e proximidade às principais vias de comunicação, são dimensões centrais a prosseguir ao nível da gestão territorial.

Uma rede de equipamentos educativos, com qualidade e de excelência, diferenciadora e atrativa à escala local e supramunicipal, com capacidade de resposta formativa inovadora é um dos pilares centrais para a sua prossecução.

1.8. Determinantes da procura de equipamentos educativos

Atualmente é unanimemente reconhecida a importância de dotar o país e os Municípios de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, o que abrange intervenções ao nível da dotação de equipamentos coletivos, por serem essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

Compreende-se, portanto, a forte pressão para a manutenção de elevados níveis de investimento na dotação de novos equipamentos e na requalificação dos existentes. No entanto, a necessidade em acautelar a respetiva sustentabilidade económica e financeira coloca cada vez mais a tónica na equidade de acesso e utilização dos indivíduos aos equipamentos coletivos. Trata-se assim de promover, a um tempo, uma oferta espacialmente diferenciada em função de necessidades igualmente distintas e, a outro, uma oferta semelhante em territórios com carências idênticas. Deste modo, deve igualmente conferir-se aos equipamentos educativos uma

⁴ Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro

componente que se estende para lá da sua funcionalidade, fomentando a sua integração e priorizando o seu papel numa rede mais ampla de equipamentos que concorrem para o reforço da coesão social e territorial.

Na qualidade de fatores de diferenciação das particularidades e carências dos territórios importa destacar essencialmente dois fatores:

- Os comportamentos demográficos do concelho, importando conhecer o perfil populacional prevaiente (e da sua envolvente próxima, pela sua capacidade de atração pendular), bem como as estimativas populacionais para os diferentes horizontes temporais de referência e a evolução dos quantitativos de grupos específicos, nomeadamente dos grupos etários alvo (as crianças e os jovens, que integram cada um dos níveis de ensino);
- As dinâmicas socioeconómicas do concelho, o que contempla o desempenho macroeconómico, atual e prospetivo (capacidade polarizadora de emprego sub-regional), aferido com recurso à inserção no mercado de trabalho e aos fenómenos da exclusão social, com base nos deficits de qualificação e formação.

Contemplando estas duas dimensões de análise, as variáveis que determinam a evolução da procura educativa e, subsequentemente, a procura dos equipamentos e serviços educativos constituem as determinantes da procura. Cada uma destas determinantes da procura revela problemas específicos, assumindo-se como fatores estruturantes a contemplar no exercício de programação.

Na análise das dinâmicas demográficas assume particular centralidade a redução populacional (perda de população residente), no decurso das últimas décadas. O decréscimo das faixas etárias mais jovens e a diminuição dos jovens casais em idade fértil (com conseqüente quebra das taxas de natalidade e fertilidade), tem gerado fortes modificações na estrutura da população, o que se reflete diretamente nos padrões de procura educativa orientados para os públicos-alvo que apresentam correspondência direta com os grupos etários mais jovens. Registe-se que a programação de equipamentos educativos norteados para esta população se encontra “facilitada”, na medida em que a sua concordância com grupos etários permite a realização de exercícios de projeções demográficas, possibilitando assim estimar, com menores margens de erro, a evolução e o destes quantitativos populacionais.

A análise das dinâmicas socioeconómicas encontra-se fortemente associada ao comportamento macroeconómico e aos impulsos e predisposição da iniciativa privada, com reflexos na criação de emprego e uma maior inserção no mercado de trabalho de jovens ativos. Nos últimos anos, observa-se uma inversão das tendências negativas, associadas a constrangimentos de caráter estrutural, tais como os baixos níveis de escolaridade na estrutura de qualificações da população ativa. A intensificação do esforço de escolarização, relativamente célere, tem permitido a geração de emprego qualificado, embora se continue a registar um agudizar da desigual distribuição da riqueza, com um aumento considerável do fosso entre os detentores de melhores salários (mais qualificados) e aqueles que estão à margem/em dificuldade no sistema económico, em situação de desemprego ou com emprego precário (com menores níveis de formação e qualificação).

1.9. Objetivos e desafios

A Revisão da Carta Educativa reveste-se da maior pertinência, não só pela relevância da mesma no planeamento e gestão do território, mas sobretudo atendendo às especificidades territoriais e rápidas

transformações económicas e sociais registadas recentemente, marcando incontornavelmente o quadro de vida dos munícipes da Golegã.

Conforme consagrado no normativo enquadrador, o processo de Revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta. Contudo, o exercício de Revisão assume uma dimensão ambiciosa que se sustenta em quatro desafios principais:

- **Manutenção/incremento da qualidade.** A Carta Educativa vigente, enquanto exercício com reconhecida qualidade técnica e científica, permitiu a tomada de decisão informada;
- **Compatibilização do cumprimento da lei com uma dimensão inovadora que projete uma maior integração intersectorial.** Mantendo a arquitetura programática (estrutura, conteúdos, ...), assumiu-se este exercício de 2ª geração enquanto oportunidade para introdução de conceitos/abordagens inovadoras e fomentadoras de uma maior integração de diferentes políticas públicas;
- **Garantir eficácia à monitorização/avaliação.** A Carta Educativa, enquanto instrumento flexível e de apoio à tomada de decisão informada, deve possuir uma plataforma de monitorização, com fácil acesso e com informação base (crítica) regularmente atualizada;
- **Mobilização dos atores-chave.** Despoletar um debate alargado sobre o Sistema Educativo no Município e gerar um compromisso para a ação. Momento oportuno para gerar consensos e ponderar mudanças (novas respostas a desafios e problemas existentes/emergentes).

De modo a superar estes desafios, apontam-se algumas das dimensões inovadoras que se associaram ao processo de elaboração:

- **Exercício amplamente participado e suportado em ferramentas tecnológicas.** As ferramentas metodológicas são, sobretudo, de base tecnológica e intuitivas, facilitadoras da mobilização dos agentes e da sistematização de informação volumosa (inquéritos, plataforma de monitorização, ...).
- **Abordagem holística e multidimensional.** Uma abordagem multidimensional do Sistema Educativo, que permite potenciar o papel da Educação nas políticas públicas e fomentar uma maior integração intersetorial, relevando dimensões como a eficiência energética, a inclusão social, a refuncionalização /complementaridade de espaços, as causas do insucesso e abandono escolar, ...;
- **Alargamento do perímetro do objeto.** Ampliação da caracterização física e funcional dos equipamentos, bem como das propostas de intervenção na rede escolar, a todos os níveis de ensino. Procura de potenciar complementaridades e articulações com as restantes redes (privada, solidária, profissional) e estabelecer comparações que permitam enquadrar e suportar opções de melhoria das condições da rede pública num contexto de robustecer as relações inter-redes;
- **Utilização de modelação matemática para as estimativas de procura potencial.** Utilização do Modelo Cohort-Survival aberto, para a análise prospetiva da evolução da procura. Calibração do exercício de cenarização com as opções de política económica e urbana previstas;
- **Recurso a informação de síntese.** Circunscrever o diagnóstico a informação que releve o contexto de partida (existente e emergente), focando o instrumento nas dimensões estratégicas, de intervenção e monitorização.

1.10. Metodologia de trabalho

O processo de trabalho adotado, sustentado numa multiplicidade coerente, sequencial e integrada de abordagens e ferramentas metodológicas, assume um papel determinante para a prossecução dos objetivos e o sucesso dos resultados gerados.

Neste quadro, o Roteiro Metodológico desenhado estrutura-se em fases sequenciais, por sua vez subdivididas em etapas. Cada uma destas etapas visa responder a objetivos precisos e claramente identificados. Para os alcançar, foram realizadas diversas ações, através da aplicação de metodologias específicas. O progresso destas tarefas foi também temporalmente organizado, de forma a incrementar sinergias, elevar os níveis de eficácia e produzir ganhos de racionalidade.

Por outro lado, o exercício, temporalmente contemporâneo da Revisão do PDM, representou uma oportunidade para estimular um amplo debate sobre o papel central e estratégico do Sistema de Educação e de formação local no âmbito de um processo de desenvolvimento sustentado e multidimensional, fomentadora da competitividade económica, da sustentabilidade ambiental e da coesão social e territorial no Município.

Concomitantemente, foi possível promover um instrumento gerador de compromissos para a ação que envolve um amplo conjunto de entidades com responsabilidades, diretas e indiretas, no domínio da Educação, concorrendo para garantir a exequibilidade e enquadrar as elegibilidades/responsabilidades das intervenções preconizadas nos instrumentos financeiros de apoio disponíveis.

Neste quadro, foram adotadas e potenciadas as premissas que anteriormente, no âmbito da elaboração da Carta Educativa, tinham suportado o processo. O exercício de Revisão foi, assim, amplamente:

- Participado, estimulando e incentivando, por diversos meios, a participação dos agentes educativos (por exemplo, entrevistas semiestruturadas);
- Co-construído, vertendo o contributo ativo dos agentes educativos, dos diversos departamentos municipais com atribuições e competências em dimensões complementares e de apoio ao Sistema Educativo;
- Mobilizador, potenciando a participação de atores estratégicos, através do desenvolvimento de diversas ferramentas e espaços de partilha de opiniões e reflexões, contribuindo para conhecer vontades e ambições e atrair recursos.

O Roteiro Metodológico contemplou duas fases: uma primeira fase de revisitação do diagnóstico (territorial e setorial) numa abordagem prospetiva, uma segunda de (re)definição da estratégia, do programa de intervenções e de garantir um processo de monitorização e avaliação regular da Carta Educativa.

Numa etapa preliminar procedeu-se a uma avaliação global do documento (Carta Educativa), nomeadamente no que respeita à prossecução dos objetivos e do conseqüente grau de execução das propostas, bem como da pertinência e atualidade das propostas não executadas. Estas considerações iniciais procuraram, assim, refletir sobre as grandes linhas orientadoras que presidiram à estruturação das propostas consignadas nos documentos, bem como a situação da rede escolar no concelho, nos anos letivos em causa, que suportaram algumas das decisões/opções assumidas e, em função da evolução verificada na rede e na procura, da adequação e oportunidade de proceder a reajustamentos e reorganização da rede.

Esta primeira abordagem permitiu ainda detetar eventuais fragilidades ou constrangimentos, limitadores ou potenciadores da execução, que potencialmente se poderiam revestir de fulcral importância para a operacionalização do “novo” programa de intervenção.

Assim, para além da revisitação/avaliação destes documentos, a primeira fase dos trabalhos, de contextualização e diagnóstico prospetivo, compreendeu quatro etapas principais. Uma primeira centrada no enquadramento geral do Município, em termos territoriais (inserção geográfica, sistema urbano municipal,

demografia e base económica e social) e setoriais (diversas variáveis educativas). Uma segunda, focada na caracterização e diagnóstico da oferta (rede de equipamentos), uma terceira, direcionada para a caracterização da procura atual e potencial (incluindo cenários prospetivos de procura por nível de ensino) que procura relevar visões parcelares e as grandes conclusões e orientações para a abordagem estratégica.

Etapa	Metodologias específicas (principais)	Produto/Capítulo
Enquadramento geral do processo e do Município	<p>Recolha e análise de informação de fontes documentais, estatísticas e cartográficas: seleção e recolha de informação documental, estatística e cartográfica considerada essencial para os objetivos da tarefa. Foram privilegiadas fontes de informação oficiais (INE, outros organismos estatais e da UE, Município da Golegã);</p> <p>Recolha e análise documental: seleção, recolha e análise de documentos estratégicos e estudos produzidos recentemente e considerados relevantes para compreender as mudanças em curso no território e para identificar alterações ocorridas nas políticas públicas (sobretudo setorial), com impacto na definição estratégica e nas opções/propostas de intervenção.</p>	“Contextualização Geral” e “Quadro de Referência Territorial”
Caraterização e diagnóstico da oferta (rede de equipamentos), por níveis de ensino	<p>Recolha e análise de informação estatísticas: seleção e recolha informação estatística considerada essencial para os objetivos da tarefa, junto do Município da Golegã e Agrupamento de Escolas.</p> <p><i>Web Survey:</i> o diagnóstico da oferta foi suportado nos resultados de um inquérito online dirigido às escolas (rede pública). Aplicação de inquéritos por questionário a todos os equipamentos que constituem a rede educativa da Golegã (online).</p> <p>O inquérito, desenvolvido numa aplicação web e difundido através de mailing lists serviu para obter informação quantitativa e qualitativa relevante, nomeadamente no que respeita à cobertura da rede, concretamente a taxa de ocupação dos equipamentos, a distribuição geográfica dos mesmos por diversas tipologias, bem como outras dimensões complementares importantes (transportes, rede viária e de mobilidade suave, ...);</p> <p>Fichas técnicas por equipamento: constam, por exemplo, a tipologia de edifício, dimensão, oferta de educação e ensino, nível/taxa de ocupação, ano de criação, recursos humanos existentes, tipologia de instalação, estado de conservação (edifício e infraestruturas), oferta de serviços, recursos/atividades e espaços complementares, condições de higiene, segurança e saúde/conforto, condições de acesso, consumo/eficiência energética.</p>	“Caracterização e Diagnóstico da Oferta”
Caraterização da procura atual e potencial	<p>Recolha e análise de informação estatísticas: seleção e recolha informação estatística considerada essencial para os objetivos da tarefa, junto do Município da Golegã, Agrupamento de Escolas.</p> <p><i>Web Survey:</i> o diagnóstico da oferta foi suportado nos resultados de um inquérito online dirigido às escolas (rede pública, privada, solidária, profissional). O inquérito, desenvolvido numa aplicação web e difundido através de mailing lists serviu para obter informação quantitativa relevante, nomeadamente no que respeita à procura existente e sua evolução recente (n.º de alunos inscritos por nível: pré-escolar, básico – 1º, 2º e 3º ciclos e secundário).</p> <p>Elaboração de projeções demográficas/ estimativas da população escolar para os anos letivos de 2021–2025 e 2031 – utilização do modelo de <i>cohort survival</i> aberto. As projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas para as diversas freguesias do concelho, segundo um cenário tendencial. Nas freguesias em que as dinâmicas em curso assim o justificam, foram realizadas projeções para um outro cenário (expansionista/voluntarista). Com base nestes dados de projeção demográfica, foi construído um cenário prospetivo de procura educativa por idade e grau de ensino, num quadro de ensino obrigatório de 12 anos de escolaridade, até aos 18 anos.</p>	“Caracterização da Procura Atual e Potencial”

Assim, nesta primeira fase, na medida em que já tinham decorrido mais de 5 anos letivos sobre os dados de base utilizados na Carta Educativa (atualização), associado ao fato de algumas das dinâmicas demográficas e urbanas observadas recentemente, apontarem para transformações territoriais não plenamente consagradas na Carta Educativa, estabeleceu-se uma nova situação de referência, de suporte a um programa de intervenção eficaz e adaptado à realidade presente.

Assim, procurou refletir, entre outros, sobre: i) as tendências recentes e dinâmicas demográficas e urbanas emergentes; ii) a oferta de equipamentos complementares potencialmente a associar à rede educativa; iii) a evolução recente da oferta e procura educativa global no concelho; iv) a oferta e procura existente ao nível da rede de equipamentos profissionais.

Posteriormente, executaram-se três etapas principais. Uma primeira sustentada nos desafios, princípios e objetivos que concorrem para a definição da matriz estratégica de intervenção. A segunda, que correspondeu à definição do plano de ação. A terceira, focada no modelo de monitorização. Nestas etapas, foram expostos os desafios colocados à Revisão Carta Educativa, nomeadamente:

- Adoção de estratégias integradoras que maximizem sinergias e complementaridades;
- Vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento;
- Melhoria da qualidade da prestação de serviços;
- Equidade de acesso aos equipamentos;
- Incremento e qualificação da rede de equipamentos existentes;
- Atração de novos atores e reforço da integração e posicionamento do município à escala regional.

Foram, igualmente, definidos os princípios e critérios de planeamento da rede. Enquanto princípios orientadores do padrão territorial da rede, relevam por exemplo: organização, territorialização, proximidade, utilização mais eficiente dos recursos, centralidade/policentrismo, correção de desigualdades e assimetrias. Nestas etapas, foi definida a estratégia educativa para o concelho, concretamente a Estratégia de Intervenção, as Linhas Estratégicas, o Plano de Ação da Rede de Equipamentos Educativos.

Sistematizadas as principais propostas apresentadas e ponderadas as opções alternativas e/ou complementares, foi criado um Programa de Intervenção, que contempla um conjunto de projetos estruturantes, de maior dimensão financeira e impacte, bem como uma série de projetos complementares resultantes de intervenções ao nível do parque escolar já instalado (climatização, apetrechamento com material didático, racionalização energética, etc.). Esta componente teve como principal objetivo o estabelecimento de prioridades de ação no horizonte da Carta Educativa, de acordo não apenas com os objetivos que a Carta pretende alcançar, mas também com a afetação de recursos materiais inerentes à implementação das propostas da mesma.

Finalmente, assumindo que a Revisão da Carta Educativa do Município é um documento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (2030/2031), mas simultaneamente é um instrumento flexível (diversas variáveis que poderão levar à necessidade de reajustamentos: reorientações do Sistema Educativo, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras), contemplou-se um processo de monitorização e avaliação que inclui uma bateria de indicadores que permite efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que inclui uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento e de impacte, nomeadamente da relação entre a oferta e a procura).

2. Quadro de referência territorial

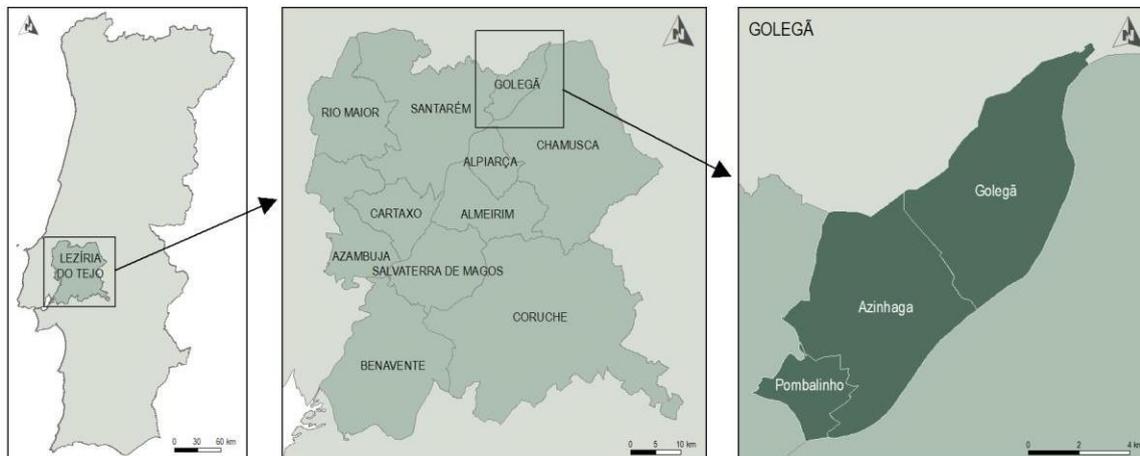
2.1. Rede territorial e urbana

2.1.1. O contexto regional

A Lezíria do Tejo, com uma área de aproximadamente 4.275 Km² e com cerca de 247 mil habitantes, constitui uma sub-região de média dimensão no contexto nacional e regional. Em termos de hierarquia urbana esta sub-região é dominada pela cidade de Santarém. O nível intermédio é desempenhado pelas cidades de Almeirim, Cartaxo, Rio Maior e pelas vilas de Benavente e Coruche, enquanto as restantes sedes de concelho constituem o nível seguinte.

O concelho da Golegã está situado na margem direita do rio Tejo integrando a sub-região da Lezíria do Tejo. Composto por três freguesias (Golegã, Azinhaga e, desde 2013, Pombalinho), este concelho é limitado a Norte pelos concelhos de Torres Novas, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha; a Sul e a Este pelos concelhos de Santarém e da Chamusca. O concelho da Golegã constitui um território de intermediação entre subsistemas territoriais diferenciados, constituindo, nomeadamente, uma porta de intermediação entre a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo e, simultaneamente, entre a margem norte e a margem sul do Tejo. Desenvolve forte articulação com o eixo urbano Torres Novas / Entroncamento.

Figura 7 – Enquadramento geográfico do concelho da Golegã



Fonte: Elaboração própria

As transformações recentes do sistema territorial e urbano da Lezíria do Tejo têm favorecido a emergência de dois tipos de dinâmismos. Por um lado, os processos de concentração inter e intra concelhios têm despoletado um crescente protagonismo territorial dos centros urbanos de pequena e média dimensão. Por outro, têm vindo a consolidar-se subsistemas territoriais e urbanos, sob a forma de eixos e conurbações, sustentados pelas principais vias de comunicação.

Relativamente ao primeiro aspeto, a vila da Golegã constitui um centro urbano que concentra funções centrais com um espectro territorial limitado, sobretudo associado ao seu território municipal, adquirindo a sua

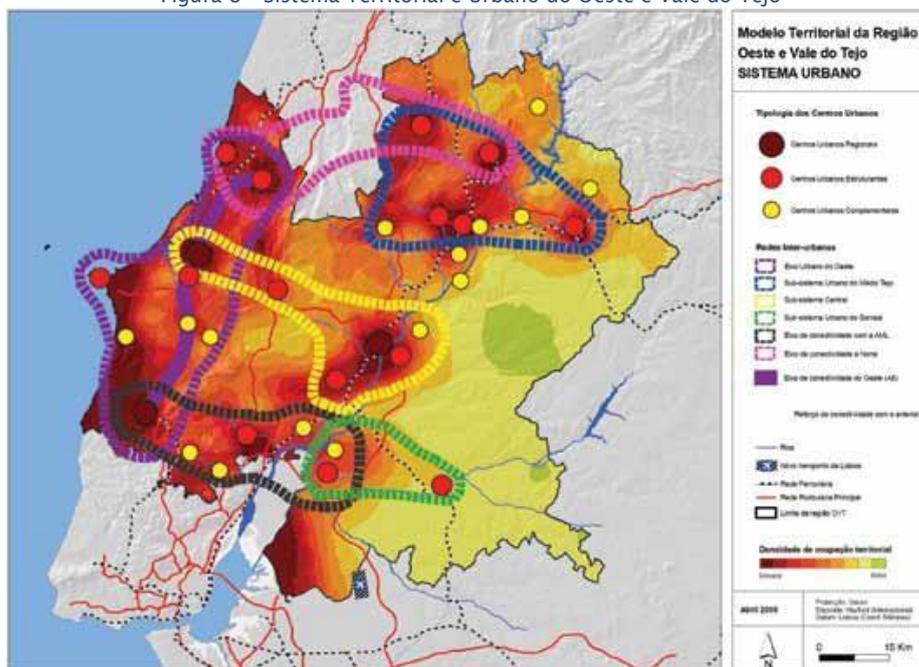
população bens e serviços raros, fundamentalmente, nos municípios vizinhos de Torres Novas e do Entroncamento.

No que diz respeito aos subsistemas territoriais, importa destacar o subsistema Torres Novas/ Entroncamento/ Vila Nova da Barquinha/ Golegã, cuja dinâmica está, em grande medida, associada ao processo de terciarização e industrialização do eixo Torres Novas/ Entroncamento.

As orientações do PNPOT (Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território) e do PROTOVT (Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo) para a componente da equipamentação territorial estão em estreita articulação com a modelação do sistema territorial e urbano, designadamente:

- a rede de equipamentos e serviços deve responder adequadamente à diversidade dos contextos territoriais, atendendo às características das estruturas sociais e económicas e aos níveis e tipologia dos problemas presentes e emergentes;
- o sistema urbano regional orienta a definição e a estruturação das redes de serviços, infraestruturas e equipamentos públicos de âmbito supramunicipal e regional, garantindo condições de equidade territorial em termos de cobertura e acessibilidade;
- a rede de equipamentos e serviços deve assentar em sistemas de articulação, de forma a dar coerência à oferta, rendibilizar recursos humanos e físicos e permitir uma melhor adaptação aos novos desafios da sociedade e da economia.

Figura 8 - Sistema Territorial e Urbano do Oeste e Vale do Tejo



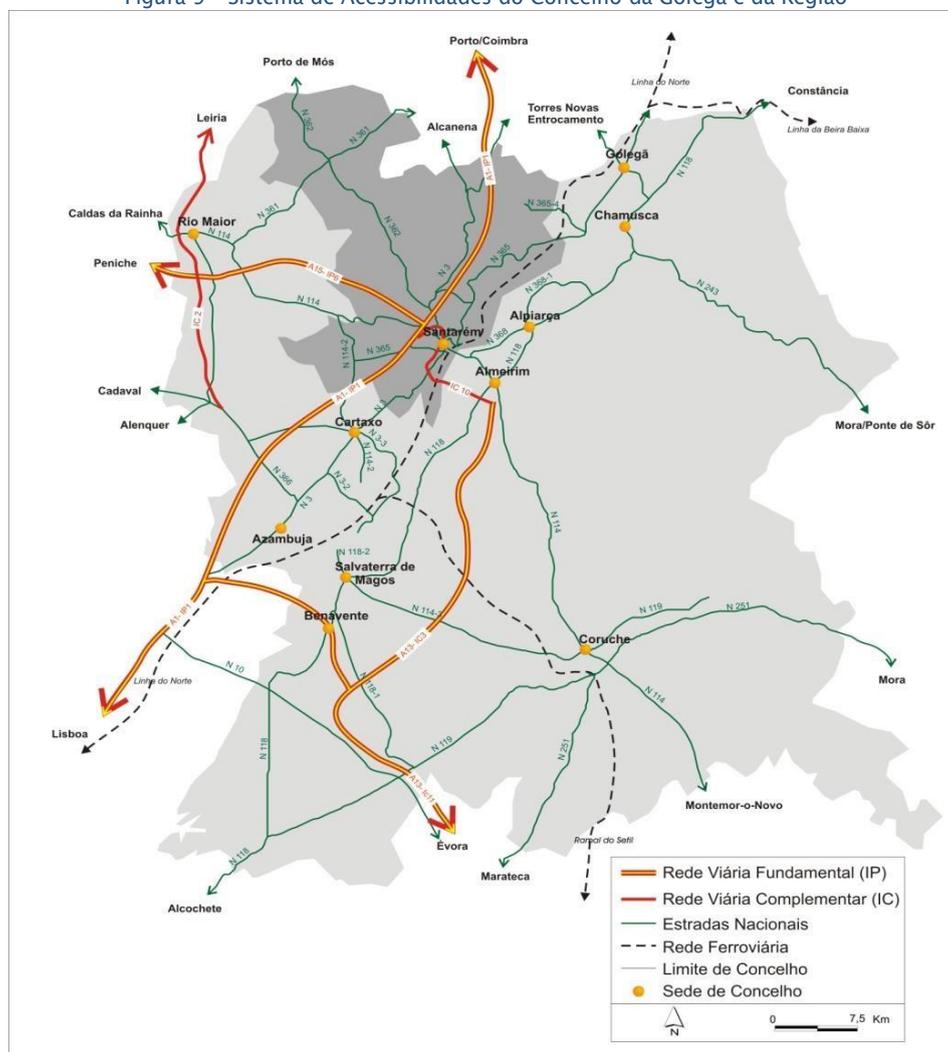
Fonte: CCDRLVT (PROT do Oeste e Vale do Tejo, 2009)

2.1.2. Transformações concelhias

Nas acessibilidades, o concelho detém uma posição relativamente privilegiada no que respeita à proximidade de alguns nós importantes dos sistemas rodoviário e ferroviário. Assim, quanto à rede viária, encontra-se na área de influência imediata da A23, e do futuro IC3; é também percorrida pelas EN243 e EN365. A sua proximidade da Estação de Mato Miranda e a relativa proximidade ao importante nó ferroviário do

Entroncamento garante, igualmente, o acesso quer à linha do Norte, quer ainda à linha do Leste com ligação a Espanha.

Figura 9 – Sistema de Acessibilidades do Concelho da Golegã e da Região



Fonte: Elaboração própria

As transformações económicas, sociais e culturais ocorridas nos últimos anos em Portugal introduziram, também, modificações relevantes na forma como as populações se distribuem pelo território. As linhas gerais do povoamento apontam para a concentração da população nos aglomerados de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica.

O concelho da Golegã caracteriza-se pela existência de uma estrutura de povoamento bastante concentrada, na medida em que a vila sede de concelho e as aldeias da Azinhaga e do Pombalinho concentram cerca de 92% da população total residente no concelho.

A análise da variação demográfica dos lugares com mais de 300 habitantes permite concluir que a população se manteve estável na vila sede de concelho e que diminuiu na aldeia da Azinhaga e, fundamentalmente, na aldeia do Pombalinho.

Quadro 1 – Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (%)

Ano	Unidade Territorial	Isolados	<1.999	2.000-4.999	5.000-9.999	>10.000
2001	Golegã	2,5	32,0	65,6	0,0	0,0
	Lezíria do Tejo	3,4	42,0	17,6	20,6	16,3
	Continente	2,8	41,9	9,2	7,8	38,2
2011	Golegã	1,8	35,2	62,9	0,0	0,0
	Lezíria do Tejo	3,0	39,7	13,7	18,2	25,4
	Continente	1,7	36,9	9,1	9,0	43,3

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

Face ao exposto, pode hierarquizar-se a rede urbana do concelho da Golegã do seguinte modo:

- Pólo Urbano – A vila da Golegã constitui o principal núcleo urbano do concelho, atraindo população de todo o concelho, devido à concentração de atividades e equipamentos;
- Pólo Complementar Principal – O núcleo da Azinhaga constitui o segundo nível, apresentando, dada a proximidade geográfica, alguma capacidade de polarização relativamente à freguesia vizinha do Pombalinho, estando a sua base económica associada à atividade agrícola;
- Pólo Complementar Secundário – O núcleo do Pombalinho, integrado no município da Golegã em 2013, constitui o terceiro nível hierárquico do concelho, caracterizando-se por fortes problemas de recessão e envelhecimento demográfico.

Quadro 2 – Evolução da População em Lugares com mais de 300 habitantes no Concelho da Golegã e Variação 2001-11

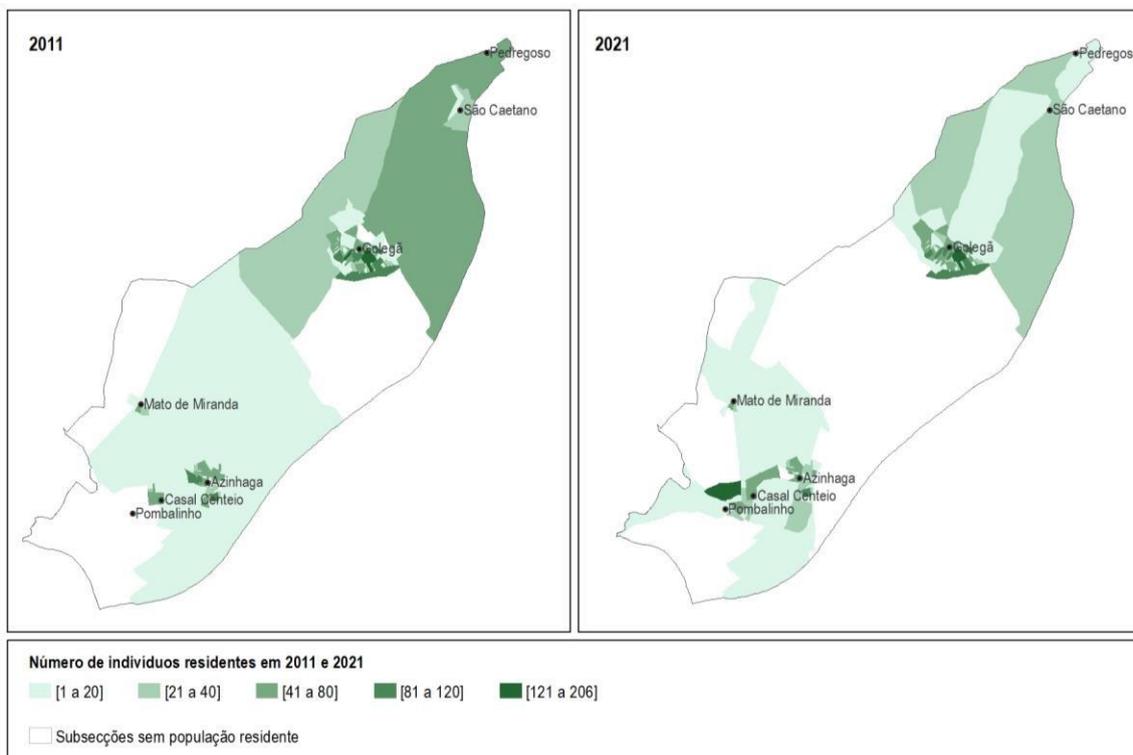
Lugar	Pop. 2001	Pop. 2011	Var. (%)
Golegã	3.743	3.721	-0,6
Azinhaga	1.379	1.257	-8,8
Pombalinho a)	520	441	-15,2

a) Pombalinho fazia parte do concelho de Santarém até à reforma administrativa de 2013 (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro)

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

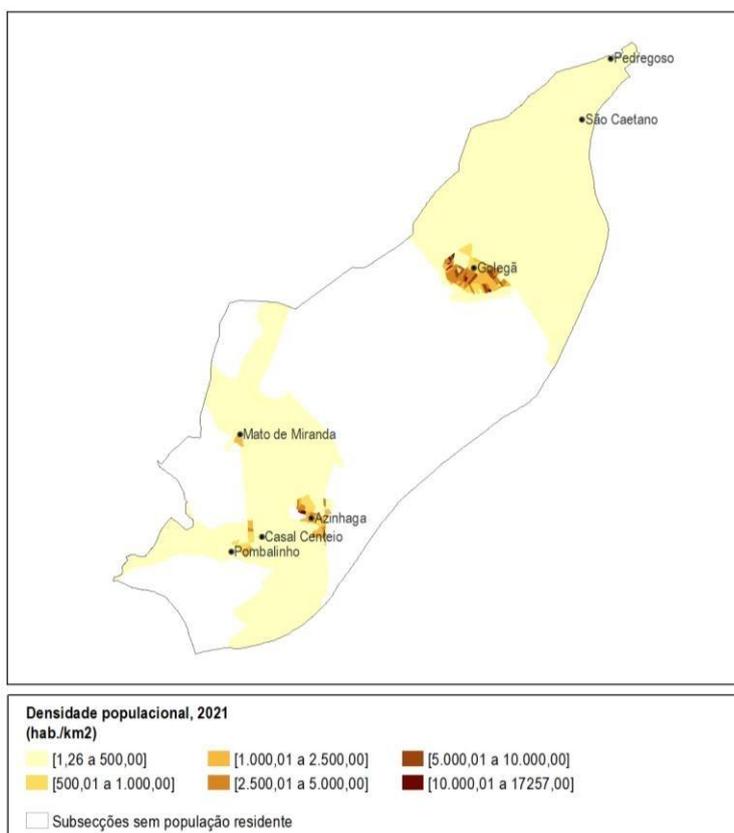
Os mais recentes dados resultantes do recenseamento populacional de 2021 espelham o decréscimo populacional na generalidade do concelho (-8,7% entre 2011 e 2021) e o aumento da concentração da população, nomeadamente na sede de concelho, local onde se atingem as maiores densidades.

Figura 10 - Indivíduos residente no concelho da Golegã 2011-2021 (n.º)



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2011 e 2021 – resultados provisórios)

Figura 11 - Densidade populacional em 2021



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021 – resultados provisórios)

2.1.3. Movimentos pendulares e transporte escolar

A separação entre o local de trabalho e a residência é uma das características mais relevantes da sociedade contemporânea. De facto, na atualidade, uma parte considerável da população ativa e estudantil residente no concelho da Golegã desloca-se a outro concelho para exercer a sua atividade ou para estudar.

O incremento das deslocações casa-trabalho ganha cada vez mais relevância no território concelhio e regional, contribuindo, por um lado, para a redefinição das necessidades a satisfazer pelos sistemas de transporte e, por outro, para a identificação das relações de complementaridade que a procura de mão-de-obra impõe, enquanto fator produtivo territorialmente localizado.

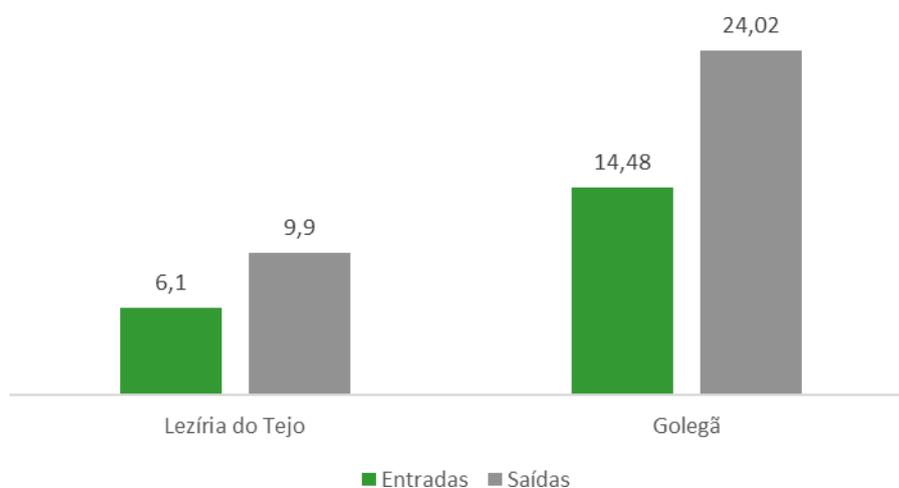
Considerando o movimento de entradas e saídas de população ativa e estudantil, constata-se que em 2011 o saldo global para o município da Golegã era bastante negativo (-677). Com efeito, o número de saídas mais do que duplicava o número de entradas.

Este facto traduz, fundamentalmente, uma situação deficitária do concelho da Golegã em termos de emprego, levando a que exista uma percentagem elevada de ativos a saírem do concelho para exercerem a sua atividade. A maioria dirige-se para o eixo Torres Novas/ Entroncamento ou para a Área Metropolitana de Lisboa.

Importa também salientar que tradicionalmente um número considerável de alunos residentes no concelho procuram os municípios vizinhos de Torres Novas e Entroncamento para prosseguirem os seus estudos (sobretudo no ensino secundário).

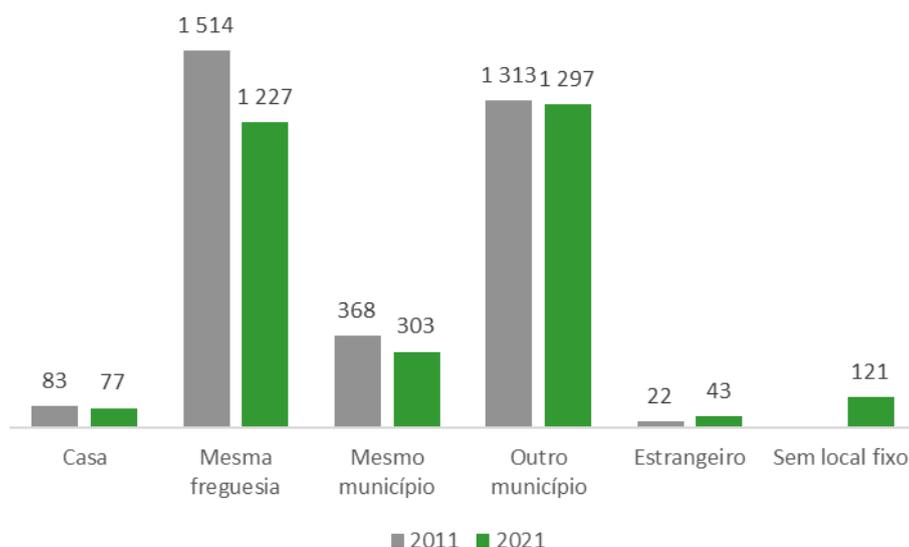
Em 2021, considerando a população trabalhadora e estudante, o número de saídas foi de 1.340. As saídas (24,02%) permanecem em maior proporção do que as entradas (14,48%), sendo comparativamente a 2011, menor o número de residentes que trabalham/estudam no concelho da Golegã (1.965, em 2011; 1.607 em 2021). Em 2021, a duração média dos movimentos pendulares foi de 19,10 min.

Figura 12 - Proporção da população residente que entra e sai na unidade territorial (movimentos pendulares) (%), 2021



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021)

Figura 13 – População residente empregada ou estudante (n.º), por local de trabalho ou estudo, Golegã, 2021



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021)

Não obstante uma parte significativa dos alunos frequentar estabelecimentos de ensino fora do seu concelho de residência, o transporte escolar representa-se como uma alternativa viável para os alunos que não têm a possibilidade de se deslocar em meios próprios. O transporte escolar é assim fundamental para a garantia de igualdade de acesso à educação, em particular o acesso de alunos que têm a sua residência distante do estabelecimento de ensino.

Na Golegã, 112 crianças usufruem deste serviço nos vários pontos do município, dos quais Azinhaga se destaca com maior número de crianças transportadas (60), seguindo-se Pombalinho (22) dado serem as duas localidades mais populosas do concelho, depois da Golegã. É de realçar que este serviço cobre ainda localidades com menor expressão populacional como Mato de Miranda, Casal Centeio, São Caetano e Casal Feiteira, que transportam entre 1 e 9 crianças.

O transporte não se realiza exclusivamente no concelho uma vez que é assegurado transporte a 3 alunos com necessidades específicas para unidades de ensino em concelhos limítrofes, como Entroncamento e Torres Novas.

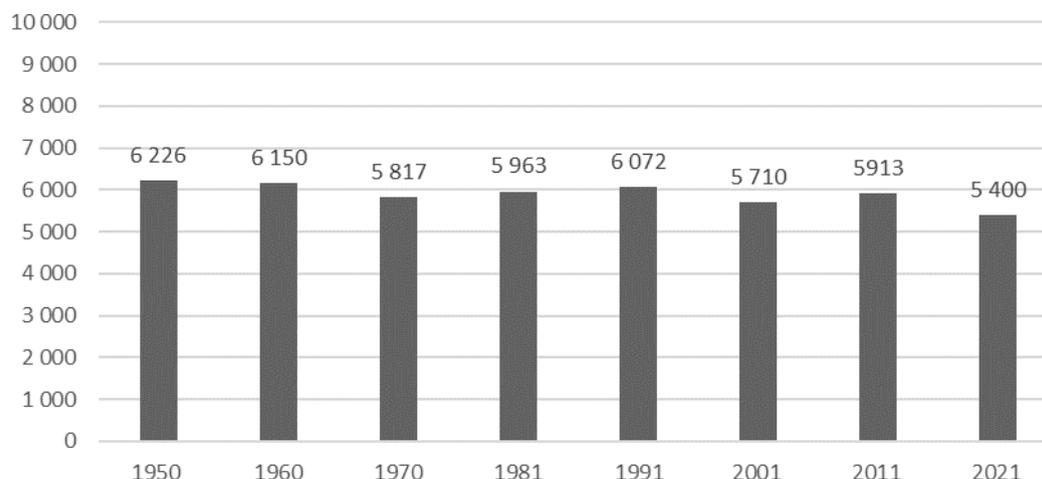
2.2. Dinâmica demográfica

2.2.1. Evolução populacional

Ao longo dos últimos sessenta anos o concelho da Golegã registou uma tendência demográfica globalmente recessiva, tendo passado de 6.226 habitantes, em 1950, para 5.465 habitantes em 2011 (com a incorporação da freguesia do Pombalinho, em 2013, contabilizaram-se 5.913 residentes). Em 2021, atinge-se o valor mais baixo do período considerado, tendo sido recenseados 5.400 indivíduos. O período de maior quebra populacional ocorreu precisamente entre 2011 e 2021 (-8,7%).

Em consequência deste padrão de evolução, o peso demográfico do concelho da Golegã na sub-região da Lezíria do Tejo tem vindo a diminuir, situando-se em 2,3%, em 2021.

Figura 14 – Evolução da população no concelho da Golegã entre 1950 e 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População

Uma análise demográfica desagregada por freguesia para 2001 e 2011 permite verificar que a freguesia sede de concelho diminuiu ligeiramente a sua população, enquanto as freguesias da Azinhaga e do Pombalinho registaram decréscimos populacionais significativos. No último período intercensitário (2011–2021), também a freguesia sede de concelho sofreu um decréscimo significativo (-6,6%), sendo que as freguesias de Azinhaga e Pombalinho continuam numa dinâmica de evolução populacional negativa, mas de forma ainda mais acentuada.

A densidade populacional do concelho (64,1 habitantes por km²) situa-se entre a média sub-regional e nacional. Consta-se que existe uma grande diferença entre os níveis de ocupação do território na freguesia sede de concelho, onde a densidade populacional mais se aproxima da média nacional, e as freguesias da Azinhaga e do Pombalinho, onde a densidade populacional é mais baixa, nomeadamente na Azinhaga (37,0 hab/km²).

Quadro 3 – Evolução recente da população no concelho da Golegã e densidade populacional

Unidade Territorial	População (2001)	População (2011)	População (2021)	Varição 2001-2011 (%)	Varição 2011-2021 (%)	Área Km ²	Densidade Populacional (2011)	Densidade Populacional (2021)
FR: Azinhaga	1.817	1.620	1.414	-10,8	-12,7	38,2	42,4	37,0
FR: Golegã	3.893	3.845	3.591	-1,2	-6,6	38,4	100,1	93,5
FR: Pombalinho	530	448	395	-15,5	-11,8	7,7	58,2	51,3
CC Golegã	6.240	5.913	5.400	-5,2	-8,7	84,3	70,1	64,1
Lezíria do Tejo	240.832	247.453	235.861	2,7	-4,7	4.275,0	57,9	55,2
Continente	9.869.343	10.047.621	9.855.909	1,8	-1,9	89.088,9	112,8	110,6

*Incluindo a freguesia do Pombalinho, incorporada em 2013.

Fonte: INE – Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021

2.2.2. Comportamentos demográficos

Os fatores que têm estado subjacentes à dinâmica populacional do território nacional têm vindo a sofrer alterações consideráveis. De facto, se nos anos 60 e 70 a evolução demográfica era, em grande medida, determinada pelas migrações internas e externas, já durante a última década é a componente do saldo fisiológico a principal responsável pelas alterações populacionais registadas nas unidades territoriais portuguesas.

No concelho da Golegã, a taxa de natalidade diminuiu de 9,3%, em 2001, para 8,1%, em 2011, e 7,9%, em 2021, o que constitui, em 2021, uma taxa superior às médias da Lezíria do Tejo e nacional.

A taxa de mortalidade bruta, após um período de decréscimo, entre 2001 e 2011, registou no município da Golegã um acréscimo considerável, situando-se em 19,2‰ no ano de 2021, consequência do aumento da proporção de idosos na população total, acima das médias da sub-região da Lezíria do Tejo e do Continente. Por conseguinte, o concelho da Golegã continua a registar uma taxa de saldo fisiológico bastante negativa.

Uma das transformações demográficas mais positivas do período pós-25 de Abril em Portugal prende-se com o decréscimo acentuado da taxa de mortalidade infantil, que regista em 2021 um valor significativo (23,3‰).

Quadro 4 - Evolução dos comportamentos demográficos (‰)

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade			Taxa de Mortalidade Infantil		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Golegã	9,3	8,1	7,9	17,0	13,0	19,2	0,0	22,7	23,3
Lezíria do Tejo	10,0	8,3	7,2	12,4	11,7	14,8	3,7	2,4	2,9
Continente	10,8	9,1	7,7	10,1	9,8	12,1	4,8	3,1	2,4

Fonte: PORDATA

2.2.3. Estruturas etárias

A quebra acentuada da natalidade reforçou a tendência, já anteriormente esboçada, para o envelhecimento da população. Em todas as unidades territoriais em análise verifica-se que a percentagem de idosos aumentou consideravelmente.

De facto, no concelho da Golegã, a percentagem de idosos com mais de 65 anos aumentou de 23,3%, em 2001 para 29,3% em 2021. As freguesias do Pombalinho e da Azinhaga são as mais envelhecidas. Em sentido contrário, deteta-se a evolução da percentagem de jovens, que no mesmo período diminuiu de 13,9%, em 2001, para 11,3%, em 2021, no concelho da Golegã.

Quadro 5 – Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)

Unidade Territorial	2001				2011				2021			
	0-14	15-24	25-64	65 ou +	0-14	15-24	25-64	65 ou +	0-14	15-24	25-64	65 ou +
Azinhaga	15,3	12,3	50,5	22,0	12,8	11,3	50,6	25,3	9,2	9,3	49,7	31,8
Golegã	13,8	12,8	50,8	22,6	13,7	9,4	51,7	25,2	12,1	10,4	49,6	28,0
Pombalinho*	10,0	9,6	47,5	32,8	8,9	7,8	44,6	38,6	11,4	9,1	47,3	32,2
CC: Golegã	13,9	12,4	50,4	23,3	13,1	9,8	50,8	26,2	11,3	10,0	49,4	29,3
Lezíria do Tejo	14,1	13,1	53,0	19,8	14,7	9,6	53,7	22,0	12,9	10,3	51,0	25,8
Continente	15,8	14,2	53,5	16,5	14,8	10,7	55,2	19,3	12,8	10,5	53,0	23,7

*Freguesia incorporada no concelho em 2013

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à jovem assiste-se a um progressivo incremento do índice de envelhecimento que, no concelho da Golegã, passou de 167,4% em 2001 para 260,4 em 2021, percentagem consideravelmente superior à média da sub-região da Lezíria do Tejo e do Continente. Na freguesia da Azinhaga o índice de envelhecimento é bastante elevado (346,2), constatando-se que o número de idosos mais do que triplica o número de jovens.

O rápido envelhecimento populacional levou a que o índice de dependência total e o índice de dependência dos idosos aumentasse de 2011 para 2021. A freguesia do Pombalinho apresenta um comportamento diferenciado na última década, diminuindo o seu índice de envelhecimento e aumentando a proporção de jovens.

Quadro 6 – Evolução dos índices demográficos (%)

Unidade Territorial	2001				2011				2021			
	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.
FR: Azinhaga	143,5	59,4	24,4	35,0	197,1	61,7	20,8	40,9	346,2	69,5	15,6	54,0
FR: Golegã	163,9	57,2	21,7	35,5	183,9	63,7	22,4	41,3	232,3	66,9	20,1	46,8
FR: Pombalinho*	328,3	74,9	17,5	57,4	432,5	90,6	17,0	73,6	282,2	77,1	20,2	57,0
CC: Golegã	167,4	59,2	22,1	37,1	200,3	64,9	21,6	43,3	260,4	68,3	19,0	49,3
Lezíria do Tejo	139,8	51,3	21,4	29,9	150,4	58,0	23,2	34,8	199,6	63,0	21,1	42,0
Continente	104,5	47,7	23,3	24,4	130,6	51,6	22,4	29,2	184,6	57,5	20,2	37,3

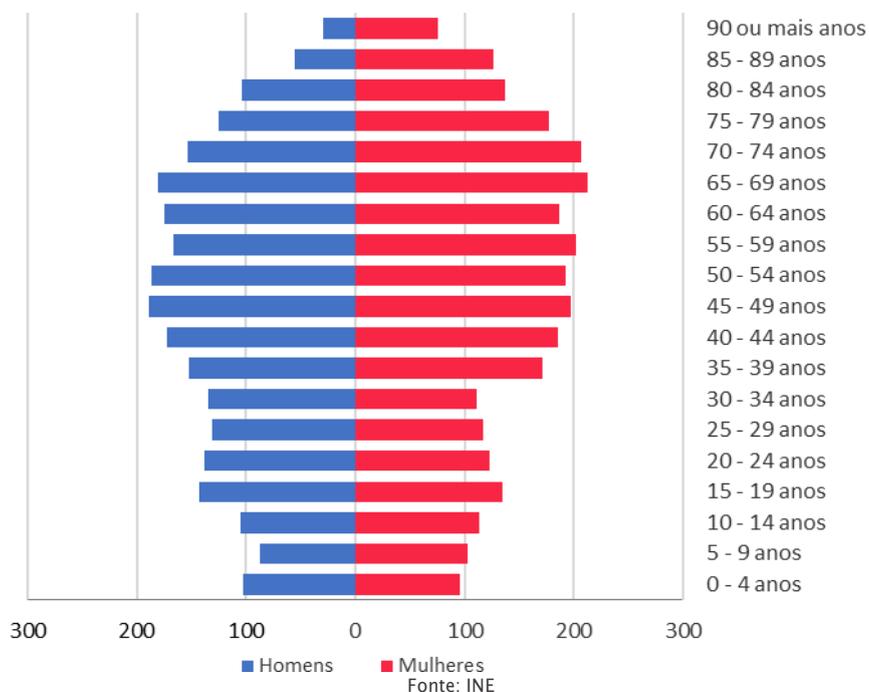
*Freguesia incorporada no concelho em 2013

I.E. - Índice Envelhecimento; I.D.T.- Índice Dependência Total; I.D.J.- Índice Dependência Jovens; I.D.I. - Índice Dependência Idosos

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

O envelhecimento demográfico é particularmente evidente quando se observa a Pirâmide Etária do concelho da Golegã no ano de 2021. Com efeito, é notório o fenómeno de duplo envelhecimento, quer na base (devido à quebra da taxa de natalidade) quer no topo da pirâmide (devido ao aumento da proporção de idosos, reflexo, em parte, do aumento da esperança média de vida).

Figura 15 - Pirâmide etária do concelho da Golegã, 2021



2.3. Base económica e social

2.3.1. Níveis de instrução e qualificação

Nas sociedades contemporâneas os níveis de instrução e qualificação dos recursos humanos constituem uma das dimensões mais relevantes, contribuindo para uma maior coesão social e uma maior competitividade da base económica.

Ainda que subsistam carências consideráveis neste domínio em Portugal, têm vindo a registar-se progressos consideráveis. No concelho da Golegã constata-se que a taxa de analfabetismo continuou o seu decréscimo acentuado, tal como na Lezíria do Tejo e em Portugal. A taxa de analfabetismo verificada no concelho, em 2021 (7,3%) permanece superior à média nacional e próxima da média sub-regional.

Quadro 7 - Evolução da taxa de analfabetismo (%)

Unidade Territorial	2001	2011	2021
CC: Golegã	13,5	7,9	4,6
Lezíria do Tejo	13,0	7,5	4,3
Continente	8,9	5,2	3,0

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

De resto, é ainda muito significativa a percentagem de população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico (cerca de 61%), sendo ainda pouco significativa a percentagem de população residente com o ensino superior (13,8%), valor inferior às médias sub-regional e nacional.

Quadro 8 - Níveis de instrução da população residente em 2021 (%)

Unidade Territorial	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Ensino Superior
CC: Golegã	6,7	24,4	10,2	19,6	23,9	1,3	13,8
Lezíria do Tejo	7,3	24,0	9,8	19,2	23,5	1,2	15,1
Continente	5,8	22,2	9,4	17,8	23,6	1,1	20,0

Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021)

2.3.2. Níveis de atividade e de emprego

Durante a primeira década do séc. XXI a taxa de atividade não registou alterações significativas, situando-se no município da Golegã em torno dos 43%, em 2021.

Já no que se refere à taxa de desemprego, observou um incremento considerável entre 2001 e 2011, em todas as unidades territoriais, consequência do período de crise económica iniciado no início do século, a taxa de desemprego aumentou de 8,5%, em 2001 para 11,1%, em 2011.

Em 2021, verifica-se uma inversão desta tendência, registando-se uma taxa de desemprego de 4,5%, a mais baixa dos municípios da Lezíria do Tejo, e muito abaixo da taxa média nacional.

Quadro 9 – Evolução das taxas de atividade e desemprego (%)

Unidade territorial	Taxa de atividade			Taxa de desemprego		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
CC: Golegã	43,9	44,2	43,2	8,5	11,1	4,5
Lezíria do Tejo	48,1	46,6	44,7	8,1	12,7	6,8
Continente	48,4	47,6	46,6	6,9	13,2	8,1

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

De facto, a descida no número de desempregados nas diversas unidades territoriais em análise é considerável. A título exemplificativo, constata-se que no concelho da Golegã o valor passou de 268, em 2001, para 106, em 2011.

No concelho da Golegã, em 2021, consolidou-se a percentagem de desempregados à procura de novo emprego, que representam cerca de 86% do total de desempregados. Este padrão é semelhante ao que sucede na Lezíria do Tejo e no Continente. Na maioria trata-se de ativos com poucas qualificações e de difícil integração nos outros setores, saídos da atividade agrícola; mais recentemente são provenientes do processo de reestruturação e de encerramento de pequenas empresas do setor industrial e dos serviços.

Quadro 10 – Evolução da população desempregada

Unidade Territorial	Total			Procura do 1º emprego (%)			Procura de novo emprego (%)		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
CC: Golegã	212	268	106	15,1	13,4	14,2	84,9	86,6	85,8
Lezíria do Tejo	9.418	14.571	7.218	15,7	14,2	8,0	84,3	85,8	92,0
Continente	327.404	630.711	369.937	21,0	18,2	9,9	79,0	81,8	90,1

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

Nos últimos anos alterou-se profundamente a estrutura do emprego nacional, regional e local. Efetivamente acelerou-se o processo de terciarização, tendo no concelho da Golegã aumentado o peso do sector de serviços entre 2001 e 2011. Contudo, o peso do setor terciário no concelho, diminuiu ligeiramente face a 2011, situando-se nos 70%, em 2021. Esta mudança, embora ténue, faz-se pela transferências do setor terciário para o secundário e setor primário. O valor percentual dos ativos no terciário de natureza económica é ainda dominante, mas tal como noutros concelhos da sub-região, o que se verificou foi essencialmente uma expansão do terciário de natureza social.

Quadro 11 - Evolução da estrutura da população ativa (%)

Unidade Territorial	2011					2021				
	Primário	Secundário	Terciário			Primário	Secundário	Terciário		
			Total	Social	Económico			Total	Social	Económico
Azinhaga	11,5	22,2	66,3	24,3	42,0	12,6	22,5	64,9	25,7	39,2
Golegã	7,2	18,9	73,9	35,8	38,1	6,5	20,3	73,2	36,1	37,0
Pombalinho*	16,1	19,0	65,0	22,6	42,3	24,0	20,5	55,5	25,3	30,1
CC: Golegã	8,8	19,8	71,4	32,1	39,4	9,1	20,9	70,0	32,9	37,1
Lezíria do Tejo	7,3	24,2	68,5	26,7	41,9	7,6	22,6	69,9	28,4	41,5
Continente	2,9	26,9	70,2	28,4	41,8	2,8	25,2	71,9	29,5	42,4

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2011 e 2021)

*Freguesia incorporada no concelho em 2013

Uma análise mais fina permite concluir que nem todas as freguesias do concelho se comportam da mesma maneira. O peso do terciário é particularmente evidente na freguesia urbana, sede de concelho, que absorve 2/3 da população residente. Parte destes ativos exercem a sua atividade no eixo Torres Novas/ Entroncamento. Já na freguesia da Azinhaga (12,6%) e, fundamentalmente, do Pombalinho (24,0%), o peso do setor primário é muito significativo, em 2021, tendo ganho importância face a 2011, refletindo o perfil agrícola dominante neste território, com excelentes condições edafo-climáticas para a prática desta atividade.

2.4. Educação

O concelho de Santarém concentra 29% dos alunos da Lezíria do Tejo, constituindo o principal polo de ensino da NUT III, no extremo oposto, o concelho da Golegã tem somente 1,7% do total de alunos matriculados no ano letivo 2020/2021 (612), constituindo o concelho com menor número de alunos matriculados na Lezíria do Tejo. Em 2021/2022⁵, o número de alunos situa-se nos 600, 557 dos quais no ensino público e 43 no ensino privado.

No período disponível, o máximo de alunos matriculados foi atingido no ano letivo 1999/2000 (957 alunos), decrescendo desde então (-36,1%, em 2020/2021), com ligeiras inflexões.

Ao nível dos ciclos de ensino, é no 2º e 3º ciclos do ensino básico que há uma diferença mais significativa, com um decréscimo de 14% e 12%, respetivamente, desde o ano letivo 1999/2000, mas verificam-se perdas em todos os níveis de ensino. No ano letivo 2020/2021, o maior volume de alunos está concentrado no 1.º e 3º ciclos do ensino básico (165 e 147, respetivamente).

⁵ Fonte: AEGAP e CM Golegã.

A oferta de ensino privada está contemplada apenas no pré-escolar, representando 32% da oferta total neste nível de ensino em 2020/2021.

Figura 16 – Alunos matriculados, Lezíria do Tejo, 1999/2000 – 2020/2021 (n.º)

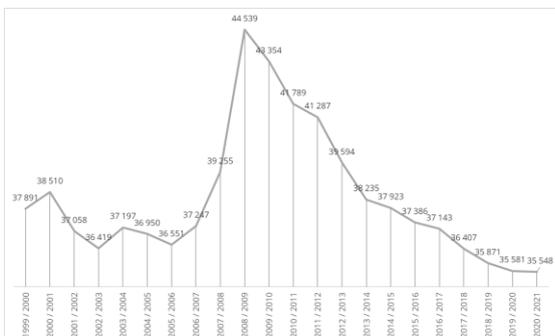


Figura 17 – Alunos matriculados, Golegã, 1999/2000 – 2020/2021 (n.º)

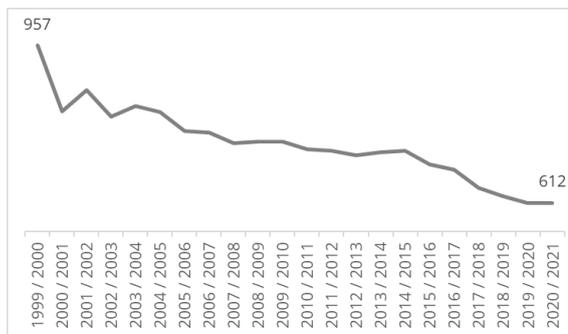


Figura 18 – Alunos matriculados, público e privado, Golegã, 1999/2000 – 2020/2021 (%)

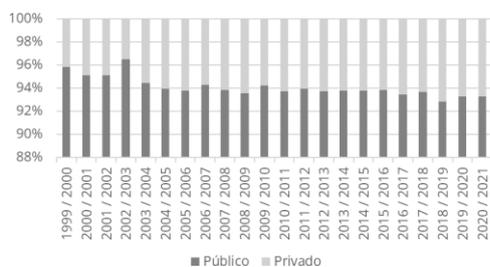
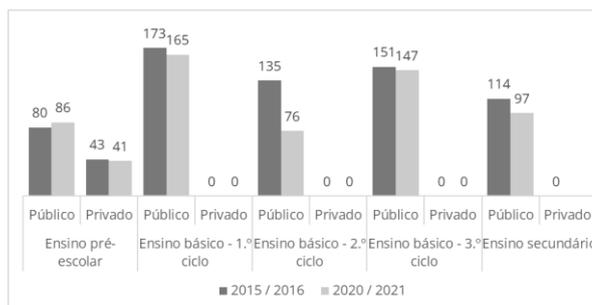


Figura 19 – Alunos matriculados por nível de ensino, público e privado, Golegã, 2015/2016 e 2020/2021 (n.º)



Fonte: INE

As taxas de retenção e desistência no primeiro, segundo e terceiro ciclo do ensino básico apresentam oscilações anuais significativas, embora com tendência decrescente. Depois de atingido um pico em 2014/2015 (14,9%), a taxa de retenção e desistência para a totalidade do ensino básico no concelho situou-se em 1,5%, situando-se abaixo do valor da Lezíria (4,3%) e do valor médio para Portugal (3,1%), em 2020/2021.

O valor das taxas brutas de escolarização no ensino básico, acima dos 100% é indicativa da existência de alunos de outros concelhos a estudar em equipamentos de ensino do concelho. A taxa bruta de pré-escolarização diminuiu para os 96,9%, em 2020/2021.

Figura 20 – Taxa bruta de pré-escolarização – Golegã e Lezíria do Tejo, 2003/2004 – 2020/2021 (%)



Figura 21 – Taxa bruta de escolarização no ensino básico – Golegã e Lezíria do Tejo, 2003/2004 – 2020/2021 (%)



Figura 22 – Taxa de transição/conclusão do ensino secundário Golegã e Lezíria do Tejo, 1999/2000 – 2020/2021 (%)



Figura 23 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Golegã e Lezíria do Tejo, 2007/2008–2020/2021 (%)



Fonte: INE

2.5. Resultados escolares

Um dos meios para avaliar a qualidade do ensino e diagnosticar dificuldades passa pela realização de provas e exames universais. Estes são um garante para o apuramento do estado do sistema de educação desde o âmbito nacional até ao nível do agrupamento e conferem o cumprimento adequado dos conteúdos curriculares. Por esta razão, é imprescindível que os resultados dos exames nacionais sejam tidos em consideração aquando da realização de uma carta educativa municipal.

No Agrupamento de Escolas na Golegã, são realizadas todas as provas decretadas pelo ministério da Educação. No 9º ano de escolaridade realizam-se exames nacionais nas disciplinas de Matemática e Português. Em Matemática, a média interna da classificação de exame foi sempre inferior à média nacional, com maior diferença em 2021/2022, em que a média no agrupamento foi 6,2% inferior à média nacional, ambas com nota negativa. Em Português, o mesmo se sucedeu, no ano letivo 2021/2022, a média interna da classificação de exame registou um valor muito abaixo em relação à média nacional – menos 10,29% e com uma média negativa (45,71%), enquanto a média nacional foi positiva (56%).

Quadro 12 – Balanço dos exames nacionais do 9º ano de escolaridade entre 2018 e 2021/2022

Ano Letivo	Média Interna da Classificação	Média Interna da Classificação de Exame	Média Nacional
Matemática			
2018/2019	2.96 (55,10%)	2.78 (52,93)	55%
2019/2020	Não se realizaram exames neste ano letivo		
2020/2021	Sem dados		
2021/2022	3,5 (66,9%)	2,3 (37,8%)	45%
Português			
2018/2019	3,22 (56%)	55%	60%
2019/2020	Não se realizaram exames neste ano letivo		
2020/2021	Sem dados		
2021/2022	3,44	2,55 (45,71%)	56%

Fonte: Relatórios dos resultados escolares do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, Golegã (2018–2022)

Nos exames do 11º ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas, destacam-se as disciplinas de Física e Química A, Biologia e Geologia, , Geografia A, Filosofia e MACS.

As classificações médias internas na disciplina de Física e Química A tem demonstrado uma evolução flutuante e com elevada disparidade com a média nacional, sobretudo no ano letivo 2018/2019 e 2021/2020, com classificações internas abaixo dos 7 valores, quando a média nacional é positiva. Esta disciplina é a que apresenta maior discrepância nos últimos quatro anos letivos.

Relativamente à disciplina de Biologia e Geologia, a média interna da classificação de exame e a média nacional não se distanciam em grande medida, embora a classificação interna de exame seja sempre inferior à média nacional. Nesta disciplina, a classificação média de exame registou um valor negativo em 2018/2019. Contudo, nos anos letivos seguintes, atingiu sempre valores positivos

Na disciplina de MACS, a média interna da classificação dos exames segue a tendência de Biologia e Geologia, já que a classificação interna dos exames os quatro anos-letivos em análise foram sempre inferiores à média

nacional. Apenas em 2019/2020 se registou uma diferença considerável com uma média interna de 18,7 valores contra a média nacional de 9,5 valores.

A classificação interna de exame na disciplina de Geografia A tem acompanhado a média nacional – apenas em 2020/2021 superou a média nacional em quase 1 valor e no ano letivo de 2018/2019 atingiu nota negativa, enquanto a média nacional foi de 10,7.

Quanto à disciplina de filosofia, esta registou classificações de exame superiores à média nacional em 2018/2019 e em 2021/2022, em particular no último ano letivo, onde alcançou uma classificação interna de 15,5 valores enquanto a média nacional se fixou nos 11,1 valores. Nos anos letivos em análise, o Agrupamento nunca registou uma média negativa nesta disciplina.

Quadro 13 – Balanço dos exames nacionais do 11º ano de escolaridade entre 2018 e 2021/2022

Ano Letivo	Média Interna da Classificação	Média Interna da Classificação de Exame	Média Nacional
Física e Química A			
2018/2019	13	5,8	10
2019/2020	15,7	14,4	13,2
2020/2021	15,1	8,1	9,8
2021/2022	13,3	7,04	11,7
Biologia e Geologia			
2018/2019	12,46	9,53	10,7
2019/2020	12,6	12,3	14
2020/2021	13,8	11,9	12
2021/2022	12,9	10,72	10,8
Geografia A			
2018/2019	11,8	9,3	10,3
2019/2020	13,8	13	13,6
2020/2021	14,8	11,8	10,7
2021/2022	12,9	11,3	11,6
Filosofia			
2018/2019	13,4	11,42	9,8
2019/2020	12,2	10,9	13
2020/2021	14,5	12,2	12,2
2021/2022	17	15,5	11,1
Matemática Aplicada às Ciências Sociais (MACS)			
2018/2019	12,6	9,5	11
2019/2020	18,5	18,7	9,5
2020/2021	12,5	7	10,7
2021/2022	13	10	10,5

Fonte: Relatórios dos resultados escolares do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, Golegã (2018–2022)

Nos exames do 12º ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas, destacam-se as disciplinas de Português, História A e Matemática A.

A disciplina de português regista uma evolução positiva, em comparação com as disciplinas anteriormente mencionadas. Em 3 dos 4 anos letivos em estudo, a média interna de classificação de exame foi superior à

média nacional, em particular em 2020/2021, com uma diferença de 3 valores (15,3 valores internos e 12 valores de média nacional) e com um resultado superior à média interna da classificação da disciplina (13,9 valores).

A média interna da classificação de exame na disciplina de História A tem-se mantido semelhante à média nacional. Contudo, é de destacar em 2018/2019 quando registou uma classificação média negativa (8,4 valores), em contraste com os 10,4 valores de média nacional. Numa situação oposta, em 2021/2022, superou a média nacional (13,5 valores no agrupamento e 12,3 valores como média nacional). Desde 2018, verifica-se que a média interna de classificação de exame foi superior à média interna de classificação da disciplina ocorreu apenas em 2019/2020.

Quanto à disciplina de Matemática A, esta tem registado uma média interna da classificação de exame superior à média nacional em todos os anos letivos, com exceção apenas em 2020/2021, quando a classificação interna final situou-se nos 8 valores enquanto a média nacional foi 10,6 valores.

Quadro 14 – Balanço dos exames nacionais do 12º ano de escolaridade entre 2018 e 2021/2022

Ano Letivo	Média Interna da Classificação	Média Interna da Classificação de Exame	Média Nacional
Português			
2018/2019	12,56	11,96	11
2019/2020	12,1	11,3	12
2020/2021	13,9	15,3	12
2021/2022	13,7	12,22	10,9
História A			
2018/2019	13	8,4	10,4
2019/2020	12	13,3	13,4
2020/2021	17,5	12	12,9
2021/2022	13,4	13,5	12,3
Matemática A			
2018/2019	16,3	14,2	11,5
2019/2020	13,8	13,7	13,3
2020/2021	13,5	8	10,6
2021/2022	15,9	13,7	11,9

Fonte: Relatórios dos resultados escolares do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, Golegã (2018–2022)

Embora registre algumas situações pontuais, a tendência no Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho caracteriza-se por uma média de classificação interna de exame inferior à média nacional. A acrescentar que em todos os anos de análise, a média interna de classificação de exame é, na maior parte das vezes, inferior à média interna de classificação da disciplina (à exceção de Português em 2020/2021 e História A em 2019/2020), resultando numa descida do aproveitamento escolar nas disciplinas alvo de exame nacional, na grande maioria dos casos.

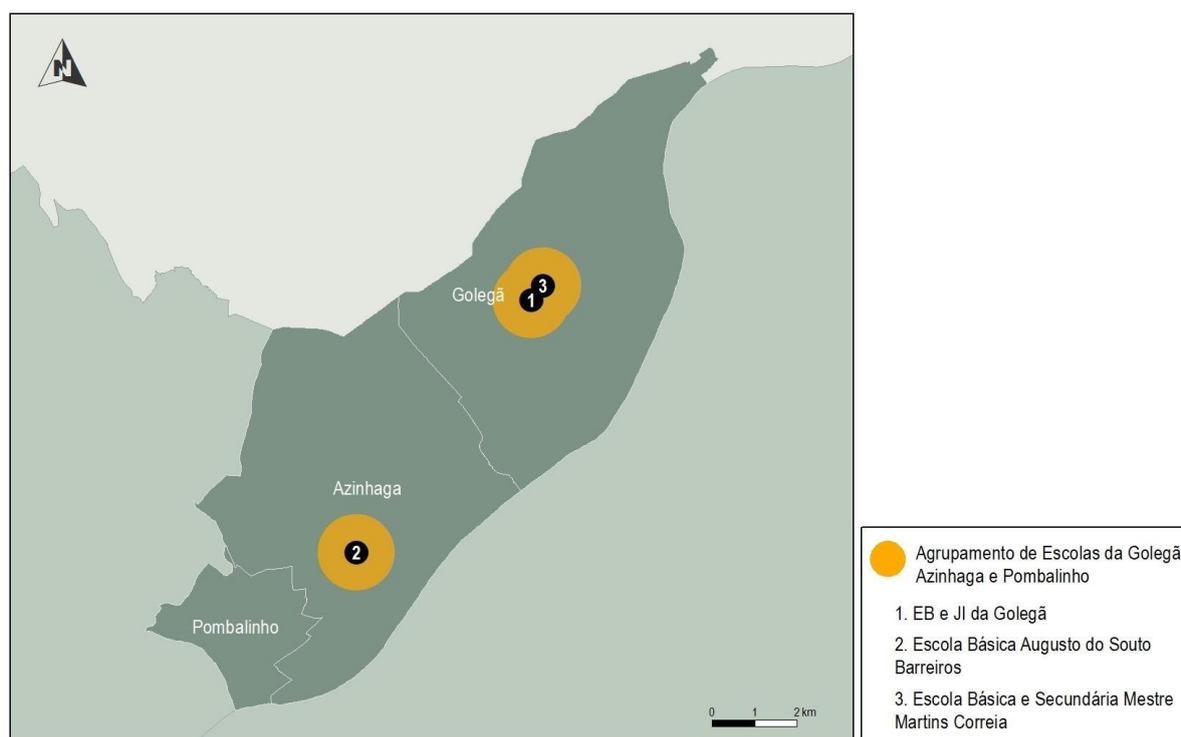
(página propositadamente deixada em branco)

3. Caracterização e diagnóstico da oferta

3.1. Enquadramento geral

De modo a realizar o diagnóstico e caracterização da oferta de equipamentos escolares no concelho foi solicitado à direção do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, o único do concelho, o preenchimento de um conjunto considerável de matrizes contendo informação relevante. O processo de inquirição abrangeu um total de 4 estabelecimentos de ensino: 1 com ensino pré-escolar; 1 com primeiro ciclo do ensino básico, 1 com pré-escolar e primeiro ciclo e um que agrega 2 e 3º Ciclos e Secundário. Estes 4 estabelecimentos compreendem a totalidade da rede pública. A rede privada é composta atualmente pelo Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial da Golegã, gerido pelo Centro Social e Paroquial da Golegã.

Figura 24 – Distribuição da rede de equipamentos escolares do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020–2021, por freguesia



Fonte: CEDRU, 2021

Com exceção da Escola Básica Augusto do Souto Barreiros (EB1/JI), localizada na freguesia da Azinhaga, os restantes três estabelecimentos localizam-se na freguesia da Golegã, não existindo estabelecimentos na freguesia do Pombalinho. A rede pública compreende todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao ensino secundário.

Quadro 15 – Tipologia dos estabelecimentos de ensino da rede pública, no ano letivo 2020/2021, por freguesia

Unidade Territorial	Jl	EB1	EB1+JI	EB23/S
Azinhaga	-	-	1	-
Golegã	1	1	-	1
Pombalinho	-	-	-	-
CC: Golegã	1	1	1	1

Fonte: CEDRU, 2021

Quanto ao período de construção dos edifícios originais, a Escola EB2,3/S Mestre Martins Correia é a mais antiga, tendo sido construída em 1977, 2 escolas datam do início dos anos 80 do século XX, e o estabelecimento de construção mais recente data de 2010.

A reabilitação / requalificação dos equipamentos escolares ao longo dos tempos constitui-se como dimensão essencial, com vista à sua contínua adaptação e valorização física e funcional, tendo em conta as dinâmicas demográficas e socioculturais, bem como ao reordenamento da rede escolar. Não obstante, nenhuma das escolas foi alvo de ações de reabilitação nos últimos 20 anos, independentemente do facto de terem visto o seu edificado aumentar (construção de novos edifícios) no início do século XX. A partir do tratamento da informação reportada pelo Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, apresenta-se seguidamente uma análise detalhada por níveis de ensino.

3.2. Educação pré-escolar

3.2.1. Equipamentos

A rede pública de ensino pré-escolar compreende 2 estabelecimentos. Os estabelecimentos de educação pré-escolar encontram-se presentes em duas das três freguesias do concelho: Golegã e Azinhaga. Na freguesia do Pombalinho não existe oferta desta tipologia.

Conforme expresso nas fichas de caracterização por estabelecimento (volume de Anexos), na avaliação do edificado, redes e meio envolvente, em matéria de estado de conservação geral do edificado e dos espaços exteriores, foi efetuada uma avaliação positiva, “Bom”, no Jardim de Infância da Escola Básica Augusto do Souto Barreiros de Azinhaga, e “Razoável” no Jardim de Infância da Golegã.

Quadro 16 – Ano de construção, nº de edifícios e nº de salas dos estabelecimentos da educação pré-escolar

Estabelecimento	Freguesia	Ano de construção (edifício original)	Edifícios	Tipo de construção*	Total de salas (n.º)	Salas ocupadas (n.º)
Jardim de Infância da Golegã	Golegã	1980	1	Mista	4	3
Escola Básica Augusto do Souto Barreiros (Jardim de Infância)	Azinhaga	2010	1	Raiz	2	1
CC: Golegã					6	4

*Construção de raiz, adaptada ou mista

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

No que trata às acessibilidades, foi realizada uma avaliação positiva em ambos os equipamentos de ensino pré-escolar, tendo sido avaliado o acesso em geral como “Bom”.

Em matéria de eficiência energética dos estabelecimentos, a análise efetuada pelo agrupamento sobre a evolução do consumo energético, nos últimos 3 anos, revela comportamentos opostos, tendo sido negativa (aumento do consumo) no JI da Golegã, enquanto no JI da Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga foi positiva (redução do consumo), não tendo sido adotadas medidas específicas de aumento da eficiência energética em nenhuma delas.

3.2.2. Espaços, serviços e recursos

Os 2 estabelecimentos de ensino compreendem um total de 4 salas de atividade ocupadas com turmas de educação pré-escolar, com maior número na freguesia da Golegã (3 salas). A importância de promover e dinamizar, com qualidade, as AAAF e a ausência de salas para apoios educativos, apoios psicológicos, terapias, entre outros (espaços cada vez mais imprescindíveis num estabelecimento de ensino para responder às necessidades específicas da comunidade educativa) coloca uma grande pressão sobre as salas/espaços existentes. Acresce que o elevado número de crianças, de origem brasileira, afegã e ucraniana (e outras nacionalidades, em menor número) que se tem matriculado no decorrer do ano letivo 2022-2023, está a gerar uma grande pressão sobre o equipamento na sede de concelho, nomeadamente na disponibilidade de espaços para os acolher e continuar a promover um ensino de qualidade/diferenciado.

Atualmente, a cedência de salas/espaços à comunidade constitui-se como uma prática bastante positiva, dado os efeitos positivos bidirecionais que apresenta, por um lado, para a comunidade educativa, na medida em que reforça o sentido de pertença à comunidade exterior e a importância do papel da escola enquanto espaço e tempo educativo e formativo da maior importância, e por outro lado, para a comunidade externa, na medida em que promove uma maior integração dos vários atores (encarregados de educação, famílias, agentes económicos e sociais), garantindo níveis de desenvolvimento superior. Todavia, esta prática não ocorre nos estabelecimentos de pré-escolar concelhios.

Os dois equipamentos de ensino pré-escolar do concelho dispõem de serviço de almoço, ambos recorrem a unidade de confeção de refeições externa para assegurarem este serviço às crianças, neste caso a Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia, onde são confeccionadas as refeições.

O ensino pré-escolar tem afetos 15 recursos humanos, sendo que a maioria estava integrada nos quadros (11). A maior parte destes recursos são assistentes operacionais (7) e educadores de infância (4), correspondentes a 73% do total de recursos humanos.

Quadro 17 – Recursos humanos nos estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021

Estabelecimento	Educadores de Infância		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros Recursos Humanos	
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Jardim de Infância da Golegã	2	1	0	0	4	2	3	1
Escola Básica Augusto do Souto Barreiros (Jardim de Infância)	1	0	0	0	1	0	0	0
CC: Golegã	3	1	0	0	5	2	3	1

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

Quanto à distribuição dos recursos humanos por freguesias, a Golegã detém 87% do total de recursos humanos (13 recursos), distanciando-se substancialmente da dotação de recursos humanos observada na freguesia da Azinhaga (2 recursos).

Como complemento à rede pública, na freguesia da Golegã existe um equipamento com oferta de pré-escolar, o Jardim de Infância do Centro Social Paroquial da Golegã. Este jardim de infância tem 43 utentes e uma capacidade para acolher 45 crianças⁶.

3.3. 1º Ciclo do Ensino Básico

3.3.1. Equipamentos

A rede pública de ensino é composta por 2 equipamentos com 1º Ciclo do Ensino Básico, nas freguesias da Golegã e da Azinhaga, não existindo oferta desta tipologia na freguesia do Pombalinho.

Quadro 18 – Ano de construção, nº de edifícios e tipo de construção nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020–2021

Estabelecimento	Freguesia	Ano de construção (edifício original)	Edifícios	Tipo de construção
Escola Básica da Golegã	Golegã	1998	1	Raiz
Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga	Azinhaga	2010	1	Raiz

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

O acesso geral aos dois equipamentos foi classificado como “Bom”. O equipamento da Azinhaga, de construção mais recente, de 2010, partilha as instalações com o pré-escolar. O equipamento da Golegã tem 1 edifício construído em 1998. Não ocorreram intervenções de reabilitação significativas nestes equipamentos.

Relativamente à avaliação quanto ao estado de conservação geral dos edifícios, nas duas escolas este foi considerado “razoável” o que é indicativo de algumas carências a este nível. São apontadas necessidades de intervenção ao nível das coberturas, paredes, caixilharia, entre outras.

A avaliação relativa à qualidade do espaço exterior, esta foi classificada como “razoável” na Escola Básica da Golegã e com “bom” na Escola Básica Augusto do Souto Barreiros.

A evolução do consumo energético nos últimos 3 anos, na EB da Golegã, foi negativa, ou seja, verificou-se um aumento do consumo. Na EB Augusto do Souto Barreiros, não se verificaram alterações no consumo de energia.

3.3.2. Espaços, Serviços e recursos

Nos estabelecimentos de 1º Ciclo do Ensino Básico da rede pública existem 9 salas de atividades ocupadas com turma, num total de 14 salas disponíveis. Apesar desta disponibilidade, a promoção e dinamização, com qualidade, das AEC e das CAF e a ausência de salas específicas para apoios educativos, apoios psicológicos,

⁶ Carta Social do MTSSS, fevereiro de 2021.

terapias, entre outros (espaços imprescindíveis num estabelecimento de ensino para responder às necessidades específicas da comunidade educativa), concorre para a ocupação quase plena das salas/espaços disponíveis. Acresce que o elevado número de alunos de origem brasileira, afegã e ucraniana (e de outras nacionalidades, em menor número) que se tem matriculado no decorrer do ano letivo 2022-2023, está a gerar uma grande pressão sobre o equipamento na sede de concelho, nomeadamente na disponibilidade de espaços para os acolher e continuar a promover um ensino de qualidade/diferenciado.

Quadro 19 - Total de salas e de salas ocupadas com turma (n.º) nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021

Estabelecimento	Freguesia	Total de salas (n.º)	Salas ocupadas (n.º)
Escola Básica da Golegã	Golegã	10	7
Escola Básica Augusto do Souto Barreiros	Azinhaga	4	2
CC: Golegã		14	9

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

Ao contrário do verificado no ensino pré-escolar, um dos equipamentos do 1º Ciclo do Ensino Básico cedeu, no ano letivo 2019/2020, salas/espaços à Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária da Golegã (EMIC).

As duas escolas asseguram serviço de refeições (almoço) recorrendo a unidades de confeção de refeições externas.

Quadro 20 - Recursos humanos nos estabelecimentos de educação 1º Ciclo no concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021

Estabelecimento	Docentes		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros Recursos Humanos	
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Escola Básica da Golegã	8	2	0	0	3	2	1	3
Escola Básica Augusto do Souto Barreiros	1	1	0	0	2	0	1	3
CC: Golegã	9	3	0	0	5	2	2	6

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

No ano letivo 2020/2021 estavam afetos 27 recursos humanos aos estabelecimentos de 1º Ciclo do Ensino Básico, dos quais 16 integravam os quadros (59%).

De notar que 44% são docentes e 26% assistentes operacionais, e 30% recaem na categoria “outros recursos humanos”.

3.4. 2º, 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário

3.4.1. Equipamentos

A Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia (EB 2,3/S), escola sede do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, constitui o único estabelecimento de ensino do concelho com oferta destes 3 níveis de ensino.

Localizada na freguesia da Golegã, o acesso geral à escola foi classificado como “Razoável”. No que trata ao ano de construção dos edifícios originais, estes datam dos anos 70 do séc. XX, tendo sido erigidos novos edifícios em 2004. Neste equipamento escolar, com um total de seis edifícios, nos últimos 20 anos não ocorreram intervenções de reabilitação.

A avaliação realizada pela direção do agrupamento de escolas sobre o estado de conservação geral dos edifícios do estabelecimento de ensino é negativa, tendo sido classificada como “Deficiente”. No que concerne ao estado de conservação geral dos espaços exteriores observa-se a mesma situação, tendo sido classificado também como “Deficiente”.

Quanto à evolução do consumo energético, nos últimos 3 anos, houve uma evolução negativa, verificou-se o aumento do consumo de energia.

3.4.2. Espaços, Serviços e recursos

Existem 34 salas de atividade com condições para a atividade letiva, todas elas ocupadas com turmas de 2º, 3º CEB e Secundário. O agrupamento não apontou carência de salas.

A prática de cedência de espaços à comunidade exterior existe nesta escola, sendo cedidos espaços a entidades como a Associação de Pais, a Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária da Golegã – EMIC e a Câmara Municipal da Golegã.

A Escola sede do agrupamento assegura serviço de almoço nas suas instalações e também a confeção para o exterior.

Estão afetos a este estabelecimento 78 recursos humanos, 86% dos quais pertencem ao quadro e 73% do total são docentes.

Quadro 21 – Recursos humanos nos estabelecimentos de educação EB2, 3/Sec. no concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021

Estabelecimento	Docentes		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros Recursos Humanos	
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia	44	5	6	0	16	2	1	4
CC: Golegã	44	5	6	0	16	2	1	4

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

No ano letivo 2020/2021 esta escola não disponibiliza cursos profissionais de nível 4. No ano letivo anterior estavam inscritos um total de 9 alunos nos cursos “Técnico/a de Produção Agropecuária” e Técnico Comercial”.

3.5. Ensino Profissional

3.5.1. Equipamentos

Não existem escolas de ensino profissional localizadas na Golegã.

(página propositadamente deixada em branco)

4. Caracterização da procura atual e potencial

4.1. Procura atual por tipologia de equipamento/nível de ensino

4.1.1. Enquadramento geral

Em linha com a tendência nacional, nos anos mais recentes tem-se verificado uma quebra no número de alunos matriculados na generalidade dos níveis de ensino ministrados. Segundo dados do INE, entre 2000 e 2018, no concelho da Golegã a população escolar reduziu-se em cerca de 180 alunos (813, em 2000, para 627, em 2018), diminuindo em todos os níveis de ensino.

Nos últimos anos, nomeadamente após a definição da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, não foram observadas alterações importantes, sobretudo associadas à recuperação do número de alunos a frequentar o ensino secundário. Apenas o 3º Ciclo do Ensino Básico observa uma ligeira recuperação do número de alunos entre os anos letivos 2015/2016 e 2018/2019 (último ano disponível), registando-se uma variação positiva de 7,3%.

Nos níveis de ensino mais elevados, com o aumento da idade e da autonomia torna-se mais viável a realização de deslocações dos jovens em áreas de influência maiores, mas também se verificam maiores pendularizações motivadas pela procura de determinados estabelecimentos de ensino e de cursos fora do concelho, nomeadamente no concelho vizinho de Santarém, podendo ser este o fator explicativo para a diminuição do número de aluno no ensino secundário.

Quadro 22 - Alunas/os matriculadas/os, segundo o nível de ensino ministrado, no concelho da Golegã, no ano letivo 2000/2001 e entre os anos letivos de 2015/2019 (N.º/%)

	2000/01	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2000/18 (n.º)	2015/18 (n.º)	2015/18 (%)
	(n.º)					Variação		
Educação Pré-Escolar	127	123	112	102	112	-15	-11	-8,9
1º Ciclo do Ensino Básico	227	173	175	162	157	-70	-16	-9,2
2º Ciclo do Ensino Básico	127	135	127	109	98	-29	-37	-27,4
3º Ciclo do Ensino Básico	213	151	154	149	162	-51	11	7,3
Ensino Secundário	119	114	117	123	98	-21	-16	-14,0
CC: Golegã	813	696	685	645	627	-186	-69	-9,9

Fonte: INE

4.1.2. Educação Pré-escolar

Com base no INE, o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho da Golegã tem vindo a diminuir nos últimos 3 anos disponíveis, tendo registado uma ligeira recuperação, que não permitiu, no entanto, alcançar ainda o quantitativo de alunos matriculados no ano letivo 2015/2016 (menos 11 alunos, entre 2015/2016 e 2018/2019 correspondente a uma variação negativa de 8,9%).

O Jardim de Infância do Centro Social Paroquial da Golegã, na freguesia da Golegã, é a única entidade privada a disponibilizar pré-escolar no concelho da Golegã. Em fevereiro de 2021 tinha 43 utentes⁷, o que representa 34% da oferta, pública e privada, neste nível de ensino em 2021.

Rede pública

Tendo por base a informação disponibilizada pela direção do agrupamento/escola sobre o local de residência dos alunos matriculados no ensino pré-escolar, importa notar que a quase totalidade das crianças é proveniente do concelho (96%). No JI da Azinhaga esta percentagem corresponde a 100% das crianças inscritas, evidenciando-se, desta forma, uma prevalência da procura interna.

Segundo a informação recolhida, a freguesia da Golegã representa a maior procura efetiva, com 59 alunos registados, correspondente a 70% do total dos alunos matriculados. A freguesia da Azinhaga tem 25 alunos inscritos.

Quadro 23 - Proporção de crianças residentes no concelho inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar, no concelho da Golegã, no ano letivo 2018/2019 e 2020-2021, por agrupamento de escolas

AE da Golegã, Azinhaga e Pombalinho	Alunos Inscritos (n.º)	Alunos Inscritos (n.º)	Alunos Residentes na Golegã (n.º)	Alunos Residentes na Golegã (%)	Alunos Não Residentes na Golegã (%)
	2018/2019	2020/2021	2020/2021		
Jardim de Infância da Golegã	42	59	56	94,9	5,1
Escola Básica Augusto do Souto Barreiros (Jardim de Infância)	25	25	25	100	0
CC: Golegã	67	84	81	96,4	3,6

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) são disponibilizadas apenas no JI da Golegã, que disponibiliza as AAAF após o término da componente letiva, a 34 crianças. O JI da Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, em Azinhaga não disponibiliza esta resposta.

No concelho, 2 crianças que frequentam o estabelecimento de educação pré-escolar situado na Golegã apresentam Necessidades Educativas Especiais - NEE⁸, o que corresponde a 2,4% do total de alunos matriculados no ano letivo 2020/2021. Estas crianças estão a ser acompanhadas ao nível da intervenção precoce.

⁷ Carta Social, MTSSS.

⁸ Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro - Necessidades Educativas Especiais. Com o Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Educação inclusiva, surge a expressão Necessidades Educativas Específicas.

4.1.3. 1º Ciclo do Ensino Básico

Os alunos inscritos no 1º CEB registaram um decréscimo entre 2015/2016 e 2018/2019 (INE), sendo essa quebra de -9,2% no período, passando de 173 alunos para 157 alunos, respetivamente.

Essa tendência inverteu-se nos anos mais recentes, a avaliar pela informação disponibilizada pela direção do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, pois registou-se um acréscimo de 7% dos alunos matriculados entre 2018/2019 e 2020/2021.

Não obstante, identificaram-se disparidades entre as duas escolas/freguesias: enquanto a freguesia da Golegã aumentou o efetivo da procura, na Azinhaga registou-se uma diminuição do número de alunos em 17,5% (-7 alunos).

No ano letivo 2020/2021, 97% dos alunos matriculados (correspondente a 130 alunos) nos estabelecimentos de 1º CEB residiam no concelho da Golegã, o que indica que apenas 3% eram provenientes de outros concelhos, uma proporção pouco significativa e que ilustra a reduzida atratividade do Município sobre os fluxos e as pendularizações centradas no trabalho (bacia de emprego), que conduz a que muitas vezes se optem por estabelecimentos educativos próximos dos locais de trabalho dos encarregados de educação. Uma análise à escala das freguesias revela que apenas na Golegã existem alunos vindos do exterior do concelho.

Quadro 24 - Proporção de alunos residentes no concelho inscritos nos estabelecimentos de 1º ciclo do ensino básico, no concelho da Golegã, no ano letivo 2018/2019 e 2020-2021, por agrupamento de escolas

AE da Golegã Azinhaga e Pombalinho	Alunos Inscritos (n.º)	Alunos Inscritos (n.º)	Alunos Residentes na Golegã (n.º)	Alunos Residentes na Golegã (%)	Alunos Não Residentes na Golegã (%)
	2018/2019	2020/2021	2020/2021		
Escola Básica da Golegã	117	135	130	96,3	3,7
Escola Básica Augusto do Souto Barreiros	40	33	33	100,0	0
CC: Golegã	157	168	130	97,0	3,0

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

Quanto aos serviços prestados pelos estabelecimentos de 1º CEB da rede pública, as duas escolas prestam Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), a um total de 93 alunos, e oferecem Componente de Apoio à Família (CAF) a um total de 47 alunos.

Quadro 25 – Alunos que frequentam as AEC e CAF nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020/2021

AE da Golegã, Azinhaga e Pombalinho	Alunos Inscritos 2020/2021 (n.º)	Alunos em AEC (%)	Alunos em CAF (%)
Escola Básica da Golegã	135	47,4	26,7
Escola Básica Augusto do Souto Barreiros	33	87,9	33,3
CC: Golegã	168	55,4	28,0

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

No ano letivo 2020/2021, frequentavam os estabelecimentos de 1º CEB da Golegã 27 alunos com Necessidades Educativas Especiais, o que corresponde a 16% do total de alunos matriculados, neste nível de ensino. A EB da Golegã, tinha 22 destes alunos (13%).

No ano letivo 2019/2020 ficaram retidos 3 alunos no 1º CEB, o que face aos 156 alunos matriculados neste mesmo ano letivo conduziu a uma taxa de retenção residual (1,9%).

As taxas de retenção apresentaram comportamentos diferenciados em termos da sua expressão por estabelecimento/freguesia. A EB da Golegã apresenta uma taxa residual de 0,8% enquanto a EB Augusto do Souto Barreiros apresenta uma taxa mais elevada (6,5%).

Quadro 26 – Alunos retidos nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no concelho da Golegã, no ano letivo 2019/2020

AE da Golegã, Azinhaga e Pombalinho	Alunos Inscritos 2019/2020 (n.º)	Alunos retidos (n.º)	Taxa de retenção (%)
Escola Básica da Golegã	125	1	0,8
Escola Básica Augusto do Souto Barreiros	31	2	6,5
CC: Golegã	156	3	1,9

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

Por fim, importa destacar que entre os anos letivos de 2017/2018 e 2019/2020, nenhum aluno abandonou a frequência educativa, o que representa um facto bastante positivo para as políticas educativas municipais e para o sistema de ensino e desenvolvimento social no concelho da Golegã

4.1.4. 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário

Segundo a informação do INE, a tendência de redução do quantitativo de alunos matriculados ocorreu com maior acutilância no 2º CEB, onde atingiu o valor mais elevado (variação negativa de 27% dos alunos, entre 2015/2016 e 2018/2019, passando de 135 alunos, para 98 alunos).

O 3º CEB registou uma dinâmica inversa, dado o crescimento da procura efetiva em 7,3% dos alunos, ao passar em igual período de 151 alunos, para 162 alunos. Por sua vez, o ensino secundário perdeu 16 alunos (-14%), passando de 114 alunos para 98, no mesmo período.

A Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia é o único equipamento concelhio com oferta destes 3 níveis de ensino.

Quadro 27 - Alunos inscritos no estabelecimento do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário da rede pública no concelho da Golegã - Escola EB2,3/S Mestre Martins Correia, nos anos letivos 2018-2019, 2019/2020 e 2020/2021

	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
2018/2019 (n.º)	98	166	64
2019/2020 (n.º)	75	170	78
2020/2021 (n.º)	76	149	95
Var. 2018/2020 (%)	-22,4	-10,2	48,4

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

De acordo com a informação disponibilizada pela direção do AE da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, para os 3 anos letivos mais recentes (2018/2019 a 2020/2021), a redução na procura manteve-se no 2º CEB, traduzida numa perda de 22,4% dos alunos entre os anos letivos de 2018/2019 e 2020/2021 (passando-se de 98 alunos para 76 alunos). Por sua vez, o ensino secundário registou um aumento de 48%, de 64 para 95 alunos no mesmo período.

Quadro 28 - Alunos inscritos no estabelecimento do 2º e 3º ciclos e secundário do ensino básico e secundário da rede pública no concelho da Golegã - Escola EB2,3/S Mestre Martins Correia, no ano letivo 2020/2021

AE da Golegã, Azinhaga e Pombalinho	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Alunos inscritos - 2020/21 (n.º)	76	149	95
Turmas - 2020/21 (n.º)	4	8	5

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

Nos três ciclos de ensino, a proporção de alunos residentes fora do concelho é inferior a 10%: 9,2%, no 2º Ciclo; 7,4%, no 3º Ciclo; e 9,5% no secundário.

Registe-se que o Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, não disponibiliza, no ano letivo 2020/2021, Oferta Formativa/Profissional.

A Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia, assegura outros serviços (atividades complementares de ensino), o que é revelador de uma crescente valorização da prática de outras abordagens para o desenvolvimento das crianças e dos jovens e dos seus efeitos multiplicadores com impactes ao nível do ensino e da aprendizagem. Os serviços prestados evidenciam, desde logo, uma notável diversidade, possibilitando

assim abranger os múltiplos interesses e motivações dos alunos, nomeadamente clubes de matemática, de música ou de jardinagem, onde estão inscritos mais de 3 dezenas de alunos.

Quadro 29 – Atividades complementares na EB23/S Mestre Martins Correia no concelho da Golegã, no ano letivo 2020/2021

Atividades complementares	Alunos inscritos (n.º)	Capacidade (n.º máximo de alunos)
Clube de matemática	6	12
Clube de jardinagem	12	15
Oficina de música	20 (presencial); 12 (à distância)	20

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

No ano letivo 2020/2021, o número de crianças com NEE era de 21 alunos, no 2º CEB, de 33 alunos, no 3º CEB, e de 8 alunos no secundário, correspondendo a 27,6%, a 22,1% e a 8,4% do total de alunos matriculados, respetivamente. A tipologia de NEE identificada foi a educação de alunos com deficiência visual e com baixa visão, direcionada para o 2º CEB.

Relativamente às retenções dos alunos, entre os anos letivos 2017/2018 e 2019/2020, regista-se um decréscimo significativo nos 3 níveis de ensino. Assim, houve menos 15 retenções no total dos 3 níveis de ensino. Em 2019/2020, não ocorreram retenções no 2º e 3º ciclos do ensino básico, enquanto no ensino secundário ficaram retidos 7 alunos, o que se traduz numa taxa de retenção de 9% nesse nível de ensino.

Quadro 30 – Alunos retidos e alunos que abandonaram no estabelecimento do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário EB2,3/S Mestre Martins Correia, no concelho da Golegã, no ano letivo 2019/2020

AE da Golegã, Azinhaga e Pombalinho	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Alunos retidos (n.º)	0	0	7
Taxa de retenção (%)	-	-	9,0
Alunos que abandonaram (n.º)	0	0	0
Taxa de abandono (%)	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

Entre os anos letivos 2017/2018 e 2019/2020 não se verificaram situações de abandono escolar neste estabelecimento de ensino.

O estabelecimento de ensino não disponibiliza oferta formativa/profissional.

4.2. Projeções da população escolar

4.2.1. Nota introdutória

Segundo o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, nomeadamente no que concerne aos objetivos, a Carta Educativa visa promover a adequação da rede de estabelecimentos, de modo que, em cada momento, as ofertas educativas respondam à procura efetiva que se manifeste em cada um dos níveis de ensino. Neste quadro, a melhor utilização dos recursos educativos só poderá ser efetivamente concretizada se, no início de cada ano letivo, a oferta conseguir dar uma resposta adequada às necessidades da procura.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização local é possível desenvolver algumas conclusões sobre tendências e impactes da demografia na evolução da procura educativa no Concelho da Golegã. Acresce que, em qualquer processo de planeamento municipal, a componente demográfica deverá ser destacada, na medida em que se assume como um dos pilares de sustentação e vertebração do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos espaciais e de novas necessidades e conceitos, cujos impactes se refletem na organização e modelação do espaço, nomeadamente no que concerne à programação de equipamentos e infraestruturas.

Torna-se assim evidente a necessidade de prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, nomeadamente na programação de equipamentos escolares, para satisfazer as necessidades dos habitantes que previsivelmente se virão instalar no concelho num futuro próximo e/ou para colmatar/resolver as necessidades já sentidas pelas populações atualmente. O modelo a adotar na Carta Educativa destina-se a esse fim, pois consegue estimar a estrutura etária da população, em momentos posteriores.

Deste modo, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2030, utilizando o modelo *cohort survival* aberto.

O modelo *cohort survival* aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Existem dois pressupostos de base, no modelo: i) a existência de um grupo etário e um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro; ii) a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período de tempo).

Nesta projeção, especialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2001 – 2011, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2011 – 2021, 2011–2025 e 2011–2030. Dadas as características do concelho, localizado num território dinâmico, competitivo e atrativo, originando que as freguesias estejam em permanente mutação, no que se refere ao seu modelo de desenvolvimento e ocupação do território, bem como da atual

política de desenvolvimento territorial preconizada no âmbito da Revisão do PDM da Golegã, as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos (tendencial e voluntarista moderado). Com base nestes dados de projeção demográfica, construíram-se dois cenários prospetivos de procura educativa por nível de ensino, nomeadamente no que se refere à Rede Pública.

4.2.2. Censarização demográfica (2025 e 2030)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival*. Nesta projeção, especialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2001 – 2011, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2011–2025 e para 2011–2031. Dadas as características do concelho, o impacte previsível gerado pela crise pandémica, e o timing de realização (muito próximo do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica patenteada durante a década 2000, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2001 e em 2011;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2001 e 2010;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2001 e 2010;
- Óbitos com menos de 1 anos entre 2001 e 2010;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, a Lezíria do Tejo e o Continente, em 2001 e 2011;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e a Lezíria do Tejo, entre 2000 e 2011.

Com a população residente em 2001, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2001–2010 e com a população recenseada em 2011, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2011 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário)*Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1 – (óbitos por grupo etário / população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de 2000. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção

foram as registadas em 2011, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2011, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que nas décadas seguintes - 2011 / 2021 e 2021-2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2011).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2011. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2011, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Quadro 31 - Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B - cenário alternativo voluntarista, C - cenário alternativo retrativo)

Grupo etário	2011	2021	CENÁRIO TENDENCIAL		CENÁRIO ALTERNATIVO (VOLUNTARISTA)		CENÁRIO ALTERNATIVO (ESTAGNAÇÃO)	
			2025	2031	2025	2031	2025	2031
0-9	455	390	467	465	511	514	503	506
10-19	535	496	507	518	504	515	496	507
20-29	567	509	544	507	509	474	501	466
30-39	702	569	487	462	553	524	544	517
40-49	730	743	609	528	585	507	576	500
50-59	765	748	744	684	695	634	685	625
60-69	663	755	771	743	725	700	714	689
+70	1048	1190	1253	1322	1545	1650	1522	1625
Total	5465	5400	5381	5229	5626	5518	5542	5435
Var. face a 2021	-	-	-0,4	-3,2	4,2	2,2	2,6	0,6

Fonte: INE (2011) e elaboração própria (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter uma evolução negativa, contabilizando-se um decréscimo, em 2025, em torno dos 0,4% (menos 19 residentes, aproximadamente). Este cenário, face à evolução recente das principais variáveis demográficas reflete uma maior aproximação à realidade demográfica perspectivada para os próximos anos.

Com base neste cenário A, em 2025, a população residente no concelho será de 5.381 e, em 2031, de 5229 habitantes, traduzindo neste último um decréscimo de 3,2% face ao valor contabilizado em 2021.

O quadro seguinte sintetiza, por freguesia⁹, os principais indicadores demográficos resultantes da aplicação do exercício apresentado.

Quadro 32 – Evolução demográfica por freguesia, 2025 e 2031 (A – cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista, C – cenário alternativo de estagnação)

Freguesia	2025				2031			
	Cenário A	Var. 2021/2025	Cenário B	Var. 2021/2025	Cenário A	Var. 2021/2031	Cenário B	Var. 2021/2031
Azinhaga	1318	-6,8	-	-	1224	-13,4	-	-
Golegã	3732	-3,9	3977	10,7	3703	3,1	3992	11,2
Pombalinho	331	-16,2	-	-	301	-23,8	-	-

Fonte: Elaboração própria.

4.2.3. Censarização da população a escolarizar (2025 e 2030)

No caso dos equipamentos educativos, procurou-se proceder à repartição da população estimada para os dois primeiros grupos etários decenais, que são aqueles que agregam a população potencialmente a escolarizar, pela idade, ano a ano, que os compõem. Assim, optou-se por, em primeiro lugar, verificar qual o peso relativo que, em 2001 e 2011, cada ano representava no total do grupo decenal e, em segundo lugar, aplicar a mesma proporção (média ponderada) aos valores estimados para 2025 e 2031, em cada cenário. De tal opção resulta que, por exemplo, todas as crianças que em 2011 possuíam 1 ano, terão previsivelmente 11 anos em 2021, a manterem-se, como preconiza o modelo, as suas probabilidades de sobrevivência e migração em cada um dos cenários equacionados.

Relativamente aos jardins-de-infância, estima-se que a “população-alvo” (crianças com 3 a 5 anos), em 2031, se situe próxima das 103 crianças (no Cenário B) ou das 94 crianças (no Cenário A).

⁹ Dada a riqueza da informação existente e a possibilidade do aprofundamento da mesma a menores escalas de análise, adotou-se como referencial administrativo a organização existente antes da última reconfiguração (agregação de freguesias, em 2013 – Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro – Reorganização Administrativa do Território das Freguesias; Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março; Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro).

Quadro 33 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025–2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: jardins-de-infância

Freguesia	Jardim de Infância: 3-5 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Azinhaga	21	21	21	21	21	21
Golegã	85	97	84	65	74	64
Pombalinho	9	9	9	8	8	8
Total	115	127	114	94	103	93

Fonte: Elaboração própria.

No que respeita ao 1º ciclo, estima-se que a “população-alvo” (crianças com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos), em 2031, ronde as 229 crianças (no Cenário B) ou as 207 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são significativas, relevando, em termos absolutos, a importância da freguesia da Golegã. Pelo contrário, Pombalinho possuirá efetivos bastante inferiores neste nível de ensino, quando comparada com as restantes freguesias (10, em 2031, no cenário A).

Quadro 34 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025–2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 1º ciclo

Freguesia	1º Ciclo: 6-9 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Azinhaga	50	50	50	48	48	48
Golegã	118	133	116	149	171	147
Pombalinho	10	10	10	10	10	10
Total	178	193	176	207	229	205

Fonte: Elaboração própria.

No 2º ciclo, o número de efetivos populacionais apresenta-se mais reduzido (nível de ensino compreende, potencialmente, apenas crianças com 10 e 11 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 123 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 122 crianças.

Quadro 35 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025–2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 2º ciclo

Freguesia	2.º Ciclo: 10-11 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Azinhaga	33	33	33	30	30	30
Golegã	92	91	91	89	88	88
Pombalinho	4	4	4	4	4	4
Total	129	128	128	123	122	122

Fonte: Elaboração própria.

No que respeita ao 3º ciclo, estima-se que a população-alvo (crianças com idade compreendida entre os 12 e os 14 anos), em 2031, ronde as 137 crianças (no Cenário B) ou as 138 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são significativas, com a freguesia Golegã mais uma vez a possuir um quantitativo significativo (96, no Cenário A).

Quadro 36 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025–2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 3º ciclo

Freguesia	3.º Ciclo: 12-14 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Azinhaga	35	35	35	32	32	32
Golegã	96	95	95	96	95	94
Pombalinho	10	10	10	10	10	10
Total	141	140	140	138	137	136

Fonte: Elaboração própria.

No ensino secundário, o número de efetivos populacionais é pouco expressivo (nível de ensino compreende, potencialmente, crianças com 15 e 17 anos, mas face ao acumular das taxas de repetência nos anos anteriores deve incorporar/deve ponderar a inclusão da população com 18 e 19 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 158 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 157 crianças.

Quadro 37 – Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A, B e C (2025–2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: Secundário

Freguesia	Secundário: 15-17 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Azinhaga	41	41	41	38	38	38
Golegã	99	98	98	112	111	110
Pombalinho	8	8	8	8	8	8
Total	148	147	147	158	157	156

Fonte: Elaboração própria.

No caso dos equipamentos (educativos), em todos os níveis de ensino, deve ressaltar-se que os valores apresentados representam a estimativa de população residente com idade “normal” para frequentar esse nível, não correspondendo à população efetivamente a “escolarizar”.

Esta discrepância potencial afigura-se relevante por exemplo no ensino básico (2º e 3º ciclos) onde as taxas de retenção, podem contribuir para a presença de alunos com idade superior em níveis de ensino mais baixos, ou no ensino secundário onde existem maiores taxas de repetência. Por outro lado, sobretudo neste último nível é importante ter em conta que os valores podem ser mais elevados, refletindo também, em parte, a capacidade de atração relativamente a alunos provenientes de outros concelhos.

Neste quadro, existem diversas dinâmicas e características territoriais e setoriais que importa ter presente e que implicaram um exercício de ponderação gerador de reajustamento dos valores, de modo a garantir uma melhor adequação e elevar o grau de confiança relativamente às projeções da população a escolarizar em 2025 e 2031. Dos descritores com maior relevância, aponta-se a representatividade da população em idade escolar residente noutros concelhos limítrofes, mas que frequenta os estabelecimentos localizados no concelho e, por outro lado, a importância que o insucesso escolar possui em alguns níveis de ensino, gerando taxas de repetência importantes e consequentemente provocando a manutenção dos alunos com idades mais “avançadas” face ao expectável para esse nível. Finalmente, importa ainda ter presente a importância que a Rede Privada e Solidária assume no Concelho, nomeadamente detendo um número muito significativo de crianças no pré-escolar.

Assim, metodologicamente optou-se por: i) num primeiro momento, verificar a representatividade dos alunos residentes na Golegã, por freguesia de localização dos estabelecimentos escolares (com base nos valores médios registados nas escolas localizadas nessas freguesias); ii) num segundo momento, aplicar esses valores às estimativas de população em idade de frequentar os diversos níveis de ensino (neste contexto, os valores foram acrescidos em função da população oriunda de outros concelhos que virá frequentar as escolas da Golegã); iii) num terceiro momento, ponderar o peso que a população que trabalha ou estuda noutro concelho e o seu potencial impacte nos diversos níveis de ensino; iv) considerar as taxas de repetência e abandono, nos estabelecimentos escolares da Rede Pública sediados em cada freguesia, aplicando esses valores à população escolar estimada.

Quadro 38 – Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública

Tx. repetência e abandono (%), por nível de ensino			
1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
1,9	0	0	9,0
Alunos residentes noutros concelho (%)			
1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
3,0	9,2	7,4	9,5

Fonte: Elaboração própria, com base na informação do inquérito.

Independentemente da incerteza e constrangimentos inerentes à realização de qualquer exercício de estimativas demográficas/escolares (num quadro de múltiplas e complexas variáveis/ fenómenos, de previsibilidade incerta), a aplicação desta metodologia, de passos sequenciais, ajustados às características atuais do Sistema Educativo na Golegã, permite projetar com maior confiança a população que irá integrar as Escolas da Rede Pública (e rede privada e solidária, no caso do pré-escolar), nos próximos anos.

As matrizes seguintes, sinalizam a procura potencial por cada nível de ensino (2025 e 2031), em cada uma das freguesias analisadas.

Quadro 39 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025–2031): jardins-de-infância

Freguesia	Jardim de Infância: 3-5 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Azinhaga	17	17	17	17	17	17
Golegã	69	78	68	52	60	52
Pombalinho	9	8	9	8	8	8
Total	95	103	94	77	85	77

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 40 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025–2031): 1º ciclo

Freguesia	1º Ciclo: 6-9 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Azinhaga	38	38	38	37	37	37
Golegã	90	101	88	113	130	112
Pombalinho	11	11	10	11	11	10
Total	139	150	136	161	178	159

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 41 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025–2031): 2º ciclo

Freguesia	2º Ciclo: 10-11 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Azinhaga	28	28	28	26	26	26
Golegã	79	78	78	77	76	76
Pombalinho	4	4	4	4	4	4
Total	111	110	110	107	106	106

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 42 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025–2031): 3º ciclo

Freguesia	3º Ciclo: 12-14 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Azinhaga	30	30	30	37	37	37
Golegã	81	80	80	111	110	108
Pombalinho	11	11	10	11	11	10
Total	122	121	120	159	158	155

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 43 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar), no cenário A, B e C (2025–2031): Secundário

Freguesia	Secundário: 15-17 anos					
	2025			2031		
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Azinhaga	36	36	36	33	33	33
Golegã	86	85	85	97	97	96
Pombalinho	10	10	10	10	10	10
Total	132	131	131	140	140	139

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema (Rede Pública e privada) em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2025 e 2031, observa-se que existem diferenças a registar, nomeadamente um decréscimo do número de alunos no pré-escolar e 1.º ciclo e um aumento, mais ou menos significativo, nos restantes níveis (cenário tendencial).

Quadro 44 – Rede Pública (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2020/2021)

Ciclos	2020/2021 Público	2031			Variação 2020/2021-2031		
		Cenário tendencial	Cenário alternativo voluntarista	Cenário alternativo retrativo	Cenário tendencial	Cenário alternativo voluntarista	Cenário alternativo de estagnação
Pré-escolar	84	77	85	77	-8,3	1,2	-8,3
1º Ciclo	168	161	178	158	-4,2	6,0	-6,0
2º Ciclo	76	107	106	106	40,8	39,5	39,5
3º Ciclo	149	159	158	155	6,7	6,0	4,0
Secundário	95	141	140	139	48,4	47,4	46,3
Total	572	645	667	635	12,8	16,6	11,0

Fonte: Equipa Técnica (2021)

Esta realidade terá impacto no dimensionamento do sistema educativo municipal e será um desafio para os principais stakeholders (agrupamento e município). Se por um lado, ao nível do pré-escolar poderão existir espaços disponíveis para melhorar a capacidade de resposta às necessidades específicas das crianças e da qualificação das condições de aprendizagem disponibilizadas, por outro lado, irá gerar uma maior pressão sobre o estabelecimento que possui 2.º, 3.º ciclo e secundário.

5. Análise SWOT

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proximidade a centros urbanos de maior hierarquia, sobretudo Torres Novas e Entroncamento ; ▪ Golegã como um território de intermediação entre a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo e, simultaneamente, entre a margem norte e a margem sul do Tejo; ▪ Estrutura de povoamento bastante concentrada no concelho (92% da população reside na vila sede e nas aldeias da Azinhaga e do Pombalinho); ▪ Transporte escolar assegurado em vários pontos do município e, no caso dos alunos com NEE, para municípios limítrofes; ▪ Tendência decrescente das taxas de retenção e desistência no 1º, 2º e 3º CEB, situando-se abaixo do valor da Lezíria e nacional em 2020/2021; ▪ Prática de cedência de espaços à comunidade exterior é habitual no agrupamento de escolas; ▪ Taxa de abandono escolar nula entre os anos letivos de 2017/2018 e 2019/2020 é demonstrativo de um resultado positivo das políticas educativas municipais e do sistema de ensino e desenvolvimento social no concelho da Golegã; ▪ Existência de uma oferta diversificada de atividades complementares de ensino na Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia (clubes de matemática, de música ou de jardinagem), é revelador de uma crescente valorização de outras abordagens para o desenvolvimento das crianças e dos jovens; ▪ Alargamento do horário de funcionamento das Escolas do 1º CEB e do pré-escolar possibilitou maior apoio para as famílias, ao promover uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar; ▪ Realização de alguns trabalhos nos equipamentos escolares, como a substituição da iluminação existente por soluções LED mais eficientes, a instalação de sistemas solares fotovoltaicos e de sistemas de monitorização do consumo de energia, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuição da população residente do concelho entre 2011 e 2021 (-8,7%); ▪ Aumento da população com mais de 65 anos no concelho (de 23,3%, em 2001 para 29,3% em 2021), com particular incidência nas freguesias do Pombalinho e da Azinhaga; ▪ Saldo global dos movimentos de entradas e saídas de população ativa e estudantil negativo em 2021 (saída de 24% da população e entrada de 14,5%); ▪ Percentagem significativa de população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico (61%); ▪ Perda do quantitativo de alunos ao longo dos anos, resultado de maior procura de estabelecimentos de ensino e de cursos fora do concelho, nomeadamente em Santarém; ▪ Taxa de execução nula das ações previstas na anterior Carta Educativa, acrescido pelo facto de que nenhuma das escolas foi alvo de ações de reabilitação nos últimos 20 anos; ▪ Necessidade de intervenção nas escolas de ensino básico ao nível das coberturas, paredes, caixilharia, entre outras; ▪ Ausência de salas para apoios educativos, apoios psicológicos, terapias, entre outros, o que coloca uma grande pressão sobre as salas/espaços existentes; ▪ Elevada pressão na disponibilidade de espaços para acolher o crescente número de alunos de origem brasileira, afegã e ucraniana que se tem matriculado no decorrer do ano letivo 2022-2023, o que dificulta um ensino de qualidade e diferenciado; ▪ Grandes dificuldades de aprendizagem/compreensão da língua portuguesa, por uma parte importante da comunidade migrante); ▪ Persistência de insucesso escolar de alunos nas disciplinas de Matemática e Português; ▪ As classificações médias nos exames nacionais do Agrupamento são, na sua maioria, inferiores à média nacional; ▪ Inexistência de oferta de ensino profissional no concelho; ▪ As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) são disponibilizadas apenas no JI da Golegã; ▪ As projeções da população apontam para a persistência de uma evolução negativa da população total e jovem;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Período de forte investimento na inovação e digitalização com potencial de alavancagem de novas abordagens nas metodologias de ensino, mais dinâmicas e atrativas para os alunos; ▪ Existência de programas de âmbito europeu capazes de dinamizar o ensino e a partilha de experiências com outros países, como o programa Erasmus+; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Poli-crisis representam fator de risco acrescido ao ensino e para o desenvolvimento de competências sociais das crianças; ▪ Falta de atratividade da profissão de docente coloca em causa a renovação do corpo docente para os próximos anos; ▪ Acentuar das debilidades infraestruturais e do estado de conservação dos equipamentos escolares na ausência de investimentos relevantes;

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">▪ A Lei da Transferência de Competências para as Autarquias (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) promove o planeamento a uma escala local e intermunicipal e, conseqüentemente, uma intervenção adaptada a cada contexto territorial e socioeconómico;▪ Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável para medidas em linha com a dimensão “Transição Digital” (C20 Escola Digital) mas também em linha com a dimensão “Transição Climática” (C13 Eficiência Energética em Edifícios). | <ul style="list-style-type: none">▪ Falta de recursos humanos não docentes nas escolas é um entrave ao pleno funcionamento dos equipamentos escolares. |
|--|--|

Em síntese, face ao objeto em causa, releva a adequação do parque escolar instalado, face à procura existente e potencial, embora persistam situações de debilidades infraestruturais no parque que importa responder dado serem impactantes na qualidade de ensino ministrada. A crescente aposta na prossecução de projetos e métodos de aprendizagem diferenciadores e inovadores, que o Município tem desenvolvido, em estreita articulação com o Agrupamento de Escolas, impõem novas condições para garantir os padrões de qualidade que devem reger a Escola Pública. Neste quadro, é fundamental uma aposta consistente e ambiciosa de requalificação/modernização da Escola Básica e Secundária Mestre Martins.

Correia

6. Estratégia De Intervenção

6.1. Princípios Orientadores

6.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos

Atualmente, o desenvolvimento integrado e sustentável constitui um dos principais objetivos e desafios, seja ao nível nacional, seja, sobretudo, ao nível local. Os equipamentos coletivos desempenham um papel relevante na medida em que contribuem para a qualificação do quadro de vida das populações em domínios considerados estratégicos para a prossecução do desenvolvimento integrado. A educação assume-se como um dos principais domínios estruturadores desse processo de desenvolvimento.

Atuando como plataformas de sustentação das políticas públicas, assumem outra relevância instrumental conferida pelos impactes que têm no território e no quotidiano dos cidadãos. Assim, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para um correto ordenamento do território, a diferentes escalas.

Neste contexto, o exercício de programação e planeamento de equipamentos escolares assume uma dupla relevância:

- ▶ A um tempo, diagnosticando as necessidades quantitativas e qualitativas, e identificando os investimentos que serão necessários realizar, de forma a suprir as necessidades atuais e futuras, no quadro de uma política de desenvolvimento integrado e sustentável, onde emerge a Educação com um papel aglutinador e central na prossecução de diversas políticas públicas;
- ▶ A outro tempo, contribuindo para o planeamento urbanístico e para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável harmonioso, multidimensional, contemplado noutros instrumentos de ordenamento e gestão territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM).

6.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social

No Concelho da Golegã, a programação e planeamento dos equipamentos escolares reveste-se de uma importância elevada, dadas as especificidades que caracterizam este território, resultantes da sua inserção na Lezíria do Tejo, marcada por uma retração demográfica e progressivo envelhecimento populacional. Esta situação, este posicionamento regional, gera um conjunto de problemáticas que colocam importantes desafios à programação e planeamento dos equipamentos escolares. É o caso de fenómenos como:

- ▶ A redução demográfica e perda potencial de efetivos nas primeiras classes da pirâmide etária. O decréscimo demográfico registado nos últimos anos é impactante na procura escolar pelos estabelecimentos existentes;
- ▶ A necessidade de assumir a Escola, enquanto estrutura de apoio e de acolhimento, enquanto elemento identitário e âncora da vivência e proximidade à Comunidade;

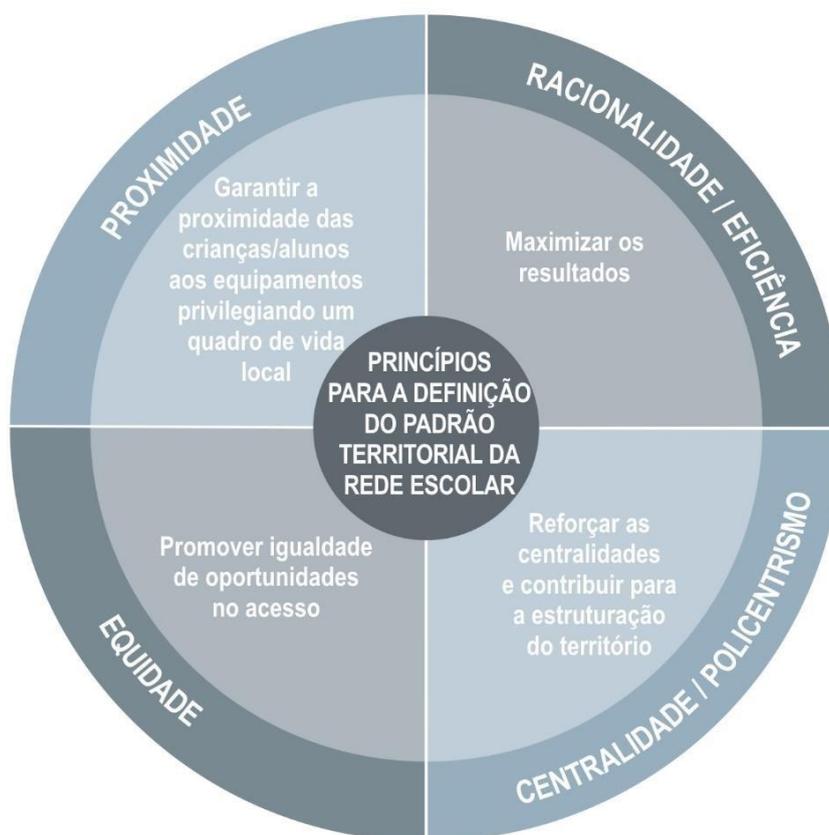
- ▶ A acentuada procura de respostas para ocupação das crianças fora do horário letivo, fruto da recomposição das estruturas familiares, de uma participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego e de uma pendularização (casa-emprego), com tempos de deslocação relevantes;
- ▶ A presença de população migrante com elevados défices de conhecimento da língua portuguesa, de integração social e económica, com potencial impacto nos resultados escolares (níveis de insucesso escolar).

6.1.3. A territorialidade da Rede Escolar

A partir da concertação dos desafios com que a Carta Educativa da Golegã se depara, foram definidos quatro grandes princípios de sustentação do padrão territorial da Rede:

- ▶ A prossecução de uma lógica de equidade, de modo que seja assegurada uma distribuição que possibilite a todas as crianças/alunos a igualdade de oportunidades no acesso à Escola;
- ▶ A prossecução de uma lógica de proximidade, uma vez que a distribuição espacial deverá garantir que as escolas (nos primeiros níveis: pré-escolar e 1º ciclo) se localizem próximo das áreas de residência das crianças/alunos, privilegiando um quadro de vida local e evitando extensos movimentos pendulares;
- ▶ A preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo policêntrico, em que a localização/distribuição dos equipamentos permita reforçar as centralidades locais (Golegã e Azinhaga);
- ▶ O cumprimento dos princípios de racionalidade e eficiência, promovendo uma espacialização e afetação de recursos que maximize os resultados a gerar (melhorar o sucesso escolar, promover uma maior integração social, reforçar o protagonismo e atratividade da Golegã).

Figura 25 – Padrão territorial da rede: princípios



Fonte: Equipa Técnica (2022)

6.2. Matriz Estratégica

6.2.1. Visão Estratégica

Considerando a situação atual da Rede Escolar no Concelho da Golegã, bem como os objetivos definidos para a Carta Educativa, a estratégia de intervenção visa:

- ▶ Orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento do território e de uma maior integração das políticas públicas, concedendo à Educação um papel central na prossecução do desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho da Golegã;
- ▶ Orientar a ação municipal, sinalizando as orientações, necessidades e prioridades de investimento, na ótica da qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente, melhorando as condições de aprendizagem e contribuindo para a melhoria global do sistema de ensino no concelho;
- ▶ Orientar a ação municipal, procurando estabelecer sinergias e desenvolver parcerias colaborativas à escala intermunicipal, que reforcem a atratividade sub-regional, garantam ganhos de eficácia e eficiência multi-escalar e permitam encontrar as melhores respostas para problemas e/ou necessidades transversais à Lezíria do Tejo.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de uma ambição para o concelho da Golegã, sintetizada na mensagem:

Figura 26 – Visão estratégica



Fonte: Equipa Técnica (2022)

6.2.2. Princípios e Objetivos Estratégicos

Conforme consagra o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, este deve ser o instrumento referencial de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho da Golegã, de acordo com as ofertas de educação a satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Concelho.

Trata-se assim de uma visão para a programação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar os princípios do planeamento estratégico ao setor da Educação. Neste quadro, a um tempo, trata-se de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa num dado território (o concelho da Golegã). A outro tempo, deve ser encarada como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas do território municipal e sub-regional assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional (aspeto particularmente pertinente e atual, dado o contexto de transferência de competências e responsabilidades do Estado para os Municípios). Por conseguinte, pretende articular uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial.

Na vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos de qualidade, diferenciadores e diversificados, através do funcionamento em rede dos estabelecimentos (conceito de escola nuclear – sede – que inclui recursos físicos e humanos especializados). Neste contexto, emerge com significado a necessidade de consolidação e afirmação do Agrupamento de Escolas, pela qualidade do ensino ministrado e pela diferenciação das ofertas disponibilizadas. Relativamente à vertente de ordenamento do território, a

Revisão da Carta deverá procurar responder às tendências de organização do território e à política de desenvolvimento multidimensional em curso, levando em consideração o sistema territorial e urbano existente ou a consolidar, bem como as dinâmicas evolutivas e linhas de intervenção que estruturam a política de emprego, de habitação, cultural, desportiva ou social no Concelho da Golegã.

Nesta perspetiva, as propostas de reconfiguração da rede educativa devem ser efetuadas de um modo relacional, entendendo os estabelecimentos de ensino como organizações que fazem parte de redes de equipamentos coletivos que procuram prestar um serviço de qualidade às populações. Assim, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos concebidos como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.

Neste contexto, o Sistema de Ensino (rede pública), deverá pautar a sua atuação com base nos seguintes Princípios Estratégicos:

- ▶ Desenvolvimento harmonioso de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar das crianças/alunos;
- ▶ Funcionamento articulado dos diversos serviços de apoio socioeducativo e sociocultural, contribuindo para a geração de polos e centralidades educativo-culturais que reforcem os processos de aprendizagem;
- ▶ Racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado, adequado às características da rede e às necessidades da procura;
- ▶ Facilitação dos contatos e trocas de experiência entre os diversos agentes educativos, reforçando as respostas/soluções integradas e de parceria, incluindo à escala sub-regional.

A escola-sede, nuclear nesta perspetiva, devem congregiar recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Neste contexto, a Revisão da Carta Educativa deve contribuir para criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento deste centro de excelência e de competências educativas, bem como apontar caminhos para melhorar as condições para uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A Revisão da Carta Educativa da Golegã constitui um instrumento fundamental para sustentar a política educativa para o Concelho nos próximos anos, procurando dar uma visão territorializada a essa política (integrada, em estreita articulação com a política socioeconómica, de emprego, de habitação, cultural e desportiva), favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo, promovendo a qualificação do território, através do fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade do concelho, à escala sub-regional, bem como permitindo uma maior integração da comunidade migrante e das jovens famílias que escolhem o Concelho como local de residência.

Este referencial estratégico estrutura-se numa multiplicidade de Objetivos Estratégicos, que devem sustentar o quadro operacional associado à Revisão da Carta Educativa:

- ▶ Melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, consagrando o ensino secundário como referencial mínimo em termos de qualificação;

- ▶ Potenciar os meios e recursos disponíveis, procurando sinergias e complementaridades e assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais;
- ▶ Reforçar as capacidades pedagógicas dos estabelecimentos e a disponibilidade de recursos humanos (não docentes) que integram o Agrupamento, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos;
- ▶ Reforçar a componente profissionalizante da formação de recursos humanos, através de uma oferta formativa adequada e ajustada ao mercado de trabalho;
- ▶ Promover um maior apetrechamento técnico-pedagógico dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente em termos tecnológicos, e fomentar iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade;
- ▶ Requalificar o parque escolar, de forma a promover uma melhoria das condições de vivência escolar e uma progressão positiva dos resultados escolares;
- ▶ Melhorar as condições e qualidade de ensino, reforçando a atratividade e diversificando as soluções de aprendizagem, com especial atenção às comunidades migrantes;
- ▶ Criar as condições para garantir o acesso de todos à educação e à formação, como dimensão central de coesão social;
- ▶ Reforçar a projeção e protagonismo do Concelho da Golegã no território sub-regional (Lezíria do Tejo), através de uma oferta diferenciadora e especializada, permitindo ganhos de visibilidade e notoriedade fomentadores de uma maior atratividade e procura escolar;
- ▶ Desenvolver programas e projetos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar;
- ▶ Requalificar equipamentos, que não pertencendo ao parque escolar atual possuem condições, se devidamente adaptados e apetrechados, para assumirem uma vertente pedagógica e proporcionarem aos alunos do concelho, e outros que possam vir estudar para as escolas do concelho, excelentes condições de aprendizagem e, simultaneamente, que constituam um motor de desenvolvimento socioeconómico do concelho, com impacto direto na comunidade local, como seja os equipamentos municipais (CARE, Centro de estágios, picadeiro coberto, etc...) que poderão acolher o Curso de Técnico Profissional de Gestão Equina ou mesmo a Licenciatura em Equinicultura.

Os últimos inquéritos realizados pela OCDE revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores demonstram que em muitas das regiões da UE (incluindo no Alentejo), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica. Por outro lado, dos problemas apontados pelo Diretor de Agrupamento, emerge a persistência de algum insucesso escolar dos alunos (sobretudo menor rendimento às disciplinas de Matemática e, em menor escala, Português; grandes dificuldades de aprendizagem/compreensão da língua portuguesa, por uma parte importante da comunidade migrante). Neste contexto, estimular o interesse pela matemática, pelas ciências e pelas tecnologias desde uma idade precoce, de modo a aumentar o número de

estudantes que frequentam cursos nessas áreas, bem como aumentar o interesse pela língua materna, devem ser igualmente objetivos a prosseguir.

Acresce que, nos últimos anos, o alargamento do horário de funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e do pré-escolar, foi uma dimensão importante para apoiar as famílias e promover uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar. As atividades extracurriculares de carácter lúdico-didático representam um papel central no desenvolvimento das crianças, devendo ser reforçada a qualidade da oferta desse tipo de atividades. Assim, garantir a melhor ocupação dos tempos dedicados às atividades extracurriculares, deve também ser um objetivo estratégico a ter em conta no âmbito da ação educativa municipal.

É igualmente estruturante, tornar a aprendizagem mais atrativa para os jovens que estão no sistema de ensino, incentivando-os a prosseguir a sua formação para além da escolaridade obrigatória. A existência de repetências no percurso escolar, em muitos casos origina desmotivação e desinteresse pela escola/estudo e altera as expectativas face à mesma. Neste quadro, é fundamental desenvolver estratégias de aproximação aos alunos, de modo que a frequência do ensino superior possa constituir uma meta após a finalização do 12.º ano, enfatizando a importância de progressão e conclusão de um curso no ensino superior para ter uma boa profissão, mais bem remunerada, e maior facilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Finalmente, existem diversas outras orientações que devem ser prosseguidas e priorizadas, contribuindo para reforçar a aposta “infraestrutural”, dimensão central deste instrumento de planeamento, nomeadamente:

- ▶ Identificar e desenvolver novas competências essenciais à sociedade do conhecimento (aposta na dimensão digital/tecnológica) e harmonizá-las com as competências tradicionais;
- ▶ Valorizar o Projeto Educativo;
- ▶ Melhorar a formação dos educadores e professores, através da formação contínua, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, com especial foco na dimensão digital;
- ▶ Garantir condições de segurança nas escolas e na sua envolvente;
- ▶ Reforçar a ação social;
- ▶ Reforçar as ligações com o mundo do trabalho, a investigação e a sociedade em geral;
- ▶ Valorizar a partilha inter-geracional de experiências e de conhecimentos;
- ▶ Reforçar a autonomia das escolas;
- ▶ Promover a criação de redes de instituições de educação e de formação a vários níveis, no contexto da aprendizagem ao longo da vida.

Escola do século XXI: uma escola mais sustentável

As cidades devem desempenhar um papel central na redução das emissões de CO₂ e na luta contra as alterações climáticas. A transição para uma economia de baixo carbono atribui por isso um papel central às áreas urbanas, nomeadamente através da melhoria da eficiência energética dos equipamentos coletivos.

As medidas de eficiência energética e a utilização das energias renováveis vinham sendo lentamente adotadas, devido aos custos de investimento e à fraca relevância atribuída às vantagens económicas, ambientais, de saúde e de conforto que podiam resultar de melhores práticas em termos de eficiência energética.

Nos últimos anos, a administração pública tem desenvolvido um número significativo e diversificado de projetos com vista a diminuir a energia consumida na sua esfera de atuação, bem como promovendo normas obrigatórias de aumento da eficiência energética dos edifícios ou atribuindo incentivos à adoção de energias renováveis. Contudo, persiste um défice estrutural muito acentuado nestes domínios. As intervenções executadas associavam-se sobretudo à instalação de sistemas solares térmicos, em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública, e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões (tecnologia LED).

Empenhada num processo de mudança em prol da sustentabilidade ambiental, a Câmara Municipal da Golegã tem investido na redução dos consumos energéticos nos edifícios municipais maiores consumidores. A requalificação e modernização do parque escolar, criando melhores condições para toda a comunidade escolar e melhorando o desempenho energético nas escolas continua a ser uma prioridade.

Os trabalhos realizados nos últimos anos contemplaram várias medidas como a substituição da iluminação existente por soluções LED mais eficientes, a alteração de caixilharias, envidraçados e a substituição de coberturas, a instalação de sistemas solares fotovoltaicos e de sistemas de monitorização do consumo de energia.

A alteração do paradigma energético, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras, potenciadoras da eficiência energética, e um maior empenho e esforço na redução do consumo de eletricidade, promovendo melhorias de eficiência energética e incrementando a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis, nomeadamente a micro produção para autoconsumo), será decisiva para melhorar as condições de conforto térmico nas escolas e reduzir o seu consumo energético.

Assim, de modo a alterar os padrões de consumo energético na rede de equipamentos escolares, assim como reduzir os custos associados e incrementar o conforto térmico, pretende-se aumentar a eficiência energética e a produção para autoconsumo, contribuindo para a redução de despesa, para o uso eficiente de recursos, e para a redução de emissões e para a alteração comportamental da comunidade escolar. A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local ou sub-regional, enquanto modelo de organização local/sub-regional de autoprodução de energia poderá ser ponderada.

Escola do século XXI: uma escola mais tecnológica

O século XXI veio redefinir conceitos e reequacionar quais as condições para promover a qualidade da educação, do ensino e da aprendizagem.

Os ambientes educacionais estão cada vez mais focados nas Tecnologias da Informação, seja porque ampliam o sentido de educação/aprendizagem, seja porque existe um novo quadro de exigência no processo de aprendizagem dos alunos (potenciado pelo contexto pandémico), seja pela influência no desempenho dos alunos e da gestão do ambiente educativo.

As escolas estão a ser transformadas, dando espaço a novos mecanismos e formas de funcionamento e de relacionamento, conferindo primazia a ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem. Os processos de receção e adaptação às novas tecnologias, e a sua utilização enquanto ferramentas para dinamizar e potencializar a função ensino/aprendizagem é cada vez mais uma realidade.

Considerando-se um recurso auxiliar na prática pedagógica do professor, a inserção das tecnologias em sala de aula (computadores portáteis, quadros interativos, manuais virtuais,...) deve ser acompanhada por uma metodologia adequada às necessidades dos alunos, utilizando-se de maneira adequada e ajustada ao processo ensino – aprendizagem. As possibilidades metodológicas que as tecnologias trazem para trabalhar os conteúdos a lecionar, através de atividades criativas, mais apelativas e interessantes para os alunos, estão a transformar a aprendizagem escolar. Mas não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos, dinamizando o processo de aprendizagem. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, de cobertura e velocidade de internet,...).

Cada vez mais a tecnologia está presente nas escolas da Golegã e no processo de aprendizagem do aluno, seja pela disponibilização e uso de equipamentos tecnológicos seja pelo desenvolvimento de projetos envolvendo educação e tecnologia. A prioridade, para além do reforço da aposta no *hardware* e *software* (recursos das TIC) passará por garantir as condições de operação dos meios virtuais/tecnológicos disponíveis.

Escola do século XXI: uma escola mais funcional

Atualmente, existe uma cultura audiovisual eletrónica que se tem generalizado, que proporciona aos jovens informações, valores, saberes e outros modos de ler e perceber o conhecimento. Contudo, progressivamente tem vindo a gerar uma diminuição acentuada do tempo dedicado à brincadeira, à prática desportiva, da própria apetência para sair da sala de aula e utilizar espaços formais ou informais de recreio.

Os períodos de recreio têm de ter equipamentos que não sejam padronizados ou aborrecidos, têm de ser desafiantes. O analfabetismo motor, o comprometimento do desenvolvimento físico e cognitivo deve evitar-se, pelo que a disponibilização de equipamentos lúdico-desportivos na maior parte dos estabelecimentos escolares é fundamental para a formação de crianças saudáveis e funcionais.

(página propositadamente deixada em branco)

7. Programa de Ação

7.1. Estruturação do Plano de Intervenção

As conclusões e análises anteriores à rede escolar, permitiram evidenciar, em termos gerais, a adequação do parque escolar instalado, face à procura existente e potencial. Contudo, a crescente aposta na prossecução de projetos e métodos de aprendizagem diferenciadores e inovadores, que o Município tem desenvolvido, em estreita articulação com o Agrupamento de Escolas, impõem novas condições para garantir os padrões de qualidade que devem reger a Escola Pública.

Estes são os principais desafios do processo de Revisão da Carta Educativa, mas surge também como uma oportunidade para reforçar a função e vocação educativa dos equipamentos escolares, conferindo-lhe outras valências e respostas complementares que potenciem a sua centralidade enquanto polos educativo-culturais estruturantes do concelho e, sobretudo, das comunidades onde se inserem. Nesta perspetiva, cada vez mais deverão procurar-se soluções que gerem ambientes escolares abertos, promotores do sucesso escolar e da inclusão social (integração de migrantes) e que permitam robustecer os fatores diferenciadores da oferta pública, tornando-a mais atrativa e competitiva, seja à escala local, seja sub-regional.

Uma atuação pensada e concertada, com ambição e impacte, deve ultrapassar as fronteiras “da Educação” e integrar-se numa visão mais ampla de desenvolvimento harmonioso e sustentado do concelho e da sua afirmação à escala sub-regional. Num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município da Golegã, importa que este referencial suporte e enquadre o processo e permita informar a tomada de decisão e de priorização no próximo período de programação de apoios comunitários, que confirmam suporte financeiro às principais intervenções estruturantes a realizar.

Neste contexto, as propostas de reordenamento da Rede, sustentam-se em 3 Eixos de Intervenção e num conjunto amplo de objetivos operacionais, que estruturam as intervenções a executar:

- ▶ Eixo I – Requalificar/ampliar o parque escolar instalado;
- ▶ Eixo II – Melhorar as condições e qualidade de ensino;
- ▶ Eixo III – Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior.

7.2. Eixo I – Requalificar/Ampliar o parque escolar instalado

Este eixo estratégico pretende dar continuidade, por um lado, à consolidação do conceito de centro/ núcleo escolar, promovendo/ consolidando a capacidade de oferta integrada, por outro lado, dando resposta e procurando resolver alguns problemas existentes na rede, nomeadamente resultantes das da incapacidade de resposta do parque instalado aos métodos e projetos de aprendizagem em curso no Concelho, inovadores e diferenciadores.

As intervenções a desenvolver neste eixo estratégico contemplam três linhas de atuação fundamentais:

- ▶ Medida 1.1. Programa municipal de modernização e qualificação do parque escolar;
- ▶ Medida 1.2. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio;
- ▶ Medida 1.3. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar.

Medida 1.1. Programa municipal de modernização e qualificação do parque escolar

A educação pré-escolar, assumida enquanto primeira etapa do processo educativo e progressivamente reconhecida como uma fase importante para garantir o gosto pelo ensino e pelo futuro sucesso escolar, é uma prioridade nacional e municipal. Essa prioridade confere uma importância acrescida ao investimento dos poderes públicos na ampliação da rede, de modo a garantir a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos (todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim-de infância, o que atualmente não se verifica).

Por outro lado, nos últimos anos, em função da participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego, da recomposição das estruturas familiares (filhos a cargo de um único elemento parental), de uma maior pressão do mercado de trabalho (horários mais extensos, menor flexibilidade das entidades empregadoras, ...), as famílias confrontam-se com maiores dificuldades no apoio e na ocupação das crianças fora do período letivo. Neste contexto, tem vindo a acentuar-se a procura dos pais por respostas, em condições de qualidade, que permitam prolongar a estadia das crianças nos espaços escolares.

A rede pública pode e deve reforçar as suas condições, melhorando a qualidade da oferta, tornando-a diferenciadora e atrativa. Por outro lado, os estabelecimentos deverão destinar salas/espacos que permitam desenvolver com maior qualidade as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF). No caso do 1º ciclo, dada a necessidade de um maior apoio educativo para alunos com dificuldades de aprendizagem e para o desenvolvimento, com qualidade, das atividades de enriquecimento curricular, importa igualmente destinar salas/espacos específicos para esses serviços/atividades (CAF/AEC). A existência de salas especificas para apoio educativo, terapias, apoio psicológico é igualmente determinante.

Neste quadro, podem ser sinalizadas diversas intervenções a realizar no curto prazo, na rede de educação pré-escolar e 1.º ciclo, assumidas como estruturantes e prioritárias no contexto de qualificação da rede e de reforço e melhoria das condições de ensino e aprendizagem (ver ficha de projeto). O estabelecimento de 2º e 3º ciclo e ensino secundário (Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia) possuía necessidades de requalificar os seus espacos (equipamento muito antigo, adaptado – era uma EB 2/3, debilidades construtivas e de materiais), seja pela necessidade de melhorar os espacos letivos, seja pela necessidade de desenvolver métodos e projetos inovadores de aprendizagem, seja para compatibilizar um amplo conjunto de atividades e projetos, de apoio à aprendizagem, com espacos letivos. Por outro lado, o estabelecimento não tinha sido alvo de intervenção nos últimos anos e carecia de um processo de requalificação (estado de conservação geral muito deficitário). Atualmente (2022), encontra-se em curso o projeto de requalificação do estabelecimento (blocos A e B).

Quadro 45 – Ficha de Ação: Programa de modernização e manutenção do parque escolar

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa de modernização e manutenção do parque escolar	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal da Golegã
Tipologia:	Requalificação e modernização
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos do pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>	
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO	
<p>A ação contempla intervenções fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à reabilitação das coberturas, melhoria das infraestruturas, intervenções de reabilitação do edificado e substituição de pavimentos. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Reabilitação do Jardim de Infância da Golegã, contemplando a conservação dos telhados, a reparação e pintura das paredes exteriores e interiores, a ampliação dos sanitários disponíveis. Deverá ser desenvolvida uma intervenção ao nível das escadas para o 1.º andar, bem como a reparação de tetos do refeitório e sala CAF. A estimativa de custo para a realização das diversas ações sinalizadas ronda os 200 mil euros; ▶ Reabilitação do Jardim de Infância na Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, em Azinhaga, contemplando a reparação da Impermeabilização das coberturas planas, a reparação das caixilharias exteriores, dos tetos falsos e das paredes interiores. A estimativa de custo para a realização das diversas ações sinalizadas ronda os 100 mil euros; ▶ Reabilitação da Escola Básica da Golegã, contemplando a substituição das coberturas, o arranjo das paredes interiores e exteriores, a substituição dos tetos falsos, a substituição da porta de entrada da escola, a substituição de alguma caixilharia exterior, estores, lâmpadas, bem como o arranjo do telhado. A estimativa de custo para a realização das diversas ações sinalizadas ronda os 350 mil euros; ▶ Reabilitação da Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, contemplando a Reparação das paredes exteriores e interiores, a reparação da claraboia do 1.º andar, a substituição de algumas partes dos tetos falsos e a reparação de alguma caixilharia e das coberturas do edifício (lajes). A estimativa de custo para a realização das diversas ações sinalizadas ronda os 100 mil euros; ▶ Reabilitação da Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia, contemplando a reabilitação dos Blocos C, D e E: <ul style="list-style-type: none"> ▶ No bloco C, deverá priorizar-se a: criação de acesso ao bloco através de rampa, colocação de revestimento pelo exterior, substituição dos vãos exteriores e interiores, alteração das instalações sanitárias, pintura exterior e interior, alteração de alguns pavimentos, colocação de tetos falsos; ▶ No bloco D, deverá priorizar-se a: criação de acesso ao bloco através de rampa, colocação de revestimento pelo exterior, substituição dos vãos exteriores e reparação dos interiores, alteração do pavimento nas instalações sanitárias, pintura exterior e interior, reparação pontual de teto falso; 	

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO

Programa de modernização e manutenção do parque escolar

- ▶ No bloco E, deverá priorizar-se a: criação de acesso ao bloco através de rampa, colocação de revestimento pelo exterior, substituição dos vãos exteriores e alteração dos interiores, pavimento, pintura exterior e interior, demolição da cobertura existente e criação de uma nova.
- ▶ Reabilitação dos Blocos A e B da Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia, incluindo a requalificação de espaços para acolher o CTP GE.

Na Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia poderá ponderar-se a ampliação/criação de um novo bloco que permita, por um lado, responder à necessidade de aumentar os gabinetes de apoio para os professores (reuniões, serviços de psicologia,...), por outro lado, disponibilizar/criar uma sala snoezelen, para a educação inclusiva, e, finalmente, para incluir um auditório, para desenvolver um conjunto de atividades e formação, que permita estimular e promover uma maior abertura e ligação à comunidade.

Nestes estabelecimentos deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, *internet*,...) e de ampliação/densificação do número de tomadas por sala, para carregamento de bateria dos computadores.

PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2022	2023	2024	2025	2026	2027
	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			3.000		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Sublinhe-se ainda a necessidade de requalificar equipamentos, que não pertencendo ao parque escolar atual possuem condições, se devidamente adaptados e apetrechados, para assumirem uma vertente pedagógica e proporcionarem aos alunos do concelho, e outros que possam vir estudar para as escolas do concelho, excelentes condições de aprendizagem e, simultaneamente, que constituam um motor de desenvolvimento socioeconómico do concelho, com impacto direto na comunidade local, como seja os equipamentos municipais (CARE, Centro de estágios, picadeiro coberto, etc...) que poderão acolher o Curso de Técnico Profissional de Gestão Equina ou mesmo a Licenciatura em Equinicultura.

Medida 1.2. Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico - recreio

A necessidade de requalificação dos espaços exteriores, da melhoria das condições para a prática de atividades lúdicas e desportivas e metodologias de maior sucesso, foi uma das principais dimensões de prioridade assumidas pelo Diretor do Agrupamento de Escolas.

Por outro lado, é fundamental melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais, onde as atividades lúdicas e desportivas contribuem para a melhoria das condições de vivência escolar e para a diversificação das soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. A criação de um “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico - recreio” é determinante.

Quadro 46 – Ficha de Ação: Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Educação pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e ensino secundário				
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal da Golegã				
Tipologia:	Reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possa dispor de boas condições de aprendizagem e de estada do perímetro escolar, sobretudo reforçando a condições de vivência escolar e diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos fora do contexto de sala de aula, sobretudo lúdicos, recreativos e desportivos devem ser valorizados, garantindo as melhores condições às crianças/aos alunos para usufruírem dos mesmos</p> <p>Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais no perímetro escolar, designadamente no que se refere à modernização/requalificação de recreios, parques infantis e campos de jogos, devendo igualmente contemplar a cobertura arbórea dos espaços exteriores. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Jardim de Infância da Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga: Reparação dos equipamentos lúdicos; ▶ Escola Básica da Golegã: Colocação de parque infantil; alargamento da zona coberta (recreio exterior); ▶ Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga: Substituição dos parques infantis; ▶ Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia: intervenção no ginásio e campo de jogos; asfaltamento do terreno envolvente ao Ginásio e Pavilhão Desportivo. Deverá criar-se um acesso ao Pavilhão através de rampa, colocação de revestimento pelo exterior, substituição dos vãos exteriores, pintura exterior e interior, substituição dos painéis translúcidos existentes na cobertura na zona da área desportiva e área especializada. 					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2022	2023	2024	2025	2026	2027
	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			800		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Sublinhe-se que a necessidade de qualificação, modernização dos equipamentos desportivos é fundamental no caso da Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia, seja como resposta às necessidades dos alunos que frequentam o estabelecimento, seja como espaços de apoio à sociedade (fora do período escolar). Ou seja,

deverá requalificar-se o pavilhão existente, de modo que possa dispor de melhores condições de aprendizagem e promover a prática desportiva dos alunos nas condições devidas durante todo o ano letivo, sobretudo diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos desportivos devem ser valorizados e não estarem condicionados em função das condições climatéricas, garantindo as melhores condições às crianças/aos alunos para a aprendizagem e prática de múltiplas atividades desportivas. Por outro lado, permitirá igualmente a sua disponibilização à população, fora do horário escolar, contribuindo para a prática de atividades saudáveis e, conseqüente, melhoria da qualidade de vida nesta vila. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa e à sociedade em geral, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar para o desenvolvimento da prática desportiva regular.

Neste quando, deverá priorizar-se a intervenção de requalificação do Pavilhão Desportivo e arranjos exteriores, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverá ser acautelado os montantes financeiros necessários para a concretização desta intervenção):

Medida 1.3. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar

Dos principais problemas e desafios do parque escolar existente emerge a insuficiente qualidade em termos de conforto térmico, gerada, em parte, pelas próprias limitações construtivas desse parque escolar. Neste contexto, para os estabelecimentos onde se preveem requalificações, deverão igualmente ser contempladas soluções adequadas, privilegiando o próprio processo construtivo (adequado em termos técnicos e ambientais), prevendo, entre outras medidas, paredes e vidros duplos, isolamento térmico de paredes e da cobertura, orientação solar, ventilação e a caixilharia ecotérmica.

A melhoria do conforto térmico aliada a uma maior eficiência energética, contribuirá para a redução da fatura energética e para uma maior qualidade da prática educativa. Neste quadro, as intervenções a desenvolver deverão conjugar dois tipos de ações: i) reabilitação térmica dos edifícios (substituição da caixilharia e dos vidros, requalificação da cobertura e respetivos isolamentos e instalação de sistemas de painéis solares); ii) instalação de sistemas de climatização (aquecimento central e sistemas de ar condicionado eficientes).

Por outro lado, é importante fomentar a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis. A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local ou sub-regional, enquanto modelo de organização local/sub-regional de autoprodução de energia poderá ser ponderada.

Esta dimensão deve merecer sobretudo atenção no âmbito do estabelecimento do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário (Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia) e na Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga, onde as condições de conforto térmico são mais débeis e onde a eficiência energética é menor (com impacte significativo na fatura energética).

Neste quadro, deverão priorizar-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas deste estabelecimento, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções).

Quadro 47 – Ficha de Ação: Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Transversal a todos os níveis				
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal da Golegã				
Tipologia:	Eficiência Energética				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos. As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental dos estabelecimentos, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios, de modo a melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais, na dimensão da eficiência energética. Primeiramente, pretende-se desenvolver um conjunto de intervenções nos edifícios, apontando-se para que na maioria dos casos, as janelas necessitarão de uma nova caixilharia ecotérmica, com vidros duplos, devendo as paredes exteriores beneficiar de intervenções de isolamento exteriores com sistemas “ETICS”.</p> <p>Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas, nomeadamente na:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia; ▶ Escola Básica da Golegã; ▶ Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga. 					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2022	2023	2024	2025	2026	2027
	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			750		

Fonte: Equipa Técnica (2022)

7.3. Eixo II – Melhorar as condições e qualidade de ensino

Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem

O diagnóstico revelou constrangimentos limitadores do desenvolvimento de atividades complementares. Acresce que, dados os níveis de insucesso escolar e a importância da Escola enquanto elemento identitário e de integração das comunidades migrantes, deverão ser qualificadas e reforçadas as condições do ensino e aprendizagens ministradas, afirmando a escola como espaço de vivência, mais apelativa e reconhecida por alunos e encarregados de educação.

Neste quadro, o reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem, passa pela criação/ponderação de soluções inovadoras para aproveitamento e adaptação de alguns estabelecimentos concorrendo para o desenvolvimento de múltiplas atividades e para a consolidação dos clubes (e sua progressiva ampliação). Sublinhe-se que atualmente, diversos estabelecimentos já disponibilizam inúmeros serviços, relevando uma notável diversidade, possibilitando assim abranger os múltiplos interesses e motivações dos alunos. Não obstante, é importante que a maioria dos estabelecimentos possam disponibilizar espaços específicos, com boas condições e bem apetrechados, que permitam o desenvolvimento de clubes de teatro e de expressão dramática, clubes de artes, clubes de ciência e de física, clubes de línguas e de escrita criativa, entre outros.

Esta orientação materializa-se em diversas linhas orientadoras de atuação/intervenção a privilegiar:

- ▶ Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação multidimensional (reforçar as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem), destinado salas específicas com esses fins;
- ▶ Projetar a escola como espaço-âncora da Comunidade;
- ▶ Fomentar a integração e inclusão de populações migrantes;
- ▶ Reforçar a atratividade/visibilidade da Escola, trazendo para a mesma aquilo que é a imagem e um potencial do concelho, o cavalo, e tudo o que com ele se relaciona, uma vez que existe tradição e conhecimento técnico (desde a criação ao ensino do cavalo), além do que o Município tem já uma boa base de edificado que permite atrair novos alunos e dar maior visibilidade à escola, quer na comunidade, quer fora do concelho. Neste quadro, deverá ser ponderada a abertura de um curso Técnico de Gestão Equina ou mesmo Licenciatura em Equinicultura, no concelho da Golegã.

Assim, os estabelecimentos deverão assumir-se como verdadeiros polos/centralidades educativo-culturais, acarinhando e desenvolvendo projetos, atividades e iniciativas inovadoras e complementares das aprendizagens, que concorram para a prossecução destas linhas orientadoras de atuação.

No caso do ensino profissional, é fundamental proceder ao reapetrechamento e renovação de equipamentos, bem como ao reforço e melhoria dos recursos humanos,, nomeadamente no que se refere ao curso agrícola, dada a sua importância central no processo de desenvolvimento municipal.

Deste modo, é vital que se desenvolvam programas e projetos com vista à melhoria da qualidade do ensino e da atratividade da aprendizagem. Neste sentido, é necessário apostar na consolidação e maior qualificação de diversos projetos em curso no agrupamento, nomeadamente os representados no seguinte quadro.

Tabela 48 – Programas e projetos de ação educativa no agrupamento de escolas

Programas, projetos de ação educativa, atividades no âmbito do desporto escolar, observatórios da qualidade, formação de adultos, ...	Nível de ensino	Breve caracterização/memória descritiva	Objetivos principais	Avaliação dos resultados obtidos
PNPSE	1º, 2º ciclos	<i>Intervenção na Matemática e Português</i>	Combater o insucesso escolar	Positivos (redução do insucesso)
Projeto "Mil e uma Descobertas"	Pré-escolar e 1º ano do 1º ciclo	<i>Desenvolvimento de atividades que visam a Consciência Fonológica e o Cálculo Mental</i>	- Detetar de forma precoce problemas nestas áreas	Resultados positivos por parte dos EE
Projeto IDEA	2º ano do 1º ciclo	<i>Iniciação às Literacias da Leitura e Informação</i>	- Promover o gosto pela leitura; - Desenvolver o cálculo Mental	Resultados positivos.
Erasmus+	Professores	<i>Oportunidades de períodos de estudo, aprendizagens no estrangeiro em todos os domínios da educação.</i>	- Desenvolver a cooperação internacional; Conhecer diferentes abordagens/metodologias na área da educação	Em desenvolvimento
Projeto da Saúde (Missão Continente; Heróis da Fruta, Dia do Pijama, Marcha do Coração...)	Todos os ciclos	<i>Desenvolvimento de atividades no âmbito da saúde: a importância do sono, alimentação, higiene, saúde oral, sexualidade, atividade física, bem-estar, prevenção tabagismo/substâncias aditivas</i>	Promover a saúde física e psicológica; Promover estilos de vida saudáveis	Positivos
Desporto escolar	2º, 3º e Sec	<i>Promoção de atividades desportivas e participação em torneios inter-escolas</i>	Promover a saúde e condição física; Entender o desporto como fator de cultura, solidariedade, cooperação e autonomia	Positivos, comprometidos nos últimos dois anos por causa da pandemia
PNA- Plano Nacional das Artes Plano Cultural de Escola	Toda a comunidade educativa	<i>Divulgação e promoção de eventos culturais, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida</i>	- Valorização da identidade cultural do concelho; - Dar a conhecer artistas e obras;	Em desenvolvimento
Projetos no âmbito da Biblioteca Escolar (BE)	Todos os níveis de ensino	<i>A BE constitui-se como polo dinamizador do Agrupamento, promotora de práticas pedagógicas diversificadas, através da seleção, organização e disponibilização de recursos documentais para apoio a atividades curriculares, não curriculares e de lazer. Esta estrutura educativa presta, por isso, serviço orientado para o sucesso educativo, formação pessoal, informação cultural e educativa, com vista à formação dos membros da comunidade educativa, ao nível das literacias, nomeadamente, da leitura, da informação e dos média e a aprendizagem ao longo da vida.</i>	- Apoiar o desenvolvimento da competência leitora e dos hábitos de leitura dos alunos. - Participar em atividades e projetos de treino e melhoria das competências associadas à leitura e à escrita. - Aprofundar a ligação da BE à comunidade escolar e educativa. - Participar em atividades que envolvam os pais, encarregados de educação e famílias. - Participar no desenvolvimento das competências ligadas à literacia da informação e dos média. - Apoiar atividades de desenvolvimento	- Neste momento o ano letivo não está encerrado, pelo que a avaliação também não está concluída. O histórico das avaliações anteriores revela uma tendência de melhoria progressiva e de consolidação face aos objetivos do seu PAA.

Programas, projetos de ação educativa, atividades no âmbito do desporto escolar, observatórios da qualidade, formação de adultos, ...	Nível de ensino	Breve caracterização/memória descritiva	Objetivos principais	Avaliação dos resultados obtidos
			curricular e extracurricular. - Estabelecer projetos e parcerias com entidades exteriores ao Agrupamento. - Promover a integração das bibliotecas escolares no Agrupamento, na RBE e na comunidade.	
Escolas UBUNTU	Alunos dos 12 aos 18 anos	<i>Programa desenvolvido pela ACADEMIA DE Líderes UBUNTU que visa capacitar jovens.</i>	- Promover competências sociais, pessoais, e cívicas dos participantes, contribuindo para a sua transformação	Em desenvolvimento
Apoio Tutorial Específico	Alunos com duas ou mais retenções	<i>Sessões semanais que procuram desenvolver hábitos e métodos de trabalho nos alunos</i>	Promover o sucesso escolar	Em desenvolvimento
Eco-Escolas	EPE, 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico	<i>Este projeto pretende encorajar o desenvolvimento de atividades, visando a melhoria do desempenho ambiental da escola, contribuindo para a alteração de comportamentos, de forma a criar hábitos de participação e de cidadania, tendo como objetivo principal encontrar soluções que permitam melhorar a qualidade de vida na escola e na comunidade.</i>	Têm sido desenvolvidas diversas atividades com resultados positivos tendo a Escola recebido o Galardão de Eco Escola, entregue pela ABAE, pelas iniciativas promovidas e que compõem o Plano de Ação que é elaborado em cada ano letivo.	Resultados positivos tendo a Escola recebido o Galardão de Eco Escola, entregue pela ABAE
Plano Digital	Todos os níveis de ensino/Professores	<i>Elaborar o Plano de Transição Digital do Agrupamento</i>	Capacitar digitalmente a Comunidade Educativa	(Ainda não se iniciou a sua aplicação)
PLA (Português Língua de Acolhimento)	Educação de adultos	<i>Ensinar a Língua Portuguesa desde o nível mais baixo</i>	Ensinar a Língua Portuguesa para integrar a Comunidade Estrangeira do Concelho	Em funcionamento
Projeto Mentoria	3º ciclo e secundário	<i>Parcerias entre alunos</i>	Estimular o relacionamento e a cooperação entre alunos	Os alunos participantes apontam melhorias nos seus resultados escolares
Programa PISA	Alunos com 15 anos, que estejam a frequentar entre o 7º ano e o 12º ano de escolaridade	<i>Estudo que visa traçar o retrato do sistema educativo. É um estudo internacional promovido pela OCDE.</i>	- Conhecer o sistema educativo e compara-lo com outros.	Em aplicação
Clube Jardinagem	Alunos do 2º . 3º ciclo	<i>Sessões semanais em que os alunos desenvolvem atividades de manutenção dos espaços ajardinados da escola</i>	- Desenvolver capacidades práticas nos alunos ligadas à jardinagem,	Positivo
Academia SABER+	3º ciclo e secundário	<i>Apoio semanal das diferentes disciplinas que</i>	- Promover o sucesso escolar;	Em desenvolvimento

Programas, projetos de ação educativa, atividades no âmbito do desporto escolar, observatórios da qualidade, formação de adultos, ...	Nível de ensino	Breve caracterização/memória descritiva	Objetivos principais	Avaliação dos resultados obtidos
		<i>visa a recuperação das aprendizagens, com o objetivo do sucesso escolar.</i>	- Dar a oportunidade de melhores resultados aos alunos, visando mesmo a excelência	
Oficina de Música	2º ciclo	<i>Sessões semanais onde os alunos podem desenvolver competências musicais e aprender tocar viola.</i>	- Desenvolver o gosto pela música; - Aprender a tocar um instrumento musical.	Positivo, elevado número de alunos inscritos
Clube CFQ	1º ciclo	<i>Realização de experiências que os alunos possam visualizar e compreender</i>	- Desenvolver o gosto pela ciência;	Positivo
Teaching to Be: Supporting Teacher's Professional Growth and Wellbeing in the Field of Social and Emotional Learning	Professores	<i>Participação em sessões de nível nacional.</i>	Apoia o crescimento profissional e o bem-estar do professor no campo da aprendizagem social e emocional. o projeto visa atender às prioridades nacionais e europeias da educação e moldar novas políticas eficazes para o desenvolvimento da carreira dos professores, melhoria dos ambientes de trabalho e de aprendizagem e contribuir para melhorar a qualidade da educação escolar.	Em desenvolvimento

Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas das unidades de apoio a crianças com necessidades educativas especiais

A criação e/ou reforço de unidades de ensino estruturado e apoio a alunos com necessidades educativas especiais, com elevada qualidade e que disponibilizem as melhores condições às crianças, promovendo a sua integração e aprendizagem especializada, concorre para a obtenção de melhores resultados e reforça o sentimento de segurança dos pais/família relativamente à igualdade de oportunidades dos seus educandos.

A necessidade de apoio e acompanhamento especializado (muitas vezes individualizado), implica o reforço das condições físicas e humanas disponibilizadas nos equipamentos escolares. Neste quadro os equipamentos escolares que possuem unidades de referência devem melhorar as condições de resposta às necessidades de grupos específicos.

Neste quadro, deverão ser melhoradas as condições disponibilizadas para a educação inclusiva, nomeadamente através da criação de uma sala *snoezelen*, equipada com material para estimulação sensorial, facilitadora de aprendizagens ou descoberta de emoções e reações.

Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador

O mobiliário e material didático utilizado pelos alunos deve ser adequado à sua função e dimensionado de acordo com o grupo etário respetivo. Na Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia as ações devem incidir na componente laboratorial, facilitando o ensino experimental das ciências (Laboratórios de Física, Química, Biologia, Geologia e Informática) e dotar o centro de recursos e as salas específicas de melhores e mais diversificados equipamentos.

Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico a prioridade deverá ser para a manutenção do reapetrechamento de mobiliário (realizado regularmente pela autarquia nos últimos anos) e para o reapetrechamento de material didático (privilegiando a criação de centros de recursos, incluindo bibliotecas e salas de informática).

A dotação dos estabelecimentos de ensino de material informático (computadores, projetores, quadros interativos, ...), bem como garantir a cobertura e o acesso livre à rede WiFi, deverão ser dimensões a priorizar, permitindo desenvolver metodologias de ensino de maior qualidade e diferenciadoras. Ou seja, não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, incluindo múltiplas tomadas em todas as salas, de cobertura e velocidade de internet,...).

7.4. Eixo III – Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior

Medida III.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade

A cedência de salas/espços à comunidade exterior é uma prática que deve ser incentivada. Não obstante os protocolos existentes entre as escolas e outros atores locais, existe ainda uma ampla margem de progressão. Neste quadro, com a execução do “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio” e, sobretudo, com a requalificação/modernização/concretização de espaços desportivos (por exemplo, a requalificação do pavilhão desportivo da Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia), será possível disponibilizar a diversas entidades estes equipamentos (protocolar a utilização), contribuindo para uma maior valorização e abertura das escolas na Comunidade. A amplitude desta estratégia deverá ser devidamente ponderada, em função da possibilidade de assegurar a disponibilidade de recursos humanos fora do período letivo (para a abertura dos espaços, segurança, limpeza...).

Concomitantemente, assumindo que as escolas representam o elemento identitário e integrador das vivências locais, deverão fomentar-se iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade. A promoção de projetos, atividades e iniciativas de trabalho cooperativo, colaborativo e participativo, contribuirão para uma maior valorização da escola e reforçarão o sentimento de pertença pela comunidade.

Destaque para a necessidade de criar um auditório na Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia que, pela qualidade e condições de conforto que disponibilizará, permitirá acolher iniciativas com maior dimensão e desenvolver um conjunto de atividades e ações formativas, fundamentais para promover uma maior ligação à comunidade. Em algumas escolas importa igualmente melhorar as condições de estada coberta dos alunos fora do contexto de sala de aula. A construção de salas polivalentes ou de espaços cobertos (por exemplo, na Escola Básica da Golegã) é fundamental para garantir que em períodos de precipitação significativa possam concentrar-se em espaços mais amplos e com boas condições.

7.5. Quadro-Síntese de financiamento

Quadro 49 – Síntese de Financiamento do Programa de Ação

Eixo	Medida	Intervenções	Período de execução	Estimativa de investimento (X 1.000 €)
Eixo I – Requalificar/ ampliar o parque escolar instalado	Medida 1.1. Programa de modernização e manutenção do parque escolar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitação do JI da Golegã; do JI e EB1 na EB Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga; da EB da Golegã; ▪ Reabilitação e ampliação/criação de um novo bloco na Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia. 	2023–2027	3.000
	Medida 1.2. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reparação dos equipamentos lúdicos no JI da EB Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga; ▪ Colocação de parque infantil e alargamento da zona coberta (recreio exterior) na EB da Golegã; ▪ Substituição dos parques infantis na EB Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga; ▪ Intervenção no ginásio e campo de jogos e asfaltamento do terreno envolvente ao Ginásio e Pavilhão Desportivo na Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia. 	2023–2027	800
	Medida 1.3. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas da Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia e EB da Golegã; Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga. 	2023–2027	750
Eixo II – Melhorar as condições e qualidade de ensino	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação multidimensional; ▪ Projetar a escola como espaço-âncora da Comunidade; ▪ Fomentar a integração e inclusão de populações migrantes; ▪ Reforçar a atratividade/visibilidade da Escola, trazendo para a mesma aquilo que é a imagem e um potencial do concelho. 	2023–2027	100
	Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação e/ou reforço de unidades de ensino estruturado e apoio a alunos com necessidades educativas especiais; 	2023–2027	100

Eixo	Medida	Intervenções	Período de execução	Estimativa de investimento (X 1.000 €)
	necessidades específicas das unidades de apoio a crianças com necessidades educativas especiais	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de apoio e acompanhamento especializado (muitas vezes individualizado); Criação de uma sala <i>snoezelen</i>, equipada com material para estimulação sensorial. 		
	Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a componente laboratorial, facilitando o ensino experimental das ciências na Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia; Manutenção do reapetrechamento de mobiliário e de material didático nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º CEB; Dotar os estabelecimentos de ensino de material informático e garantir a cobertura e o acesso livre à rede WiFi. 	2023–2027	100
Eixo III – Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida III.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a cedência de salas/espacos à comunidade exterior; Fomentar iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade; Criar um auditório na Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia. 	2023–2027	250
Total de investimento (estimativa)				5.100

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Conforme referenciado anteriormente, num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município da Golegã e da programação dos apoios comunitários para o próximo período de apoio (Programas Operacionais do Portugal 2030), importa que este referencial informe as negociações, de modo a garantir a exequibilidade financeira das principais intervenções estruturantes a realizar.

8. Modelo de Monitorização, Avaliação e Disseminação

8.1. Um contexto de partida

Para além da sua dimensão de planeamento e ordenamento, a Carta Educativa do Município da Golegã (Revisão) é um instrumento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado (2031/2032, 10 anos letivos). Neste quadro temporal, alargado, não poderá ser assumido como um documento “fechado”, devendo ser apreciado por todos os atores e agentes educativos como um instrumento flexível, cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença, poderão levar a reajustamentos no futuro para uma resposta eficaz, adequada e atempada a novos enquadramentos: reorientações do sistema educativo, novo contexto de responsabilidades e competências municipais, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras.

Esta perspetiva e abordagem têm assumido uma relevância e protagonismo crescente nos últimos anos, face às mudanças aceleradas observadas nas Sociedades mais avançadas, sobretudo resultado da emergência de contextos demográficos recessivos e da necessidade de readaptar/reaproveitar espaços para novas funções e usos. Como refere Guy Odie (Conselheiro do Programa sobre as construções escolares da OCDE): “Ainda que seja importante implantar os equipamentos num bom lugar, a experiência mostra que esse lugar não será bom para sempre (...). A localização de um edifício escolar nunca está definitivamente correta; ela depende de um processo permanente de reimplantação ou de transformação que responde à evolução da coletividade”.

Neste quadro, a implementação da Carta Educativa do Município da Golegã (Revisão) deve contemplar um adequado processo de monitorização e avaliação, de forma a estabelecerem-se as necessárias inflexões e reorientações, de acordo com as novas dinâmicas do território e novas orientações do sistema educativo. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efetuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local, com ênfase para o Conselho Municipal de Educação. O papel ativo e empreendedor, sobretudo do Diretor de Agrupamento e da autarquia é fundamental para garantir eficácia ao processo e para que os resultados sejam consequentes na tomada de decisões informadas.

Este exercício será tanto mais útil e relevante para uma resposta adequada e atempada às necessidades da Rede e para se procederem a reajustamentos na Carta Educativa, quanto melhores os instrumentos criados para o desenvolvimento do processo. Assim, simultaneamente, importa criar um sistema adequado de monitorização e avaliação que inclua uma bateria de indicadores que permita efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que deve incluir uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento, nomeadamente sustentados na relação entre a oferta e a procura).

O principal objetivo passa por dotar o Conselho Municipal de Educação de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação que permita efetuar um acompanhamento regular da execução da Carta Educativa. Assim, mais do que identificar uma lista exaustiva de indicadores, importa criar um sistema de monitorização composto por um conjunto pertinente de indicadores e por um quadro claro e exequível de rotinas de recolha, tratamento e organização da informação. Neste contexto foram adotados, sobretudo, indicadores cuja recolha sistemática de informação é exequível de realizar pelo Município e Agrupamento de Escolas. Por outro lado, a organização temporal das rotinas de recolha de informação prevê uma periodicidade realista, ajustada às

dinâmicas desta política pública, às carências de recursos e de meios técnicos possíveis de afetar a estas tarefas.

Conforme refere Édio Martins (DAPP- ME): “O processo de monitorização/ avaliação da Carta Educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, para que seja possível a deteção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas. A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa, a sustentação ao longo de anos subsequentes dos conteúdos da mesma; é um dos seus aspetos essenciais”.

8.2. Âmbito

A par do reforço e sofisticação das políticas públicas, tem vindo a registar-se um crescimento da importância dos processos de monitorização das mesmas, nomeadamente no acompanhamento dos planos, programas e das ações que as corporizam. A União Europeia (UE) tem dado um forte contributo para este processo, nomeadamente por via da Política de Coesão, a qual permitiu a consolidação de conceitos e de metodologias de monitorização e a generalização das práticas de avaliação suportadas em sistemas de indicadores.

A estruturação dos sistemas de monitorização suporta-se, em geral, em três questões de partida:

- ▶ O que monitorizar?
- ▶ Como monitorizar?
- ▶ Para quem monitorizar?

Paralelamente, a crescente necessidade de aumentar a eficácia e a eficiência da intervenção pública, exigiu o desenvolvimento de sistemas de monitorização que permitam sistematizar a informação relativa à execução das políticas públicas, com a finalidade de conhecer os resultados alcançados, apoiar os processos de tomada de decisão e de planeamento estratégico e suportar a prestação de contas, a mobilização dos parceiros e a sensibilização das sociedades.

Neste quadro, são reconhecidas importantes vantagens na adoção de sistemas de monitorização, nomeadamente:

- ▶ Verificar se a ação pública responde às necessidades e ao quadro de prioridades;
- ▶ Melhorar a eficácia e a eficiência das intervenções públicas;
- ▶ Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos;
- ▶ Fomentar a ação dos diversos parceiros.

A construção dos sistemas relaciona-se com alguns critérios-chave, aos quais se articulam diferentes tipos de indicadores:

- ▶ Relevância – critério que verifica a adequabilidade dos objetivos do instrumento em relação aos problemas e necessidades do domínio em análise;

- ▶ Eficácia – critério que reporta em que medida os objetivos definidos estão a ser atingidos;
- ▶ Eficiência – critério que procura verificar a importância dos resultados /efeitos conseguidos em relação aos recursos mobilizados;
- ▶ Utilidade – critério que julga os efeitos obtidos em relação às necessidades e problemas de partida (como os efeitos alteram a realidade contextual);
- ▶ Sustentabilidade – critério que proporciona uma reflexão sobre a “durabilidade” da utilidade.

As funções de monitorização previstas neste instrumento (Carta Educativa) visam assegurar o seu regular acompanhamento, nomeadamente em cinco dimensões chave:

- ▶ Conhecer o grau de concretização e a pertinência/atualidade das propostas;
- ▶ Apreciar o desempenho da Carta, identificando as dimensões em que este revele um sucesso/insucesso;
- ▶ Avaliar a conformidade entre os objetivos estratégicos da política pública municipal e os resultados/efeitos obtidos com a implementação da Carta;
- ▶ Avaliar a adequação das propostas da Carta face a novas dinâmicas territoriais e orientações setoriais;
- ▶ Garantir, anualmente, um forte alinhamento e adequação da rede à procura existente.

Assim, o processo de Monitorização e Avaliação deverá dispor de um sistema de indicadores que avalia e monitoriza a eficácia da Carta Educativa (Revisão), através da verificação regular das ações planeadas e da apreciação das dinâmicas territoriais e setoriais em curso, que possam suscitar reajustamentos e reorientações.

Os diversos indicadores produzidos/a produzir, sustentados em múltiplas fontes de informação, são vetores fundamentais neste processo e garantem uma abrangência e alcance superior ao próprio instrumento (Carta), contribuindo para informar, com maior rigor e profundidade, o desempenho da política pública no âmbito da Educação e da sua ligação/articulação com outras dimensões centrais da política pública.

8.3. Modelo de Monitorização

A monitorização caracteriza-se por uma observação sistemática da ação, de forma a acompanhar as mudanças verificadas ao longo de um dado período, permitindo oferecer um quadro atualizado sobre o grau de cumprimento dos objetivos que justificam determinada intervenção. A função monitorização assume assim uma importância fundamental para alcançar uma maior eficácia na execução das políticas públicas, ou seja, uma melhor adequação destas à sua finalidade.

O exercício da monitorização pressupõe não apenas a recolha regular de dados, mas também o seu tratamento e análise, com vista à incorporação dessa informação no processo de planeamento e apoiar/informar o decisor. Assim, um programa de monitorização devidamente estruturado providencia um ciclo contínuo de avaliação de resultados.

Os modelos conceituais que suportam os programas de monitorização (a título de exemplo apontem-se os desenvolvidos por Batista e Silva *et al*, 2009; US *Forest Service*, 2010) têm por base, fundamentalmente, o objetivo de acompanhar a implementação dos Instrumentos/Planos/Programas/da política pública e avaliar os efeitos associados à sua concretização recorrendo a duas tipologias de indicadores:

- ▶ Indicadores de resultado/contextualização – cujo objetivo passa por apreciar o grau de concretização dos objetivos definidos e do contributo para as metas. Trata-se de indicadores de contexto que se revelem coerentes com os objetivos da política pública;
- ▶ Indicadores de realização – têm como principal objetivo avaliar o grau de concretização do Instrumento/Plano/Programa. A sua função é de acompanhar a execução ao nível estratégico e operacional (indicadores criados a partir da análise do Instrumento/Plano/Programa estando associados a cada uma das ações previstas). São indicadores particularmente relevantes para a(s) entidade(s) responsável pela implementação, procurando assinalar o grau de concretização das ações plasmadas no Instrumento/Plano/Programa.

Dado que o Programa de Monitorização deve ser um instrumento eficaz de monitorização da Carta Educativa e dos seus efeitos, os indicadores selecionados cumprem três critérios essenciais:

- ▶ Avaliação – permitem efetuar uma apreciação contínua da Carta, do que vai ocorrendo/sendo executado (avaliação sistemática de resultados face aos objetivos) e do grau de concretização das metas preconizadas;
- ▶ Relevância – permitem efetuar uma clara associação com as principais questões estratégicas (objetivos estratégicos da Carta Educativa) e concorrem para uma maior facilidade de comunicação da informação;
- ▶ Exequibilidade – permitem proceder à recolha de informação de forma simplificada, pouco onerosa e facilmente operacionalizável, em termos de obtenção, processamento e análise. A função primordial deverá ser de simplificar, de quantificar e de comunicar.

A coerência e integração do processo de monitorização é fundamental para garantir a sua eficácia. Neste quadro, releva com significado a adoção de uma arquitetura “verticalizada”, que assume como ponto de partida os Eixos estruturantes da Carta Educativa e cujos indicadores de monitorização (de realização), provêm e/ou têm por base de suporte diversas fontes de informação. Por outro lado, é fundamental que este sistema esteja integrado (seja compatível ou aí esteja alojado) numa plataforma municipal mais abrangente, que permita a partilha de informação e o acesso e cruzamento com variáveis-chave para uma melhor compreensão das causas/dinâmicas em curso noutras dimensões de política municipal, impactantes para o desempenho da Carta Educativa.

A gestão da monitorização da Carta Educativa da Golegã deve ser da responsabilidade de uma estrutura organizativa que tenha uma visão simultaneamente global sobre o sistema educativo e todo o território regional e, em particular, tendo em consideração a realidade local específica. A mobilização do Conselho Municipal de Educação será fundamental neste processo.

O Município da Golegã, entidade “líder” no processo de monitorização da Carta Educativa, deverá por um lado, articular todos os seus serviços, de modo a “alimentar” de forma regular a plataforma com informação relevante, por outro lado, deverá estabelecer parcerias com outras entidades intervenientes, nomeadamente

com os elementos do Conselho Municipal de Educação, com vista a angariar informação necessária à construção dos indicadores, segundo a periodicidade estabelecida.

8.4. Metodologia de recolha, tratamento e disseminação da informação

A implementação da Carta Educativa da Golegã (Revisão) deverá estar suportada num encadeado regular de procedimentos que permitam:

- ▶ Assegurar a recolha da informação de base à construção dos indicadores;
- ▶ Proceder ao tratamento da informação com destaque para a construção de outros indicadores complementares (sobretudo de resultado);
- ▶ Assegurar a produção de *outputs*, ou seja, de produção de conteúdos para formatos de divulgação.

Estes procedimentos, sendo fundamentais para o sucesso do processo de monitorização, deverão envolver diversos intervenientes, sob a coordenação Divisão Municipal de Educação, Saúde e Bem Estar (DES), enquanto entidade responsável principal pelo acompanhamento e monitorização da Carta Educativa.

Para o sucesso do processo de recolha de informação, afigura-se determinante assinalar responsabilidades, momentos-chave e tarefas a desenvolver.

Relativamente aos indicadores de realização e resultado, a estrutura do sistema monitorização deverá ser definida, por um lado, com base na capacidade de compilação de informação de base que permita, posteriormente, calcular indicadores diretamente associados à execução da Carta Educativa. Por outro lado, em função de outras bases de dados internas do Município é fundamental garantir mecanismos de articulação (construção de indicadores de resultado/contextualização).

No caso dos indicadores de realização, atendendo à informação de base estar maioritariamente ligada à execução da Carta Educativa da Golegã, serão carregados diretamente pela DES, em articulação com as entidades que integram o Conselho Municipal de Educação (deverá ser criada uma ficha-modelo a disponibilizar pela DES e a preencher e disponibilizar pelo Diretor de Agrupamento, ...). As fichas-modelo deverão estar dotadas com os conteúdos de informação de base ao Sistema de Monitorização, mas também de informação complementar que permita evidenciar lições de experiência, boas praticas e constrangimentos que possam servir de orientação para futuras intervenções similares, bem como de informação que possa ser vertida facilmente nas diversas ferramentas de comunicação a produzir.

Posteriormente, será criada uma base de dados que apresentará uma leitura de síntese global de todas as realizações (garantido o envio atempado da informação pelas entidades) e resultado (definidos e calculados pela DES).

Na recolha dos indicadores de realização, importa num primeiro momento que a DES defina uma ficha-modelo a disponibilizar aos parceiros, apontando orientações metodológicas e uma primeira aproximação aos indicadores de realização a disponibilizar. A informação deverá ser disponibilizada anualmente. No caso das ações a desenvolver pela DES, deverá criar-se uma bateria alargada de indicadores específicos de projeto, uniforme para intervenções similares, que permita uma rápida e fácil compilação pelos serviços.

A recolha da informação de base aos indicadores de resultado deverá ser feita anualmente. Este processo deverá ser efetuado a partir dos seguintes procedimentos:

- ▶ A recolha a partir de informação própria – alguns dos indicadores estão suportados em informação sistematizada pela DES e que resulta da execução de intervenções da sua responsabilidade ou de entidades parceiras (Ministério da Educação/ DGEstE, ...);
- ▶ A recolha a partir de outras fontes de informação, nomeadamente na informação integrada nas bases de dados municipais ou sistematizada em publicações do INE – alguns indicadores estão suportados em informação a compilar e disponibilizar por outros serviços/departamento ou por fontes oficiais que produzem/sistematizam informação relevante.

Assim, o processo compreende três fases essenciais: Recolha/ Tratamento/Organização da Informação, Instrumentos de Ação e Avaliação dos Resultados.

1. Recolha/ Tratamento/Organização da Informação

O conteúdo dos instrumentos de monitorização da Carta Educativa da Golegã deve, naturalmente, estar ajustados à metodologia e conteúdo da Carta Educativa. Por conseguinte devem contemplar os seguintes domínios: i) Envolvente Territorial (transformações demográficas e socioeconómicas); ii) Oferta e Procura de Ensino; iii) Propostas de intervenção. Relativamente aos indicadores de contextualização, apontam-se alguns exemplos como base de partida, para a criação de uma bateria alargada de indicadores:

Quadro 50 – Indicadores de Contexto (Plano de Monitorização)

Indicadores de contexto	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
<ul style="list-style-type: none"> ▶ População residente no Concelho e à subsecção estatística ▶ Taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo ▶ Taxa bruta de natalidade ▶ Saldo natural e saldo migratório ▶ População imigrante 	Anual	DES (parceria/protocolo com o INE)
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Número de desempregados inscritos no centro de emprego 	Semestral	DES (parceria/protocolo com o IEFP)
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola e agrupamento ▶ Alunos matriculados no ensino básico (por ciclo), por escola e agrupamento ▶ Alunos matriculados no ensino secundário, por agrupamento ▶ Alunos residentes em Golegã inscritos, por escola e agrupamento ▶ Alunos com necessidades educativas especiais, por escola e agrupamento ▶ Salas de atividade ocupadas (com turma) ▶ Taxa de retenção e desistência, por escola e agrupamento ▶ Recursos humanos, por categoria, escola e agrupamento 	Anual	DES / Agrupamento de Escolas

Fonte: Equipa Técnica (2022)

O processo de recolha dos indicadores de realização (propostas de intervenção) encontra-se sistematizado no quadro seguinte (exemplificação).

Quadro 51 – Indicadores de realização (Plano de Monitorização)

Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
Eixo I – Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	N.º de espaços de apoio criados (1º ciclo)	4	Anual	DES
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (1º ciclo)	2	Anual	DES
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (2º, 3º ciclo e secundário)	1	Anual	DES
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos executados (JI e 1º ciclo)	2	Anual	DES
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos executados (2º, 3º ciclo e secundário)	1	Anual	DES
	N.º de escolas alvo de intervenções de melhoria da eficiência energética (1º, 2º, 3º ciclo e secundário)	3	Anual	DES
Eixo II – Melhorar as condições e qualidade de ensino	N.º de escolas alvo de intervenções de ampliação/qualificação (salas de educação inclusiva)	1	Anual	DES
Eixo III – Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	N.º de intervenções executadas (auditórios/espaços cobertos)	2	Anual	DES

Fonte: Equipa Técnica (2022)

Com base nas parcerias a estabelecer entre o Município/ DES e as restantes entidades intervenientes, deverá criar-se um mecanismo expedito de envio-receção anual da ficha-síntese de apoio ao cálculo dos indicadores que compõem o Sistema de Monitorização.

O mecanismo a criar/procedimentos a adotar, deverão ter na génese a possibilidade de aceder e depositar informação (ficha), numa base de dados central, simplificada, a criar pela DES com esse objetivo. Deverá ainda prever-se que os processos de atualização da base de dados central sejam dinâmicos e automáticos.

Com base na informação constante na ficha, a DES deverá, num primeiro momento, sistematizar e analisar, de modo agregado, os diversos indicadores de realização produzidos e disponibilizados pelas restantes entidades. Num segundo momento, com base em informação complementar, igualmente disponibilizada nas

fichas, deverá definir e calcular uma bateria de indicadores de resultado. Concomitantemente, a DES deverá compilar e sistematizar a informação associada às intervenções em que se assume como entidade-executora (semestralmente), gerando indicadores coerentes e suscetíveis de integração com os produzidos/disponibilizados pelas restantes entidades.

2. Instrumentos de Ação

Os indicadores de resultado e de realização constantes da base de dado deverão ser assim utilizados sob diversas formas para produzir informação analítica acessível a todos.

Anualmente, a DES, dispondo de toda a informação em causa, procederá ao seu tratamento e análise, produzindo conteúdos específicos. Com base na informação recolhida e organizada procede-se à elaboração de pequenos planos de ação (anuais) que permitam definir objetivos e recursos a utilizar anualmente, que vão de encontro às linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação. Este documento de base, será o suporte principal para a disponibilização de informação através de outras ferramentas (website, ...).

3. Avaliação dos Resultados e disseminação da informação

No final de cada ano letivo (ou, eventualmente, de dois em dois anos letivos) deverão ser produzidos pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa (Revisão) e dos Instrumentos de ação, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais) e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes.

A divulgação da informação sistematizada assume grande importância, com vista a criar uma cultura de avaliação, relativamente à Educação no Concelho. Esta informação deverá ser disponibilizada periodicamente a todas as entidades e atores responsáveis pela concretização da política pública nesta dimensão.

Os relatórios de monitorização e avaliação, irão informar a produção de Boletins de Monitorização Anual, que serão o instrumento principal de suporte aos conteúdos a disponibilizar nas diversas ferramentas de disseminação. Em termos de outros outputs, deverão ser equacionadas diversas formas de partilha da informação (ferramentas de comunicação): boletins, flyers, website, newsletters online.

Quadro 52 – Ferramentas de Comunicação: formas e regularidade de apresentação da informação-chave

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
Boletim de Monitorização	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na execução da Carta Educativa e na política pública; ▶ Documento essencialmente gráfico e sustentado nos indicadores de realização, que permita oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa. 	Em papel. A disponibilizar nas instalações do Município/ DES e em eventos/iniciativas específicas associadas à Educação	Anual
Brochuras e Flyers	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Apresentação das principais conclusões, com especial relevo para os indicadores de resultado, com recurso a infografia apropriada 		Anual

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
	<p>e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Disponibilização de indicadores, que estarão suportados no tratamento da informação e em conteúdos dinâmicos. 		
Website CMG	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Síntese analítica da evolução das principais realizações e resultados, verificadas na Carta Educativa e na política pública; ▶ Disponibilização de infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa. 	Online. A disponibilizar nas ferramentas online existentes/a criar (separador a alojar no website/conteúdos específicos da newsletter)	Semestral
Newsletters online	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na Carta Educativa e na política pública; ▶ Conteúdos essencialmente gráficos, que permitam oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa. 	Online. A disponibilizar nas ferramentas online existentes/a criar (separador a alojar no website/conteúdos específicos da newsletter)	Semestral

Fonte: Equipa Técnica (2022)



CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Rua Fernando Namora, 46 A

1600-454 Lisboa – Portugal

Telefone: + 351 21 712 12 40

Email: geral@cedru.com

URL: www.cedru.com | www.facebook.com/cedru.pt

Documento:

Revisão da Carta Educativa da Golegã – Relatório Final

Data:

Julho de 2023